

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - CCSH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E REINTEGRAÇÃO
FAMILIAR A PARTIR DO OLHAR DE ADOLESCENTES
QUE VIVENCIARAM O FENÔMENO**

Dissertação de Mestrado

Patricia Jovasque Rocha

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E REINTEGRAÇÃO
FAMILIAR A PARTIR DO OLHAR DE ADOLESCENTES QUE
VIVENCIARAM O FENÔMENO**

por

Patricia Jovasque Rocha

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia da Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dorian Mônica Arpini

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Jovasque Rocha, Patricia
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E REINTEGRAÇÃO FAMILIAR A
PARTIR DO OLHAR DE ADOLESCENTES QUE VIVENCIARAM O
FENÔMENO / Patricia Jovasque Rocha.-2015.
141 p.; 30cm

Orientadora: Dorian Mônica Arpini
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2015

1. Acolhimento institucional 2. Reintegração familiar
3. Adolescentes I. Mônica Arpini, Dorian II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E REINTEGRAÇÃO FAMILIAR A
PARTIR DO OLHAR DE ADOLESCENTES QUE VIVENCIARAM O
FENÔMENO**

elaborada por

Patricia Jovasque Rocha

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dorian Mônica Arpini, Dra (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Maria Ignez Costa Moreira, Dra (PUC-Minas)

Samara Silva dos Santos, Dra (UFSM)

Santa Maria, abril de 2015.

*Dedico esta dissertação à minha
família, meus pais e meus irmãos em
especial, pelo apoio e incentivo durante
estes dois anos e pelo amor, carinho e
compreensão durante estes 24 anos.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Marta e Auri, pelo amor e carinho que sempre me reabasteceram, dando forças para seguir minha caminhada;

Aos meus irmãos Sandro, Sheila e Luciana, pelo carinho e companheirismo. Lu, obrigada pela amizade e cumplicidade que sempre me incentivaram e me deram forças;

Ao meu cunhado Daniel, pelo carinho, atenção e inúmeras piadas que aliviaram a tensão inerente à conclusão deste trabalho;

A todos os meus familiares, tios, primos e sobrinhos, que suavizaram os momentos mais difíceis com muitos encontros e risadas;

À professora Mônica, minha orientadora desde o TCC, pela confiança e pelo afeto compartilhado que possibilitaram a realização deste trabalho;

À Karina, Fernanda, Bruna e Tanise, pela amizade que o tempo e a distância não foram capazes de enfraquecer;

À Amanda, por ter tornado estes dois anos muito mais leves. Obrigada pela amizade, pelo afeto e pelo compartilhar de alegrias e sofrimentos;

À Dafne, pela cumplicidade e amizade trazida pela psicologia e mantida pela vida;

Às colegas do Núcleo de Estudos em Infância, Adolescência e Família (NEIAF), pelo apoio, parceria e profissionalismo em todos os momentos e todas as atividades que desenvolvemos juntas;

Às participantes deste estudo, pelo tempo e atenção com que participaram da pesquisa, tornando possível a sua realização;

À equipe da instituição de acolhimento envolvida no estudo, em especial à psicóloga, pela total disponibilidade e amizade durante e após o período da pesquisa;

À UFSM, onde desenvolvi toda a minha vida acadêmica e de onde saio, depois de sete anos, com muitas lembranças boas e a sensação de dever cumprido,

A todos que, de alguma forma, participaram da realização deste trabalho;

Por fim, a Deus, pois mesmo tendo sido tocada pela psicologia, nunca deixei de ter fé.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal de Santa Maria

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E REINTEGRAÇÃO FAMILIAR A PARTIR DO OLHAR DE ADOLESCENTES QUE VIVENCIARAM O FENÔMENO

AUTORA: PATRICIA JOVASQUE ROCHA
ORIENTADORA: DORIAN MÔNICA ARPINI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 24 de abril de 2015.

Resumo

Esta dissertação teve como objetivo conhecer o ponto de vista de adolescentes reintegrados acerca das experiências vividas durante o período de acolhimento institucional e reinserção familiar. Foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo e utilizou-se o estudo de caso. Participaram do estudo duas adolescentes que haviam passado pelo processo de acolhimento institucional e reintegração familiar e suas mães. As adolescentes estavam vinculadas a uma instituição de acolhimento de uma cidade do interior do RS. Os dados foram analisados através da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977). Os resultados do estudo sugerem uma série de fragilidades enfrentadas pelas famílias que vivenciam a medida de proteção, as quais acabam enfraquecendo os laços afetivos e dificultando uma reintegração familiar efetiva. Também foi possível observar que as modificações trazidas com a Lei 12.010 foram percebidas e relatadas tanto pelas adolescentes que vivenciaram a medida quanto pelas suas mães, demonstrando, além de um maior envolvimento das equipes técnicas da instituição de acolhimento, uma articulação entre a rede de atendimento à criança e ao adolescente. Conclui-se que, para além do que está escrito, a Lei 12.010 vem sendo sentida pelos atores envolvidos na medida de proteção. Sabe-se que não se pode, e nem se buscou, fazer generalizações, mas entende-se que alguns aspectos apontados pelas adolescentes certamente se encontram presentes em outros casos e são o cotidiano da realidade do acolhimento institucional.

Palavras-chave: Acolhimento institucional; reintegração familiar; adolescente.

ABSTRACT

Master's Thesis
Postgraduation Program in Psychology
Universidade Federal de Santa Maria

RESIDENTIAL CARE AND REINTEGRATION: PERCEPTIONS FROM TEENAGERS WHO EXPERIENCED THE PHENOMENON

AUTHOR: PATRICIA JOVASQUE ROCHA

ADVISOR: DORIAN MÔNICA ARPINI

Place and Date of Defense: Santa Maria, April 24th, 2014

Abstract

This research aimed to know the teenagers point of view about experiences during the period of residential care and family reintegration. We conduct a qualitative study and used the case study. Study participants were two teenagers who had gone through the residential care process and family reintegration and their mothers. The teens were into child protective services, in one specific institution in a city of Rio Grande do Sul. That data were analyzed using Content Analysis. The study results suggest a number of fragilities faced by families that experience a measure of protection, which end up weakening affective bonds and hindering an effective family reintegration. It was also observed that the modifications brought to Law 12.010 were perceived and reported by both teenagers who experienced the residential care as by their mothers, showing, and greater involvement of the technical teams of the host institution, a link between the child protective services and adolescents. In conclusion, beyond what is written, Law 12.010 has been felt by the actors involved in the protection measure. It is known that we cannot, and neither was sought, to generalize, but it is understood that some aspects pointed out by teenagers certainly are present in other cases and are the everyday reality of residential care.

Keywords: Residential care; reintegration; teenager.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Contextualização familiar do adolescente.....	131
Anexo 2: Roteiro da entrevista semidirigida com o adolescente.....	133
Anexo 3: Roteiro da entrevista semidirigida com o familiar.....	135
Anexo 4: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	137
Anexo 5: Termo de assentimento.....	139
Anexo 6: Termo de autorização institucional.....	140
Anexo 7: Termo de confidencialidade.....	141

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	11
1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	17
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1. Família.....	19
2.1.1. O percurso histórico.....	19
2.1.2. A família em situação de vulnerabilidade.....	23
2.1.3. Adolescência em situação de vulnerabilidade.....	27
2.2. A construção histórica da garantia de direitos às crianças e aos adolescentes abandonados no Brasil.....	31
2.2.1. Da Roda dos Expostos ao Código de Menores: os menores em situação irregular.....	31
2.2.2. Estatuto da Criança e do Adolescente: a passagem a sujeitos de direitos.....	37
2.2.3. Lei 12.010: um novo olhar à reintegração familiar e à rede de atendimento.....	43
3. MÉTODO.....	50
3.1. Delineamento.....	50
3.2. Participantes.....	51
3.3. Percurso metodológico.....	51
3.4. Procedimentos.....	57
3.5. Cenário do estudo.....	58
3.6. Análise de dados.....	58
3.7. Aspectos éticos.....	59
4. RESULTADOS.....	60
4.1. Caso 1: Marina.....	60
4.1.1. Descrição familiar de Marina.....	60
4.1.2. Acolhimento institucional.....	68
4.1.2.1. Motivo do acolhimento.....	68
4.1.2.2. Vivência do acolhimento.....	71
4.1.3. Reintegração familiar.....	75
4.1.3.1. Volta para casa.....	75
4.2. Caso 2: Julia.....	80
4.2.1. Descrição familiar de Julia.....	80
4.2.2. Acolhimento institucional.....	82
4.2.2.1. Motivo do acolhimento.....	82
4.2.2.2. Vivência do acolhimento.....	85
4.2.3. Reintegração familiar.....	88
4.2.3.1. Volta para casa.....	88
5. DISCUSSÃO.....	93
5.1. As famílias: suas fragilidades e potencialidades.....	93
5.2. Redimensionando o cotidiano do acolhimento institucional.....	101
5.3. Articulando: políticas públicas e rede de atendimento.....	110
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXOS.....	131

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A fim de buscar um melhor entendimento acerca do acolhimento institucional e reintegração familiar, esta dissertação teve como objetivo principal conhecer a percepção do adolescente reintegrado acerca de sua vivência na instituição de acolhimento e posterior volta para casa, assim como sua percepção acerca do trabalho realizado pela rede de atendimento durante a aplicação da medida de proteção acolhimento institucional e o processo de reintegração familiar. Para tanto, os objetivos específicos do estudo foram: verificar se os jovens compreenderam os motivos que os levaram ao acolhimento institucional; compreender o sentido atribuído pelos adolescentes reintegrados ao período de acolhimento, bem como os sentimentos que a aplicação da medida causou; verificar se houve continuidade do trabalho realizado durante o acolhimento, e se o acompanhamento dos adolescentes se fez presente após sua reintegração; identificar os serviços da rede de atendimento acionados durante o acolhimento institucional e após a reintegração familiar dos jovens.

Para alcançar estes objetivos foi realizado um estudo qualitativo. Participaram deste estudo duas adolescentes que haviam passado pelo processo de acolhimento institucional e reintegração familiar, e que aceitaram fazer parte dele, e suas mães. As adolescentes estavam vinculadas a uma instituição de acolhimento de uma cidade do interior do RS, sendo que o acompanhamento pós-desligamento ainda estava sendo feito pela equipe da instituição de acolhimento.

Embora sejam poucas as pesquisas envolvendo a temática do acolhimento institucional e da reintegração familiar de crianças e adolescentes (Rizzini, Rizzini, Naiff, & Baptista, 2006; Siqueira, 2009; Vitale, 2006; E. R. A. Silva, 2004; M. L. Silva & Arpini, 2013a), o interesse em relação ao tema vem crescendo gradativamente nos últimos anos (Siqueira, 2009). Este crescimento pode ser entendido considerando-se que a preocupação com relação ao retorno das crianças ao lar é ainda recente no país, sendo intensificada com a Lei 12.010 (Brasil, 2009). Dessa forma, este estudo se justificou, primeiramente, por ter buscado dar voz a esses adolescentes, de forma a tentar entender suas vivências e percepções acerca do período de acolhimento institucional e dos serviços oferecidos pela rede de atendimento durante a institucionalização e após a reintegração familiar dos mesmos.

Para se trabalhar com a temática da institucionalização de crianças e adolescentes torna-se essencial abordar a família desses meninos e meninas, uma vez que a importância da convivência familiar e comunitária vem sendo reforçada nas leis referentes à infância no Brasil (Brasil, 1990; 2009). Neste sentido, cabe ressaltar que a diversidade de modelos

familiares decorrentes das transformações pelas quais a família moderna vem passando acaba por dar a impressão de que as famílias estão em crise ou “desestruturadas” (Kehl, 2003; Moreira, 2013). Dessa forma, ocorre uma supervalorização e idealização do modelo nuclear de família (Kehl, 2003), que exclui uma gama de modelos familiares que estão presentes na sociedade brasileira, e acaba por estigmatizar diversas famílias como “erradas” e incapazes de criarem seus filhos, como é o caso das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social (Gulassa, 2006; Neder, 1994; Rizzini et al., 2006; E. R. A. Silva, Mello, & Aquino, 2004; Vitale, 2006).

Nesse sentido, a família apresenta importante papel quanto ao cuidado e ao bem-estar de seus membros. Ela é a primeira responsável por proporcionar aos sujeitos, especialmente aos mais vulneráveis, como é o caso das crianças e adolescentes, a garantia de sobrevivência e o suporte emocional que serão fundamentais para o desenvolvimento e para a saúde mental dos indivíduos (E. R. A. Silva et al., 2004). Porém, por mais que a família apresente inegável papel no desenvolvimento do indivíduo, sendo a primeira responsável por apresentar o mundo à criança (Reis, 1984), ela nem sempre oferece um ambiente seguro e protetor para seus filhos. Existem fatores que impedem a convivência de crianças e adolescentes com suas famílias, como a violência intrafamiliar (Vitale, 2006).

Assim, as instituições de acolhimento configuram-se como lugares de cuidado e acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e abandono social (Guará, 2006; Rizzini, 2008; E. R. Silva et al., 2004). Cabe a essas instituições, durante e após o período de acolhimento, investirem em planos de desligamento e acompanhamento dessas crianças e adolescentes, de modo a garantir um futuro melhor a eles (Siqueira, 2009; M. L. Silva & Arpini, 2013b, 2013c). Nesse sentido, este estudo também se fundamentou por ter buscado dados a respeito das políticas de apoio oferecidas após a criança ou o adolescente ter sido encaminhado à instituição de acolhimento, através da avaliação que o próprio adolescente, que passou pelo acolhimento institucional e posterior reintegração familiar, faz.

Por fim, o interesse em realizar este estudo justificou-se, também, pelo fato da autora ter realizado o Estágio Específico em uma instituição de acolhimento, local onde se acompanhou situações de acolhimento e de reinserção de crianças em suas famílias. Durante este tempo alguns questionamentos surgiram em relação ao cuidado oferecido tanto às famílias das crianças acolhidas quanto às próprias crianças durante o período de acolhimento e após a reinserção familiar, e foram essas inquietações, juntamente com a literatura, que intensificaram o interesse por este tema. Este interesse originou o trabalho de conclusão de

curso, focando a família da criança ou adolescente que passou pelo acolhimento institucional mas ainda deixou outras dúvidas acerca das vivências dos próprios jovens.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. A família

2.1.1. O percurso histórico da infância e da família

Durante os séculos XVI e XVII ocorreu uma importante mudança no que diz respeito à vida sentimental da família. Nota-se também que essa mudança encontra-se associada à transformação na atitude da família frente às suas crianças. Com essa alteração na vida sentimental, ocorre também uma transformação na própria configuração familiar, no sentido da família ir se fechando nela mesma, preservando sua intimidade (Ariès, 1975/2006; Reis, 1984). Porém, o caminho para se chegar ao modelo tradicional burguês, com pai, mãe e filhos, por muito tempo considerado como “ideal” ou “normal” pela sociedade, foi fruto de uma longa transformação (Roudinesco, 2003).

Fazendo um resgate histórico, nota-se que há uma estreita relação entre família e sociedade (Reis, 1984). As transformações vivenciadas pela família ao longo dos anos estão relacionadas tanto às mudanças na estrutura econômica e política do país quanto às mudanças de valores ao longo das diferentes gerações (Moreira, 2013). A família monogâmica, por exemplo, aparece juntamente com a noção de propriedade privada, tendo a função de acumular os bens materiais e ter para quem passá-los (Reis, 1984). Dessa forma, para evitar que os bens fossem perdidos, estabeleceu-se uma continuidade através do laço biológico, de pai para filho. Assim, os casamentos eram arranjados sem se levar em conta os laços afetivos ou sexuais dos futuros esposos, sendo a família submetida a uma autoridade patriarcal (Roudinesco, 2003). Estudos indicam que a partir do século XIII a herança deixada aos filhos começa a ser feita de modo a beneficiar apenas o filho mais velho, em detrimento dos demais, para garantir a unidade do patrimônio (Ariès, 1975/2006).

Em relação ao cuidado com os filhos, no século XV era comum que os pais entregassem seus filhos, por volta dos sete anos de idade, a outras famílias ou mestres para que estes os educassem. Por educação entendia-se a realização das tarefas domésticas, e nesses lares as crianças permaneciam até os 14-18 anos. Isso implicava que desde cedo a criança era afastada da sua família, permanecendo anos na casa de estranhos e, muitas vezes,

não retornando nem na fase adulta. B. R. Soares (1996), apoiado em deMause, afirma que esta prática perdurou até a primeira metade do século XVIII, sendo que os filhos eram primeiramente entregues a amas de leite e depois ficavam sob os cuidados de criados até os sete anos de idade (no caso das crianças de famílias ricas), quando então eram mandados como “aprendizes” para a casa de outra família. Dessa forma, era difícil, nesta época, que a família nutrisse algum sentimento mais afetivo em relação aos seus filhos, visto que logo a criança seria entregue aos cuidados de outras pessoas. A relação entre pais e filhos era extremamente formal, sem carinhos e bastante autoritária, e muitas crianças eram tratadas com bastante “brutalidade”. A forma de se ocupar com os filhos era outra: “a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (Ariès, 1975/2006, p.158; B. R. Soares, 1996).

Lentamente, a partir do século XV, as realidades e os sentimentos da família vão se alterando, em função de uma transformação social: a extensão e popularização da frequência escolar. Dessa forma, aos poucos a ideia de encaminhar os filhos para serem educados por outras famílias (e, conseqüentemente, receber os filhos de outras famílias) vai perdendo lugar para a noção de que a educação poderia ser oferecida pela escola. Essa substituição acaba por promover uma aproximação entre a criança e sua família, pois poucos eram os filhos que estudavam na modalidade de internato, de forma que as férias eram pensadas para serem passadas no contexto familiar. Assim, o “clima sentimental” da família começou a ser alterado (Ariès, 1975/2006; B. R. Soares, 1996). Porém esta mudança ocorreu de forma bastante ambivalente: por um lado, a criança começou a fazer parte da vida emocional das famílias; por outro, ela ainda é vista como um “recipiente cheio de projeções perigosas” e por isso deve ser modelada (B. R. Soares, 1996, p.46). Esta mudança favoreceu também que fosse repensada a questão da riqueza da família ser herdada por apenas um dos filhos, geralmente o mais velho: “...o sentimento de igualdade entre as crianças pôde desenvolver-se num novo clima afetivo e moral graças a uma intimidade maior entre pais e filhos” (Ariès, 1975/2006, p.162).

A família que foi se delineando entre os séculos XV, XVI e meados de XVII, com a volta das crianças ao lar, foi importante no sentido de diferenciar este modelo familiar daquele medieval. Porém, ela ainda não havia chegado ao modelo burguês tradicional em virtude da grande interferência do social e do grande número de pessoas que ainda circulavam no ambiente familiar (Ariès, 1975/2006). Nesse sentido, os modelos familiares existentes neste período eram a família aristocrática e a família camponesa, ambas presentes nos séculos XVI e XVII (Reis, 1984).

Ainda durante os séculos XVI e XVII o modo de criação dos filhos permaneceu ambivalente, mas as crianças começaram a ocupar um lugar mais prioritário para as mães. As atitudes dos pais em relação aos filhos também passaram por mudanças, passando de “formal” para uma relação mais gentil (B. R. Soares, 1996). A família aristocrática caracterizava-se por ter sua riqueza relacionada à terra. As crianças, após a entrada na escola, passaram a ser educadas pelos criados e amas de leite. Dessa forma, mães e pais ainda não possuíam grandes obrigações na criação dos filhos. A família camponesa aproximava-se, em alguns pontos, do modelo aristocrático. Como na aristocracia, os pais ainda não desempenhavam papel central na educação, de forma que, desde cedo, as crianças aprendiam a depender mais da comunidade em que viviam do que propriamente de seus pais (Reis, 1984).

A grande sociabilidade a que a família estava exposta – aos criados, amas de leite e amigos, no caso da família aristocrática, e à comunidade, no caso da família camponesa – colocava barreiras à formação do sentimento familiar, pois não havia intimidade entre pais e filhos (Ariès, 1975/2006; Roudinesco, 2003). Ainda que tivesse ocorrido uma aproximação pais-filhos entre os séculos XVI e XVII, esta não foi suficiente para criar esta intimidade. No século XVIII essa consciência de infância e de família começou a ser estruturada, e a família passou a se fechar em si mesma, mantendo a sociedade à distância. Também a infância começou a ser vista como um estado específico, separado dos adultos (Ariès, 1975/2006; B. R. Soares, 1996). Nesse sentido, outros dois modelos familiares vão dando forma a estas novas concepções: a família proletária e a família burguesa, ambas aparecendo em meados do século XIX (Reis, 1984).

A família proletária passou por três estágios. O primeiro caracterizou-se pela vivência em comunidade, com dependência e apoio mútuos. As crianças eram criadas por parentes, vizinhos ou na rua. No segundo estágio começou a diferenciação de papéis, com a mulher ficando mais tempo em casa. Já o terceiro estágio ocorreu com a mudança da família operária para o subúrbio, cortando os laços com a comunidade. A educação e o futuro dos filhos passaram a ser valorizados e as diferenças de papéis chegam ao ápice.

Já a família burguesa passou a se fechar em si mesma. A dependência da comunidade foi quebrada e passou a haver uma nítida separação entre o local de trabalho e a residência (separação da vida pública e da privada). A educação dos filhos passou a ser o principal objetivo do casamento burguês, a qual ficava a cargo da mulher, enquanto ao homem cabia o sustento financeiro da família. A autoridade paterna ainda era supervalorizada. A reclusão da vida familiar, nessa época, tornou possível a dependência total dos filhos em relação aos pais, sendo que a criança passa a depender deles também para a satisfação de suas necessidades de

afeto (Reis, 1984). Dessa forma, “a ordem familiar econômico-burguesa repousa, portanto, em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres e a dependência dos filhos” (Roudinesco, 2003, p.38). A família burguesa também trouxe a reciprocidade de sentimentos como uma necessidade. Assim, com a transformação dos modelos familiares, a família burguesa trouxe o afeto como uma das necessidades da criança em relação aos seus pais, necessidade esta que era satisfeita por eles de acordo com a boa ou má conduta dos filhos (Reis, 1984; Roudinesco, 2003).

O modelo familiar burguês se manteve do século XIX até meados do século XX e correspondeu às necessidades da sociedade burguesa que emergiu durante este período. Porém, a partir da segunda metade do século XX mudanças importantes vão acontecendo, afastando a família do padrão burguês (Kehl, 2003). A entrada da mulher no mercado de trabalho, com a conseqüente emancipação financeira que esta entrada propiciou, foi uma dessas mudanças (Corso & Corso, 2011; Kehl, 2003; Moreira, 2013). O acesso das mulheres aos métodos contraceptivos também teve papel importante nesta mudança, pois descolou a relação sexual da procriação, permitindo que experiências sexuais ocorressem sem a finalidade única do casamento ou da reprodução (Kehl, 2003). O casamento, portanto, não tem mais a natureza de ser um pacto indissolúvel, mas se transforma em um contrato entre duas pessoas (Roudinesco, 2003). Dessa forma, atualmente, a partir da ampliação da participação das mulheres e da possibilidade do divórcio, a família passa a ser estruturada não tanto pelos laços biológicos, mas pelo vínculo afetivo entre seus membros, de forma que dois indivíduos podem se unir, em busca de uma relação íntima ou de realização sexual, pelo período em que ainda existir vontade de ambas as partes (Roudinesco, 2003; Scobernatti, 2005).

As famílias brasileiras ao longo da nossa história foram se transformando: a frequência dos casamentos legais diminuiu, o número de separações aumentou, o de recasamentos cresceu, outros arranjos sexuais na formação dos casais são experimentados, o número de nascimentos diminuiu, assim como o número de filhos por casal. Um grupo expressivo de adolescentes torna-se mãe, algumas mulheres vão experimentar a maternidade pela primeira vez após os 30 anos. (...) Muitos lares brasileiros são chefiados e sustentados pelas mulheres; outros, nos quais os homens estão desempregados, os responsáveis por prover a família são as mulheres, as crianças e os adolescentes. (Moreira, 2013, pp.11-12)

As transformações pelas quais a família burguesa passou deram origem a uma diversidade de dinâmicas e configurações familiares, como as famílias monoparentais,

homoparentais, extensas, reconstituídas (Moreira, 2013). Essa diversidade acaba por dar a impressão de que as famílias estão em crise ou “desestruturadas” (Corso & Corso, 2011; Kehl, 2003; Moreira, 2013), gerando uma supervalorização e idealização do modelo nuclear (Kehl, 2003), como se apenas esta modalidade se configurasse como “a verdadeira família”. Essa concepção exclui uma gama de modelos familiares que estão presentes na sociedade brasileira, e acaba por estigmatizar diversas famílias como “erradas” e incapazes de criarem seus filhos, como é o caso das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social (Gulassa, 2006; Neder, 1994; Rizzini et al., 2006; E. R. A. Silva et al., 2004; Vitale, 2006).

2.1.2. A família em situação de vulnerabilidade

Ao nascer o ser humano não possui recursos suficientes para sobreviver autonomamente, ou seja, ele precisa de um “outro significativo” que se ocupe dele e que supra esta falta de autonomia (Vicente, 1994). Assim, a família tem importante papel neste cuidado e no bem-estar de seus membros, proporcionando a seus integrantes, especialmente aos mais vulneráveis, como é o caso das crianças e adolescentes, a garantia de sobrevivência e o suporte emocional fundamental ao desenvolvimento e à saúde mental dos indivíduos. Da mesma forma, cada membro na família é importante para garantir a integração da unidade familiar (Ferrero, 2009; E. R. A. Silva et al., 2004). Além disso, a família se mostra importante quanto ao ensinamento dos valores éticos e de conduta e também quanto à introdução das crianças na cultura em que estão inseridas (Reis, 1984; E. R. A. Silva et al., 2004; Vitale, 2006; M. L. Silva & Arpini, 2013a).

A família também tem o papel de manter o sujeito estável por muito tempo, visto que os demais contextos dos quais o indivíduo participa, como a escola e o ambiente de trabalho, em geral são transitórios e estão sujeitos a oscilações mais intensas do que as vivenciadas no contexto familiar (Cavalcante, Silva, & Magalhães, 2010). Assim, ao nascer cada criança recebe um nome e um sobrenome que indicam sua pertinência e, ao ser nomeada, ela recebe uma família e uma rede de parentesco à qual estará vinculada e, de tal modo, a manterá estável (Vicente, 1994). Dessa forma, o grupo familiar se configura em um grupo social básico, em que irão se produzir e reproduzir determinadas práticas sociais, sendo que cada família é um sistema relacional único. Assim, ela é o local em que irão acontecer os eventos que contribuirão para determinar a forma da criança ser e se colocar no contexto social (Ferrero, 2009; M. L. Silva, Polli, Sobrosa, Arpini, & Dias, 2012).

O fato de a família ter esta importância no desenvolvimento de crianças e adolescentes e ser este um espaço privilegiado de convivência não significa que não existam conflitos nesta esfera (Vicente, 1994). Por mais que a família tenha inegável valor social para os indivíduos, ela não pode ser vista de forma idealizada. Ela pode ou não ser um lugar seguro para crescer, de forma que podem ocorrer situações que impeçam a criança de viver com a sua família. A violência intrafamiliar, por exemplo, pode se tornar um fator de impedimento da convivência de crianças e adolescentes com suas famílias (Arpini & Quintana, 2009; Vitale, 2006). Em linhas gerais, avalia-se que a violência familiar contra a criança ou o adolescente pode acontecer em todos os grupos sociais. Porém, também tem se apresentado como fator de risco a baixa condição socioeconômica da família, fato que é frequentemente destacado em pesquisas que caracterizam o perfil social da família não-protetiva. Esta caracterização aponta para a predominância de famílias em condições socioeconômico-culturais adversas (Albuquerque, 2012). Dessa forma, tem-se que os pais com filhos em acolhimento institucional, em grande parte dos casos, são membros de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e psicológica (Moreira, Passos, Bedran & Carellos, 2012). Contudo, é importante salientar que os estudos têm se concentrado com mais intensidade nesses grupos sócio-economicamente mais vulneráveis, aspecto que pode estar contribuindo para estes resultados (Albuquerque, 2012).

Aliada à condição socioeconômica familiar, encontra-se também como fator de risco o desemprego, o uso de álcool e drogas, o isolamento da família e a fragilidade dos vínculos familiares que acaba por deixar os adultos fragilizados em virtude de uma série de dificuldades sociais e emocionais (Albuquerque, 2012; Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012). Cabe ressaltar que “não se trata de afirmar que somente as famílias pobres estejam em risco pessoal e social, e sim que as condições exacerbadas de carência material e cultural podem ser um fator que contribui para a precarização das relações afetivas” (Moreira, 2013, p.32). Por outro lado, revela-se como fator de proteção para essas famílias a sua inserção na rede social (Albuquerque, 2012).

A violência intrafamiliar, muitas vezes, é fruto de uma história de violência construída na família que passa de geração em geração. Neste sentido, muitas vezes os pais ou responsáveis afirmam que estão educando as crianças e adolescentes quando se utilizam de abusos físicos, psicológicos ou os negligenciam. Isso pode se dar devido à própria infância desses pais, que não dispõem de um repertório democrático para resolver seus conflitos e recorrem aos procedimentos adquiridos nos seus próprios processos de aprendizagem e construção, acreditando que esta é a maneira correta de educar. (Ferrero, 2009; Scobernatti,

2005; Vicente, 1994). Nesse sentido, algumas atitudes vistas por alguns profissionais como atos de violência, como o bater, para muitas famílias configuram-se como um modo de ensinar, o qual foi aprendido na própria família, pelo exemplo dos pais, dos avós e que traduzem padrões de socialização e comunicação difíceis em relação às crianças e aos adolescentes (Albuquerque, 2012; Moreira, 2013).

Mudar este ponto de vista dos pais requer trabalho e dedicação por parte das equipes que trabalham na área da infância, pois empregar outros métodos educativos demanda que os pais reconheçam a criança como um ser humano integral, que deve ser respeitado (Scobernatti, 2005). Assim, aposta-se na informação para se dar conta desta questão da violência familiar, investindo-se na orientação dos profissionais de saúde em relação às estratégias de intervenção com essas famílias. Neste sentido, deve-se investir, também, em orientações às famílias quanto às formas mais saudáveis “de relacionamento, de resolução de conflitos, de educação dos filhos” (Albuquerque, 2012, p.91). Tal intervenção deve tomar o cuidado para respeitar os padrões culturalmente construídos, com práticas e orientações que possam ser reflexivas e façam sentido no cotidiano dessas famílias.

A negligência em relação aos filhos também se configura em uma falta de proteção da qual frequentemente a família em situação de vulnerabilidade tem sido culpabilizada pela sociedade. Este olhar responsabilizador pode ser fruto da visão estigmatizada a que estas famílias estão sendo expostas por gerações, de que não seriam capazes de criar e educar seus filhos de forma correta (Gulassa, 2006; Neder, 1994; Rizzini et al., 2006; E. R. A. Silva et al., 2004; Vitale, 2006). Assim, nas situações de negligência cabe a dúvida quanto quem realmente deveria ser responsabilizado: os pais ou o Estado. Isso porque, para grande parte da população, o “não ser negligente” é uma conquista, visto que não há vagas suficientes nas creches públicas para todas as crianças, as condições de vida da família são difíceis, a rede de saúde é precária, e todos estes aspectos influenciam a insuficiência dos cuidados à criança (Albuquerque, 2012; Calheiros, Lima, & Silva, 2012).

Este fato mostra como a rede de apoio dessas famílias é precária e frágil, de forma que não dá conta de suas demandas. Os pais não conseguem sair para trabalhar com tranquilidade, pois não encontram serviços nem apoio para cuidar de seus filhos (Arpini, 2013). Neste sentido, “as milhares de famílias sem terra, sem casa, sem trabalho, sem alimento, enfrentam situações diárias que ameaçam não só seus corpos – território último do despossuído – mas, simultaneamente, seus vínculos e subjetividades” (Vicente, 1994, p.55).

Em relação a estas situações de violência e de negligência, desde os anos 80 vem sendo pensadas e implementadas ações voltadas ao enfrentamento da violência intrafamiliar

contra crianças e adolescentes no Brasil. Essas ações são pensadas visando à prevenção de maus tratos e à assistência à criança e ao adolescente e sua família (Albuquerque, 2012). Assim, é dever do Estado tanto prevenir a violência intrafamiliar, através dos programas de assistência e apoio psicossocial, quanto punir a violência e a violação de direitos cometidas contra as crianças e os adolescentes, por meio de sua instância judicial (Moreira, Passos, & Pereira; 2012).

Nesse sentido, parece ser imprescindível capacitar os profissionais de saúde e educação para que possam identificar precocemente situações de violação de direitos a fim de que a criança ou o adolescente possa ser encaminhado para o serviço que tenha condições de atender suas demandas: “médicos e psicólogos se encarregam da assistência clínica, o serviço social e os conselheiros tutelares se incumbem de ajudar as famílias a fazer valer os direitos da criança, o sistema jurídico intervém quando se faz necessário o amparo legal para se garantir sua proteção e o bem-estar da criança.” (Albuquerque, 2012, p.76).

Esta capacitação é importante, além de instrumentalizar os profissionais a fim de que possam identificar o melhor caminho para cada criança, adolescente e sua família, para que se desmistifique o modelo de família nuclear ideal ainda muito presente atualmente. Esta visão idealizada da família acaba por produzir uma desqualificação da família real, que, muitas vezes, passa a ser vista como “desestruturada”, contribuindo, como já discutido, para a culpabilização, especialmente das mães, pela situação das crianças e dos adolescentes. Assim, “a família que vive em condição de vulnerabilidade é desqualificada e torna-se objeto de tutela e controle social” (Moreira, Passos, & Pereira, 2012, p.40). Dessa forma, esses profissionais correm o risco de cometer, em nome do cuidado, os mais diversos tipos de violências institucionais contra a família, em função de se tomar o modelo da família nuclear como ideal, e utilizar, a partir disso, suas próprias crenças sobre o “bem cuidar” (Albuquerque, 2012; M. L. Silva et al., 2012).

Além disso, esta visão idealizada também resulta em uma sobrecarga de tarefas e expectativas sobre as mulheres, seguindo o modelo burguês em que a mulher é a responsável pela organização da casa e pelos filhos, e uma desresponsabilização dos homens, em especial quando houve a ruptura do laço conjugal (Moreira, Passos, & Pereira, 2012). Dessa forma, é importante que a família possa ser vista como uma rede de relações, de forma dinâmica, aberta, capaz de se reorganizar com frequência e plural em suas configurações. A política destinada à família precisa ter essa compreensão, de modo a substituir a visão de que a família composta por pai, mãe e filhos é a ideal e abrir espaço para reconhecer as potencialidades das

diferentes configurações familiares atuais (Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012; Moreira, Passos, & Pereira, 2012; M. L. Silva et al., 2012).

Em alguns casos a intervenção dos profissionais envolvidos com a rede de proteção à criança e ao adolescente não tem sido suficiente para colocar estes meninos e meninas em proteção. Nessas situações, medidas mais complexas têm sido acionadas, como a retirada desses meninos e meninas de suas famílias. Para estas situações, as instituições de acolhimento continuam sendo os lugares de cuidados e proteção de crianças e adolescentes em situação de abandono social (Guará, 2006; Silva & Arpini, 2013a; Siqueira, 2012). Dessa forma, o acolhimento institucional, o qual será abordado mais detalhadamente no item 2.2.2., ainda se faz necessário para a garantia de direitos desses meninos e meninas em momentos de vulnerabilidade social e familiar (Vidigal, 2013).

2.1.3. Adolescência em situação de vulnerabilidade

Associada à família, que não se configura apenas como um lugar de proteção, está a própria realidade dos meninos e meninas que se encontram em uma instituição de acolhimento nos dias atuais. São crianças e adolescentes que estão com seus vínculos bastante fragilizados, vivendo uma situação de violência tanto no âmbito familiar, privado, quando no social, em estado de pobreza, abandono e miséria (Arpini, 2003). Além disso, cabe ressaltar que esses meninos estão, muitas vezes, passando pela adolescência, período que, por si só, já é mais conturbado em virtude das mudanças que se apresentam com ele. A construção sociocultural da categoria de “adolescentes” é caracterizada por uma trajetória confusa no imaginário social. Isso porque o adolescente vive em meio ao mundo infantil e ao adulto, mas não chega a se identificar com nenhum deles. Ele não é mais criança e também não é ainda um adulto. Dessa forma, o comportamento adolescente esperado pela sociedade oscila entre aquele flexível e maleável, mais infantil, e aquele ponderado e racional, típico da maturidade adulta (Costa, 2012).

As crianças e, especialmente, os adolescentes estão em um movimento de formação de sua identidade por meio de um processo intersubjetivo, o qual ocorre em interação com a comunidade onde estão inseridos. Construir essa identidade é necessariamente um processo social e interativo, que necessita da participação do outro, se dando no âmbito de uma cultura e no contexto de determinado momento histórico. Assim, os adolescentes vão constituir seus valores ou preferências sociais a partir daquilo que é importante em seu contexto, de forma que a sociedade torna-se elemento essencial na formação de sua identidade pessoal, em suas

várias possibilidades de expressão. A sociedade deve funcionar como um espelho para estes adolescentes, e a identidade só passa a existir a partir desse espelho, caracterizado pelo olhar do outro (Costa, 2012; L. E. Soares, 2004). Dessa forma, o adolescente está constantemente em busca de reconhecimento, tentando encontrar seu lugar no social (Marin, 2002).

Todas as multiplicidades no contexto de passagem pela adolescência fazem com que esta, além das dificuldades já conhecidas, seja também marcada por características da atualidade, de que “tudo é possível” e, ao mesmo tempo, “as condições são restritas, os projetos são inexistentes e as perspectivas são limitadas” (Costa, 2012, p.60). O discurso que sustenta a ideia de que tudo é possível, muitas vezes, é utilizado pelos pais sob o pretexto de não querer violentar a individualidade dos filhos. Isso porque os pais têm tido dificuldades em se colocar no lugar de quem frustra, em equilibrar amor e limites. Colocar limites nos filhos é necessário para a formação da identidade dos mesmos e está intimamente ligado à criatividade na adolescência. Assim, deixar os filhos sozinhos para fazer “o que querem” acaba lançando esses adolescentes ao desamparo, deixando-os sem referências. Dessa forma, a conduta dos pais está relacionada à colocação de regras e limites, a fim de que o bebê, a criança e o adolescente possa construir seu referencial de atitudes por meio do “olhar” e do comportamento do adulto (Marin, 2002; Rinhel-Silva, Constantino, & Rondini, 2012; Vilhena, Zamora, Novaes, & Moreira; 2009).

Os sujeitos integrantes da faixa etária adolescente parecem ser identificados pela sociedade como tendo comportamentos característicos e comuns, os quais estiveram historicamente associados à ideia de “problema” a ser controlado e superado. Os mecanismos de repressão utilizados desde muito cedo pelo Estado, como a colocação de crianças e adolescentes “desviantes” em instituições totais, parece demonstrar esse pensamento. Dessa forma, as características comuns da adolescência tendiam a não serem vistas como positivas ou questionadoras e impulsionadoras de mudanças, mas como formas de impedimento do “bom funcionamento social”. A luta do adolescente incomoda os adultos: “ele [adolescente] luta, não desiste” (Marin, 2002, p.47).

A adolescência é caracterizada não por comportamentos ou personalidade, mas como um *período de intenso trabalho psíquico, subjetivo e relacional*, geralmente desencadeado pela entrada na puberdade, trabalho necessário para produzir um cidadão com autonomia, engajamento e capacidade de escolha. Em outras palavras, é *pessoa em desenvolvimento de sua capacidade de amar e trabalhar criativamente* (M. D. Rosa & Vicentin, 2012, p. 41).

Em função de serem “pessoas em desenvolvimento”, os adolescentes precisam de proteção, em todos os contextos (familiar, escolar e social), a fim de que suas experiências não definam precocemente seus modos de ser (M. D. Rosa & Vicentin, 2012). A adolescência é um período conturbado para todos, em função das inúmeras vicissitudes a que o sujeito está propenso nesta época. Porém, a vivência desta fase fica mais complicada quando, aliada às questões referentes à idade, encontram-se problemas referentes à rejeição vivida em casa, relacionada ao desemprego familiar, uso e abuso de substâncias psicoativas, violência doméstica. Além dessa rejeição vivida em casa, soma-se a rejeição vivida na sociedade, traduzida em uma comunidade pouco acolhedora que deixará o adolescente na invisibilidade (L. E. Soares, 2004).

Se a adolescência é uma fase difícil para aqueles que a vivenciam com estabilidade social e emocional, torna-se mais penosa ainda nos contextos de pobreza, violência e vulnerabilidade em que vivem muitas famílias brasileiras, na medida em que certas condições facilitam ou dificultam o processo de autoaceitação (autoconhecimento ou autoestima) (Costa, 2012, p.60).

Dessa forma, uma diferenciação merece ser destacada em se tratando da vivência da adolescência: a separação dos períodos cronológicos da vida. Esta separação é feita de forma diferenciada, dependendo do contexto socioeconômico e cultural em que estão inseridos os sujeitos. Assim, nas famílias mais vulneráveis, “o processo de adolecer tem começado e terminado mais cedo, pois está condicionado à iniciação em experiências do mundo adulto, que tendem a ser antecipadas, como a iniciação sexual e o ingresso no mundo do trabalho” (Costa, 2012, p.58). Isso porque tratam-se de adolescentes que iniciam sua luta por sobrevivência muito cedo, saltando direto da infância para o mundo do trabalho, prejudicando suas perspectivas de futuro (L. E. Soares, 2004; Vicente, 1994). Por outro lado, a adolescência nas classes sociais mais favorecidas parece estar sendo mais prolongada, sendo adiadas etapas de iniciação profissional e de saída da casa dos pais, por exemplo (Costa, 2012).

A diferenciação dessas “adolescências”, dos adolescentes oriundos de famílias de baixa renda, daqueles de classe média ou alta, começa no discurso social. Diante de situações de agressividade, nas camadas mais favorecidas a tendência é à indiferença ou à “solução do problema” por meio de recursos educacionais. Por outro lado, se as mesmas situações são provocadas por adolescentes “pobres e expostos”, ocorre a associação e colagem arbitrária entre adolescência (pobre) e violência (M. D. Rosa & Vicentin, 2012). Além disso, os próprios meios de comunicação parecem contribuir nesta diferenciação: o “menor”, o qual é

“infrator” e por isso merece que seja reduzida a maioria penal, por exemplo, em contrapartida ao “adolescente” (Marin, 2002; Rizzini et al., 2006; M. D. Rosa & Vicentin, 2012). A ideia passada é de que os únicos adolescentes perigosos são os que estão em situação de risco e vulnerabilidade social, de forma que o sistema socioeducativo brasileiro aponta para uma “criminalização da pobreza” (Vilhena et al., 2009, p.146). Assim, a situação de risco na qual se encontram esses meninos e meninas acaba por implicar na exclusão social dos mesmos, colocando-os na condição de marginais, gerando uma crise em seus vínculos sociais e familiares (Arpini, 2003; Marin, 2002).

Em relação à adolescência pobre no Brasil, Vicente (1994) afirma que a sociedade tem, pelo menos, três grandes problemas a enfrentar: a rua, a institucionalização e a violência. Em meio à condição de direitos violados, baixa escolaridade, de trabalho infantil, exploração sexual comercial, drogas ou atos de violência, a rua pode se tornar o lugar mais seguro que crianças e adolescentes encontram, de modo que acabam por se afastar de suas famílias e de suas comunidades, ficando expostos ao ingresso no mundo do crime. Neste sentido, o tráfico de drogas e armas configura-se como a dinâmica criminal que mais cresce em algumas regiões do Brasil, principalmente em meio a comunidades pobres. Dessa forma, o estigma social que se forma sobre esses adolescentes dificulta que os mesmos possam ser vistos como pessoas e, especialmente, que sejam compreendidos a partir de suas peculiaridades (Costa, 2012; L. E. Soares, 2004; Vicente, 1994).

Costa (2012), apoiada em Salles, discorre acerca de uma “visibilidade perversa” que permeia o discurso social em relação aos adolescentes de famílias mais vulneráveis, a qual teria duas dimensões. De um lado poderia se observar a invisibilidade, pois o sofrimento dos adolescentes, em função da violação de direitos a que estão sujeitos, não é percebido pela sociedade. De outro, tratar-se-ia de uma “visibilidade perversa”, na medida em que ela é seletiva e aparece de acordo com o discurso e o estereótipo social criado, reproduzindo, assim, as discriminações históricas e reforçando mecanismos de controle social repressores por parte do Estado, uma vez que foi este o tratamento historicamente dispensado à adolescência pobre no Brasil. Neste sentido, L. E. Soares (2004) refere-se a esta dupla dimensão da “visibilidade perversa” como, por um lado, “indiferença”, e por outro, como uma forma de invisibilidade pelo preconceito, o qual “projeta sobre a pessoa um estigma que a anula, a esmaga e a substitui por uma imagem caricata, que nada tem a ver com ela, mas expressa bem as limitações internas de quem projeta o preconceito” (p.133). Assim, esses meninos e meninas, colocados na posição de “marginais”, lutam constantemente para serem reconhecidos, sendo

que, muitas vezes, só conseguem este reconhecimento pela via do crime (Arpini, 2003; L. E. Soares, 2004).

Considerando estas diferenciações na vivência da adolescência no Brasil, parece ficar claro que a adolescência é ainda mais difícil para os meninos e meninas das famílias pobres, os quais contam com problemas que vão além dos problemas comuns desta fase, como os associados com a rejeição em casa e fora de casa, o desemprego e o uso de drogas. Assim, a própria vida urbana é geradora de violência e exclusão (Arpini, 2003). Porém, cabe ressaltar que a associação entre as angústias da adolescência e a pobreza não pode ser feita de forma direta, uma vez que este fato poderia acarretar no risco da reprodução de preconceitos sociais, atribuindo, exclusivamente, às famílias mais pobres a responsabilidade da problemática existencial de seus filhos. As condições adversas em que vivem as famílias mais vulneráveis fazem com que estas contem com menos recursos para prover, muitas vezes, as necessidades físicas de seus filhos. As menores possibilidades também dificultam que essas famílias consigam fornecer subsídios para que os filhos busquem oportunidades profissionais, tendo, também, problemas ao acessar apoio quando em dificuldades (Costa, 2012; L. E. Soares, 2004).

Assim, a família deve ser auxiliada para que possa oferecer condições de proteção aos seus filhos, porém, muitas crianças e adolescentes ainda necessitam da proteção oferecida pelas instituições de acolhimento. Neste sentido, cabe ressaltar que ser visto como um adolescente que vive em uma instituição de acolhimento é ainda um forte estigma social, se configurando como uma marca muito forte que os adolescentes que passam por esta vivência carregam. Essa marca é fortalecida em função de as pessoas, de modo geral, julgarem que crianças e adolescentes que passaram ou estão em instituições de acolhimento carregam algum problema em sua “bagagem”. Dessa forma, dissemina-se o preconceito que “ignora” que estes meninos e meninas foram vítimas ao longo de sua história – tiveram seus direitos violados – ficando fundamentado na ideia de que eles não podem ser pessoas “normais”, que, de alguma forma, eles são responsáveis por sua situação e pelo “estereótipo de marginalidade que os acompanha” (Arpini, 2003, p.180).

2.2. A construção histórica da garantia de direitos às crianças e aos adolescentes abandonados no Brasil

2.2.1. Da Roda dos Expostos ao Código de Menores: os menores em situação irregular

O sistema de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes passou por modificações ao longo da história. Inicialmente vistos como “miniadultos”, aos poucos os meninos e meninas foram sendo reconhecidos como sujeitos de direitos, cabendo à família, à comunidade e ao Estado fazer com que estes direitos sejam respeitados. Ao Estado cabe investir em políticas públicas que garantam que a família tenha condições de desempenhar o seu papel. Caso a família descumpra seu papel de proteção, o Estado tem o dever de acionar medidas de proteção, entre elas a de acolhimento institucional. Dessa forma, deve-se lembrar sempre que é a criança/adolescente o “sentido último de todas as ações familiares e das políticas públicas que visam garantir os seus direitos, o seu desenvolvimento pleno e o seu exercício da cidadania” (Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012, p.14).

A assistência à infância abandonada entre o período colonial e até meados do século XIX foi marcada pelo caráter caritativo de assistência. Essa assistência se traduzia no ato de recolher crianças órfãs (Marcílio, 2006; Rizzini, 2008). Esta forma de assistencialismo estava centrada na fraternidade, de inspiração religiosa, e que não visava a mudanças sociais. Durante esta fase, eram encontradas três formas de assistência à criança abandonada, sendo duas delas formais e uma informal. As formais consistiam na assistência pelas Câmaras Municipais, e pela roda dos expostos. A assistência informal era dada pelas famílias ou indivíduos que recolhiam recém-nascidos abandonados, deixados em suas portas ou nas ruas (Marcílio, 2006).

Este sistema informal foi o mais abrangente e universal, e estava relacionado ao caráter religioso que perpassou a fase caritativa: o indivíduo criava a criança abandonada como uma forma de “boa-ação” e, em troca, esperava receber a salvação de sua alma. Porém, esta atitude caritativa não estava relacionada exclusivamente ao viés religioso. Criar um exposto, como eram chamadas as crianças abandonadas na época, significava garantir mão-de-obra gratuita no futuro, ou seja, garantir vantagens econômicas às famílias criadoras. Ainda assim, cabe destacar que as crianças expostas que eram criadas em casas de família apresentavam condições de sobrevivência melhores do que as que se encontravam nas instituições (Marcílio, 2006).

A Roda dos Expostos, instituição clássica da prática caritativa, foi uma das instituições de maior duração no Brasil, existindo até a década de 50. Ela surgiu na Europa medieval e era uma forma de garantir o anonimato da pessoa que não desejava ficar com o bebê, evitando, assim, que a criança fosse abandonada em lixos, bosques, e outros lugares, que a exporiam aos mais variados riscos (Marcilio, 1997). As rodas eram administradas pelas Santas Casas de Misericórdia, sendo as primeiras instaladas em Salvador (1726), Rio de Janeiro (1738) e

Recife (1789), ainda no período colonial. A assistência às meninas mais velhas sem-família era oferecida pelos chamados Recolhimentos, que se tornaram uma continuação da roda dos expostos, mas para o sexo feminino (Marcílio, 2006).

Após a Independência do Brasil, em 1828, as câmaras fizeram passar a Lei dos Municípios, a qual colocava a Assembleia Legislativa Provincial, e não mais a Câmara, como responsável pelo subsídio que auxiliava o trabalho da Misericórdia. Dessa forma, começou a se oficializar a roda dos expostos nas Misericórdias, sendo que estas estavam a serviço do Estado. Inicialmente o Estado atuava como agente de apoio e fiscalizador dessas entidades, mas aos poucos foi se apropriando da questão da assistência. Assim, foi se perdendo o caráter caritativo da assistência para a entrada do caráter filantrópico, associando o público e o particular (Constantino, 2000; Marcílio, 1997).

Com a chegada do século XIX e a nova mentalidade trazida também da Europa, muitas críticas começaram a ser feitas a este modelo de assistência à infância, especialmente à Roda dos Expostos (Marcílio, 1997; Rizzini, 2008). As rodas não podiam mais existir, pois, por um lado, elas constituíam um atentado moral ao “incentivar” uniões ilícitas. Isto porque essas uniões geravam filhos ilegítimos que acabavam por serem abandonados nas rodas dos expostos. Por outro lado, exigia-se o fim das rodas em função do grande número de crianças que se amontoavam nas casas dos expostos, ferindo os preceitos da higiene e aumentando a mortalidade dessas crianças (Costa, 2012; Rizzini, 2008).

Assim, o movimento para se acabar com a Roda partiu, inicialmente, dos médicos higienistas, que atacaram diversos pontos em relação à assistência, como o combate à mortalidade infantil e cuidados com o corpo das crianças (Marcílio, 2006). Dentre os aspectos que motivaram o movimento, o mais relevante e alvo de maiores ataques foram os altos níveis de mortalidade dentro das casas dos expostos, que chegavam a índices alarmantes de 70 a 90% (Marcílio, 1997, 2006; Rizzini, 2008). Juntamente com os médicos, os juristas aderiram aos esforços para extinguir as rodas, buscando pensar novas leis para proteger a criança abandonada e dar conta de outro problema social que estava surgindo com o abandono: a adolescência infratora (Marcílio, 1997). Esta busca por novas leis também esteve centrada na pediatria, buscando garantir na legislação procedimentos de cuidado ao parto, à mãe e à criança (R. Silva, 1997).

Juntamente ao descrédito que as Rodas foram assumindo, os higienistas faziam outra relação entre os altos níveis de mortalidade infantil e nascimentos ilegítimos: era preciso instruir as mães para defender a família. Desperta-se, dessa forma, “a consciência da responsabilidade política do Estado na educação da infância” (Marcílio, 2006, p.198; R. Silva,

1997). Assim, tem início a concepção de que a família – ou pelo menos a mãe – era essencial não apenas para o desenvolvimento físico da criança, mas psicológico, social e afetivo. Começava-se a pensar em criar serviços de proteção às mães, para que não abandonassem seus filhos após a gravidez (Marcílio, 2006).

Dessa forma, as velhas instituições coloniais de assistência não eram mais suficientes e não estavam mais respondendo às exigências da nova sociedade liberal (Marcílio, 2006). Porém, o movimento para a extinção das rodas não foi suficiente para pôr fim a elas ainda no século XIX, sendo que algumas delas sobreviveram até meados do século XX. Cabe ressaltar que, apesar dos problemas apresentados pelas rodas, elas cumpriram importante papel na assistência à infância desamparada: por mais de um século – até os primeiros anos do século XX – a roda dos expostos, aliada à ação de médicos e higienistas, “foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil” (Marcilio, 1997, p.51; Constantino, 2000).

A filantropia, substituta da fase caritativa, tinha como objetivo preparar a criança pobre e abandonada para o trabalho. As instituições – agora grandes instituições – deveriam ser localizadas longe dos centros das cidades e prezava-se a disciplina. Os meios de recuperação desses meninos “viciosos” era a educação, o trabalho e a disciplina (Gulassa, 2010). Assim, até a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), duas leis pautaram o atendimento em acolhimento institucional no século XX: o Código Brasileiro do Menor em 1927 e o Código de Menores em 1979 (Gulassa, 2010). O Código de Menores de 1927 é considerado por alguns autores como um marco na assistência à infância no Brasil, pois é nele em que esta assistência passa a ser um atributo do Estado (Marcílio, 2006). Este Código muda a nomenclatura de “juiz de órfãos” para “juiz de menores” e determina o fim da Roda dos Expostos, para acabar com o anonimato do abandono (R. Silva, 1997). No lugar da Roda ficaram os Escritórios de Admissão (Marcílio, 2006; R. Silva, 1997).

Nos Códigos de Menores, o objetivo era o de estabelecer mecanismos de controle e disciplina para os jovens “desviados”, de modo que a família era entendida como a única responsável pela situação em que seus filhos se encontravam e por suas dificuldades. Dessa forma, as instituições existentes na época trabalhavam seguindo a lógica da repressão e destinavam-se a abrigar crianças e adolescentes “abandonados” ou “carentes”, não havendo distinção entre os adolescentes recolhidos em virtude de terem cometido algum ato infracional daqueles abrigados por estarem em situação de risco e abandono. As crianças e adolescentes que viviam nessas grandes instituições seguiam regras das quais não participavam da construção (Costa, 2012; Gulassa, 2010; Siqueira, 2012).

O Código de Menores era especialmente voltado à infância e adolescência pobres, considerando crianças e adolescentes como “menores em situação irregular”, “tendo [a doutrina de situação irregular] por objetivo central o ‘sequestro social’ de todos aqueles em ‘situação irregular’, também do ponto de vista jurídico” (Costa, 2012, p.129). A ideia presente era, portanto, de que os pobres eram um “mal social” e, por isso, deveriam ser corrigidos, de forma que acabavam sendo objeto de políticas assistencialistas e repressoras. Assim, crianças e adolescentes pobres, abandonados ou carentes eram vistos como “vadios, libertinos e perigosos”. No mesmo sentido, as famílias pobres eram vistas como responsáveis por sua privação de saúde, habitação, alimentação, visto que estes problemas eram considerados como causados por elas mesmas pela preguiça ou escolha da própria família. Eram também vistas como “incompetentes” no cumprimento de seu papel parental e, conseqüentemente, culpabilizadas por isso. Dessa forma, o problema da infância pobre e desamparada no Brasil era visto como caso de polícia e repressão, e não como uma questão de assistência e proteção (Constantino, 2000; Gulassa, 2010; Neder, 1994; Rizzini et al., 2006).

Durante a vigência do Código de Menores as instituições de acolhimento eram vistas como a única forma de proteção para a criança e o adolescente, e esta proteção deveria ser oferecida longe da família e da comunidade a que estes meninos e meninas pertenciam (Gulassa, 2010). Aliado a isso, era recorrente o hábito de os meninos e meninas compartilharem roupas e objetos pessoais, não havendo espaço para a individualidade de cada sujeito (Siqueira, 2012). Neste sentido, estudos têm apontado a importância do cuidado com relação à individualidade e às particularidades das crianças e adolescentes acolhidos (Guará, 2006; Marin, 2002). Este cuidado leva em conta tanto a compreensão das particularidades e das potencialidades de cada indivíduo ali presente, quanto a promoção do desenvolvimento integral e do apoio nos momentos em que a criança/adolescente apresente dificuldades e/ou crises (Guará, 2006).

Este atendimento em grandes grupos era natural, uma vez que a instituição funcionava como um “colégio disciplinador”, um “depósito de crianças e adolescentes desviados” (Gulassa, 2010). O atendimento massificado nas instituições de acolhimento representou uma violação de direitos que deixou marcas irreversíveis na vida das crianças e adolescentes que ali estiveram presentes. Essas marcas, com frequência, fizeram com que esses meninos e meninas não adquirissem “sentimento de pertencimento e enfrentem sérias dificuldades para adaptação e convívio em família e na comunidade” (E. R. A. Silva et al., 2004, p.231).

Outro aspecto observado nas instituições vigentes durante o Código de Menores era a restrição da liberdade dos jovens em medida de proteção. Isso ocorria, pois todos os

atendimentos a que os meninos e meninas frequentavam, como educação, profissionalização e saúde, eram, geralmente, oferecidos e prestados dentro da própria instituição, de forma que eles permaneciam dentro de seus muros, o que as caracterizava como “instituições totais” (Gulasa, 2010; Siqueira, 2012). Este “fechamento” das instituições era justificado em função destas retirarem das ruas o “mal” que crianças e adolescentes abandonados e marginalizados poderiam representar para a sociedade (Constantino, 2000).

Quando movidos [as crianças e os adolescentes] para fora da sociedade, não mais serão passíveis de identificação, uma vez que não possuem mais identidade social. A ameaça de sua presença indesejada está resolvida, desde que seja possível a eliminação ou a restrição de sua figura em algum lugar em que a massa, não identificável como humana, se misture (Costa, 2012, p.42).

Em 1941 foi instalado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM –, o qual pouco alterou a lógica de atendimento vigente nos primeiros anos de sua implantação. A partir do SAM, porém, começa-se a pensar em duas orientações para a política dirigida à infância: uma voltada para a saúde materno-infantil e outra, para os meninos infratores. Isso porque o SAM era dirigido especialmente aos “menores infratores”, servindo como uma “penitenciária de adolescentes”. Dessa forma, gradativamente foi se conduzindo à separação entre as instituições voltadas ao abrigo de crianças órfãs e desamparadas daquelas específicas voltadas aos infratores (Constantino, 2000; Rizzini & Rizzini, 2004).

Entretanto, o SAM não se mostrou eficiente para superar a situação de “depósito de menores” que acontecia nas instituições, sendo também denunciado por corrupção, rebeliões e por utilizar técnicas ultrapassadas de reeducação. A passagem pelo SAM tornava o adolescente temido e marcado, de forma que a instituição se transformou, no imaginário popular, em uma “escola do crime” (Constantino, 2000; Rizzini & Rizzini, 2004). Dessa forma, em substituição, criou-se a Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor –, com o intuito de definir uma Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Entre os anos de 1965 e 1990 a Funabem oferecia parâmetros para as Febens – Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor – a fim de reformar o modelo vigente de atendimento institucional. Porém, as grandes instituições continuaram existindo e mantendo crianças e adolescentes isolados sob um atendimento que não supria suas necessidades individuais e que prezava a violência, a opressão e a exclusão, dificultando sua inserção social. A institucionalização continuava caracterizada pela ausência de laços afetivos e pela imposição de rotina que não respeitava a

individualidade dos internos, gerando, neles, sentimentos de rejeição e abandono (Constantino, 2000; Gulassa, 2010; Rizzini & Rizzini, 2004).

A própria forma como as Febens eram organizadas as transformavam em “prisões para crianças e adolescentes”. O grande número de crianças e adolescentes institucionalizados e o número reduzido de funcionários, os quais não eram especializados, dificultava o acompanhamento mais individualizado dos internos, fazendo necessária a vigilância constante e a imposição de regras disciplinares duras (Constantino, 2000). Dessa forma, este tipo de instituição acabou se configurando em um lugar de fracasso, em que aconteciam todos os tipos de repressões, humilhações e violências com os internos, fato que praticamente extinguiu as perspectivas de futuro dos meninos e meninas que nela ingressavam. De tal modo, as Febens apenas deram continuidade ao SAM, perpetuando a condição marginal de existência do abandonado. O fracasso deste modelo de instituição fez com que se repensasse a institucionalização e se buscassem soluções alternativas (Arpini, 2003; Constantino, 2000; Rizzini & Rizzini, 2004).

2.2.2. Estatuto da Criança e do Adolescente: a passagem a sujeitos de direitos

Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) foi promulgado e trouxe uma série de modificações no contexto da proteção da criança e do adolescente. Principalmente, a noção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres, e não mais de “objetos de tutela”, como ocorria com o Código de Menores (Siqueira, 2012). Da mesma forma, a criança e o adolescente passam a ser considerados pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, devendo receber atenção prioritária e proteção integral em todas as políticas sociais. Neste sentido, a partir do ECA as famílias em situação de risco não são mais consideradas as únicas responsáveis por sua condição, a qual seria um resultado das fragilidades das políticas públicas ao não garantir às famílias condições mínimas de vida. As famílias também passam a ser vistas como fundamentais para a realização e defesa dos direitos da criança e do adolescente, devendo ser aparadas pelo poder público a fim de que possam realizar suas funções e responsabilidades. Assim, “as ações primárias de atenção à família devem ter o sentido de ampará-la e não de substituí-la” (Gulassa, 2010, p.19).

Neste sentido, o ECA prevê nove medidas protetivas para meninos e meninas em situação de risco e vulnerabilidade social, sendo que o acolhimento institucional é a sétima delas, de forma que é necessário que se esgotem as ações anteriores a ele antes que se decida, realmente, pelo acolhimento. Ele é considerado uma medida de proteção de caráter provisório

e excepcional (art 101, § 1º) utilizada para crianças e adolescentes em situação de risco. Esta medida deve priorizar o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, visando à reinserção da criança ou do adolescente em sua família natural ou extensa, ou, caso a reinserção não seja possível, sua colocação em família substituta (Brasil, 1990).

A primeira medida de proteção presente no ECA é a de “encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade”, o que pode ser entendido, em alguns casos, como as advertências recebidas pelos pais dos Conselhos Tutelares. A segunda medida é a “orientação, apoio e acompanhamento temporários”, que constitui o encaminhamento da família à rede de proteção a fim de que sejam realizadas algumas ações pontuais, como regularização de documentos e recebimento emergencial de cesta básica. A terceira medida é a “matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental”, que inclui tanto o apoio no sentido de conseguir vaga em uma escola pública quanto a advertência à família de que a não inclusão do filho em idade escolar em uma escola configura uma violação de direitos (Moreira, Passos, & Pereira, 2012).

A quarta medida é a “inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente”, o qual inclui ações como inclusão da família no programa Bolsa Família e também o encaminhamento dos responsáveis para programas de capacitação e geração de renda, por exemplo (Moreira, 2013; Moreira, Passos, & Pereira, 2012). Para isso, é necessário que se invista em políticas públicas que auxiliem as famílias e que estejam a serviço do que é proposto no ECA. A quinta medida é a “requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial”, tanto para a criança ou adolescente quanto para seus pais ou responsáveis, os quais devem ser encaminhados para a rede pública de atendimento.

A sexta medida é a “inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos”. Conforme já dito, o uso de álcool e a dependência química são alguns dos fatores considerados de risco nas famílias, e que estão relacionados à inclusão de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento (Albuquerque, 2012; Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012), de forma que o auxílio oferecido para a família com essa problemática pode evitar ou diminuir as chances de a criança ou o adolescente ser encaminhado ao acolhimento institucional. A sétima medida, de “abrigo em entidade”, passou a ser nomeada, após a lei 12.010 (a qual será trabalhada mais detalhadamente no item 2.2.3.), conforme já dito, de “acolhimento institucional”. Essa medida deveria implicar, a princípio, que as medidas protetivas anteriores a ela já teriam sido aplicadas e não teriam sido suficientes para garantir segurança e proteção à criança ou

adolescente. O período de acolhimento deve ser destinado à busca e preservação dos laços familiares e comunitários do acolhido, a fim de que sua reinserção possa ser realizada.

A oitava medida é a de “inclusão em programa de acolhimento familiar”, também incluída a partir da lei 12.010. Segundo Moreira, Passos e Pereira (2012), o acolhimento familiar pode ser entendido como “um serviço que organiza a inclusão de crianças e adolescentes retirados temporariamente da convivência com sua família de origem e encaminhados a residências de famílias acolhedoras” (p.33). Esta medida visa à redução dos efeitos da institucionalização para os meninos e meninas acolhidos, pois a entrada na instituição de acolhimento já se configura em um momento de tensão e rompimento de laços de parentesco e afeto, o que pode contribuir para a fragilidade dos laços familiares (Arpini & Quintana, 2009; Cavalcante et al., 2010; Guará, 2006; Moreira, Passos, & Pereira, 2012). Dessa forma, todo o esforço que puder ser feito para reduzir esse impacto negativo será de grande valia. A nona e mais complexa medida é a “colocação em família substituta”, feita através da adoção legal. Ela implica na perda definitiva do poder familiar e só é aplicada quando se esgotam as alternativas de reinserção na família de origem (Moreira, Passos, & Pereira, 2012).

Estas medidas protetivas previstas no ECA destinam-se, sobretudo, às famílias em condições de vulnerabilidade social, as quais necessitam de amparo material e psicossocial, e o ECA prevê, como se pôde observar, medidas que abarcam estes aspectos. Dessa forma, existem medidas destinadas às famílias anteriores ao acolhimento institucional, as quais buscam garantir a excepcionalidade desta opção (Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012; Moreira, Passos, & Pereira, 2012). Essas medidas anteriores orientam a “elaboração e execução de políticas públicas e programas sociais que visam a propiciar à família condições para que ela possa exercer as funções social e legal prescritas em nossa sociedade em relação às suas crianças e seus adolescentes” (Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012, p.17).

Assim, os motivos para a colocação de uma criança ou adolescente em instituição de acolhimento devem ser amplamente discutidos, para que se faça valer o caráter excepcional da medida. A entrada em instituição de acolhimento deve ser realizada apenas quando esgotadas as alternativas anteriores e a utilização desta medida se mostrar necessária para o bem-estar dos meninos e meninas. Entretanto, o Brasil é um país com forte tradição na institucionalização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade – rompendo com a convivência familiar e comunitária desses meninos e meninas em vez de preservá-la – a qual, como foi apontado anteriormente, é historicamente tecida na estigmatização das famílias a que estes meninos e meninas pertencem como desqualificadas para o cuidado dos mesmos.

(Gulassa, 2006, 2010; Neder, 1994; Rizzini et al., 2006; E. R. A. Silva et al., 2004; Vicente, 1994; Vitale, 2006). Não se buscava saber as verdadeiras razões que levavam crianças e adolescentes ao acolhimento, eles eram considerados abandonados. Dessa forma, a institucionalização pode, muitas vezes, fazer com que a família seja tomada como causa única de todos os problemas de seus filhos, frequentemente sendo culpabilizada pela violação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Isso pode fazer, também, com que estas famílias percebam o acolhimento institucional como uma forma de punição por sua “incapacidade” de cuidar de seus filhos (Arpini, 2013; Arpini & Quintana, 2009; Bedran & Carellos, 2012; Gulassa, 2010; Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012).

Este olhar estigmatizado pressupõe a existência de uma forma da família se estruturar como a “melhor”, deixando uma série de organizações familiares à margem do que é “certo”, ou seja, “constituem uma área de negligência, visto que não são reconhecidas nem respeitadas em suas diversidades” (M. L. Silva et al., 2012, p. 16). Dessa forma, as famílias em situação de vulnerabilidade são vistas como se não fossem famílias “adequadas” para o cuidado de seus filhos, muitas vezes por não possuírem o modelo tradicional pai-mãe-filhos, conforme já discutido. Entretanto, havendo vínculo satisfatório, a família deve ser auxiliada para que consiga ter condições de criar seus filhos, pois “a criança deve permanecer em casa, aos cuidados da sua família ou parentes, mesmo quando a casa é pobre, quando a mãe trabalha muito, quando mora em lugares precários, mas é capaz de dar a continência necessária” (Gulassa, 2010, p.31).

Porém quando a família, independente do modelo que possuir, violar os direitos de crianças e adolescentes, cabe à sociedade e ao poder público que ela seja responsabilizada por esta violação (Moreira, 2013). Conforme já discutido, ainda que a família tenha valor essencial para o desenvolvimento de crianças e adolescentes e ainda que exista uma série de medidas protetivas a serem utilizadas antes do acolhimento institucional, existem famílias que não têm conseguido oferecer um lugar de proteção e segurança a seus filhos (Guará, 2006; Gulassa, 2010). De tal modo, a instituição de acolhimento não raro se apresenta como a melhor alternativa para um grupo de crianças e adolescentes, sendo o único caminho para a tentativa de superar momentos de violação ao longo de suas histórias (Arpini, 2003). Dessa forma, o poder público tem o papel de proteger as crianças e os adolescentes e de mediar as relações entre os pais e responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes tentando superar as condições que levaram à violação de direitos. Assim, caso a superação dessas condições não aconteça, deve-se buscar a família extensa ou substituta para que esse jovem possa ter seu direito de convivência familiar e comunitária garantido (Moreira, 2013). Mesmo antes do

acolhimento essas pessoas próximas devem ser buscadas, a fim de que possam proteger e apoiar esses meninos e meninas (Gulassa, 2010).

O ECA (Brasil, 1990) também trouxe outra importante determinação: o reordenamento institucional. Este reordenamento pressupõe que as instituições de acolhimento devem assumir um caráter residencial, que ofereça atendimento personalizado em pequenas unidades e, principalmente, a grupos reduzidos (Siqueira, 2012). São quatro os modelos de acolhimento propostos na legislação brasileira: a casa de passagem, o abrigo institucional, a casa-lar e a república. A casa de passagem é um serviço que funciona em regime de plantão. Ela possui uma equipe multidisciplinar que analisa a situação da criança ou adolescente antes de efetivar o acolhimento. O abrigo institucional é a modalidade mais comum e mais utilizada de acolhimento e ao qual, frequentemente, se refere ao falar de “acolhimento institucional”. A casa-lar é bastante próxima ao abrigo institucional, a diferença está no fato de que, na casa-lar, o educador mora na instituição. Por fim, a república é o lugar em que os jovens que permaneceram na instituição até os 18 anos e que não possuem rede familiar, participam (Gulassa, 2010).

Em relação à qualidade do acolhimento institucional e considerando uma nova perspectiva de institucionalização que preza a brevidade e a excepcionalidade da medida (fatores reforçados com a lei 12.010, a qual será trabalhada mais detalhadamente no item 2.2.3.), um importante indicador deste acolhimento é o território. A instituição de acolhimento a qual a criança ou o adolescente ficará vinculado deve estar próxima à família e à comunidade em que o acolhido vivia (Gulassa, 2010). A valorização do território vai ao encontro do direito à convivência familiar e comunitária preconizado pelo ECA, o qual acabou com o isolamento antes vivenciado nas instituições de acolhimento, em que todos os serviços eram prestados dentro das mesmas. Esta desinstitucionalização no atendimento de crianças e adolescentes acolhidos “valoriza o papel da família, as ações locais e as parcerias no desenvolvimento de atividades de atenção, trazendo mudanças no panorama do funcionamento das instituições de acolhimento” (Siqueira, 2012, p.24).

A maior proximidade entre família e instituição favorece o trabalho com a rede familiar, principalmente em relação às visitas, tanto dos familiares à criança quanto da criança à família, o que favorece a manutenção do vínculo entre eles, estando de acordo com os preceitos trazidos pelo ECA. Também favorece que haja continuidade após a reintegração da criança ou do adolescente, pois possibilita que este menino ou menina frequente a escola e os demais serviços da sua própria comunidade, para onde irá voltar, minimizando, assim, os efeitos da institucionalização (Arpini & Quintana, 2009; Gulassa, 2010; Siqueira, 2012).

Para um atendimento que satisfaça os preceitos destacados pelo ECA nas instituições de acolhimento, é necessário, também, que comportamentos comuns durante o tempo dos internatos sejam superados, como a coletivização e a homogeneização do cotidiano (Guará, 2006). É importante dar espaço à individualidade das crianças e adolescentes presentes nas instituições de acolhimento. O atendimento massificado oferecido a esses meninos e meninas por algumas instituições de acolhimento pode deixar seqüelas em suas vidas, como a dificuldade para estabelecimento de vínculos e a carência afetiva. Isso representa uma violação dos direitos dessas crianças e adolescentes, além de dificultar a aquisição de sentimento de pertencimento por parte dos mesmos, influenciando, também, a adaptação e o convívio familiar e comunitário (E. R. A. Silva et al., 2004). Dessa forma, ainda que existam rotinas nas instituições de acolhimento, estas devem permitir flexibilidade e possibilidade de olhar cada menino e menina na sua singularidade (Gulassa, 2010).

A instituição de acolhimento deve ser um lugar que possibilite às crianças e aos adolescentes “encontrar-se com a própria história, entender suas dificuldades e acreditar em sua capacidade de construir um novo projeto de vida, com mais atuação e autonomia” (Guará, 2006, p.65). Um lugar que possibilite, assim, interações profundas que permitam às crianças e aos adolescentes expressar e elaborar seus momentos de crise, de raiva e de dor diante da situação difícil em que se encontram (Gulassa, 2010; Guará, 2006). Para que isso aconteça, é importante que o atendimento seja feito em grupos pequenos, conforme dito anteriormente, o que permite que possam ser olhadas as particularidades de cada criança e/ou adolescente presente na instituição de acolhimento, suas características próprias e as especificidades de suas histórias de vida (E. R. A. Silva et al., 2004). Assim, a criança e o adolescente têm direito a viver e desfrutar de uma rede afetiva dentro da instituição de acolhimento. A instituição não é mais um lugar de “sobrevivência” para meninos e meninas “abandonados”, ela é um lugar de garantia de direitos e de crescimento (Vicente, 1994).

Além disso, para que a instituição de acolhimento seja um local de reorganização da vida da criança ou adolescente ali presente e de sua família, é fundamental o profissionalismo do trabalho da equipe de atendimento responsável. A busca da equipe pelo reforço dos vínculos familiares ou comunitários e pela construção de um projeto socioeducativo para a criança ou adolescente acolhido deve integrar a procura pelo melhor desenvolvimento do acolhido com a melhor alternativa de inclusão social (Guará, 2006). De tal modo, esta instituição deve ser um ambiente de relacionamento e vinculação, onde essas crianças e adolescentes possam ter atividades que proporcionem, ao mesmo tempo, aconchego e desenvolvimento (Gulassa, 2010). Neste sentido, estudo realizado por Arpini (2003) mostrou

a vinculação positiva formada entre os adolescentes e a instituição, de forma que ela não carregou o estigma negativo e destrutivo que marcava instituições mais tradicionais.

Assim, os efeitos que as instituições vão ter sobre o desenvolvimento da criança ou adolescente acolhido vão depender da qualidade das relações estabelecidas dentro dela, do projeto pedagógico da instituição e do modo como ela é organizada (Constantino, 2000). Se a instituição seguir as orientações trazidas pelo ECA e oferecer indicadores de qualidade, juntamente com um ambiente acolhedor e afetivo em que a família esteja presente na rotina da instituição, ela provavelmente conseguirá se configurar em um fator de proteção, proporcionando desenvolvimento adaptativo aos meninos e meninas institucionalizados. Porém, se a instituição não conseguir superar o modelo trazido pelas grandes instituições vigentes durante o Código de Menores, com atendimento coletivizado e baseado em práticas violentas e punitivas, não satisfazendo condições básicas de funcionamento, provavelmente ela acabará atuando como risco para o desenvolvimento (Constantino, 2000; Siqueira, 2012).

Cabe ressaltar, entretanto, que as determinações do ECA a respeito da importância da convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes acolhidos e de que as equipes técnicas das instituições de acolhimento seriam as responsáveis pelo desligamento institucional e reinserção familiar não garantiu a criação dessas equipes nesse momento. Esse panorama institucional resultava na não garantia de seus direitos à convivência familiar e comunitária – uma vez que não havia quem garantisse essa convivência –, em uma má condução dos processos de desligamento ou em uma institucionalização prolongada que fazia dos acolhidos órfãos com pai e mãe, além de um atendimento prestado aos jovens baseado no assistencialismo, predominante nesse campo em décadas anteriores (Gulassa, 2010; Siqueira, 2012). Foi a partir da lei 12.010 que se exigiu uma equipe técnica mínima nas instituições de acolhimento e se passou a ter um olhar mais atento em relação à reintegração familiar.

2.2.3. Lei 12.010: um novo olhar à reintegração familiar e à rede de atendimento

A Lei 12.010, conhecida como Nova Lei Nacional de Adoção, dispõe sobre o remodelamento de leis vigentes em relação ao acolhimento institucional e à adoção (Brasil, 2009), sendo que as mudanças trazidas por esta lei foram incorporadas ao texto do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Dessa forma, esta lei traz como principais modificações: a obrigatoriedade de reavaliação da situação da criança ou adolescente em instituição de acolhimento a cada seis meses, a preferência pela reintegração em sua família natural a qualquer outra ação e sua permanência máxima de dois anos em acolhimento

institucional, salvo comprovada a necessidade de permanência que atenda ao superior interesse da criança/adolescente, o qual deve estar fundamentado pela autoridade judiciária (Art. 19, § 20) (Brasil, 2009). A Nova Lei reforça, assim, a necessidade de preservação dos laços familiares dessas crianças e adolescentes (Siqueira, 2012).

Estas modificações surgem para reforçar o caráter provisório desta medida de proteção, já assinalado no ECA, uma vez que as três ações citadas estão claramente voltadas à desinstitucionalização das crianças e dos adolescentes acolhidos, preferencialmente reintegradas às suas famílias, no menor espaço de tempo possível. A institucionalização da infância no Brasil fez com que inúmeras crianças e adolescentes perdessem a possibilidade de viver uma experiência familiar, uma vez que o tempo de acolhimento, de maneira geral, era muito prolongado, chegando a durar toda a infância e adolescência, de forma que o Estado era o encarregado da tutela desses meninos e meninas (Arpini, 2013). O afastamento da família de origem por meio do acolhimento institucional é uma medida emergencial de proteção, que visa garantir a integridade física e psicológica das crianças e adolescentes, interrompendo as violações às quais eles estão sujeitos. Por outro lado, este afastamento pode gerar uma ruptura que impossibilite o retorno ao convívio familiar (Arpini & Quintana, 2009; Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012), e quanto maior o tempo de institucionalização, maiores as chances de que o vínculo entre pais e filhos não possa ser reestabelecido.

Dessa forma, a Nova Lei vem enfatizar a importância da vivência familiar, retomando a noção de que toda criança e adolescente tem direito a esta vivência, e condenando a prática prolongada da institucionalização. Entretanto, ainda que estudos venham apontando os efeitos prejudiciais desta institucionalização prolongada, reverter essa lógica de funcionamento e pensamento não tem se mostrado tarefa fácil, pois são vários os preconceitos que precisam ser revistos: “o da família incapaz, o do profissional que não vê perspectivas, o da sociedade que não consegue implementar as medidas de apoio e proteção necessárias para que estas famílias acolham seus filhos” (Arpini, 2013, p.70). Os desafios estão nos diferentes atores envolvidos direta ou indiretamente no trato com essas crianças, adolescentes e suas famílias (Arpini, 2013).

A Lei 12.010 também coloca outra dimensão em destaque: a família extensa. A legislação traz a prerrogativa da parceria dos membros da família extensa (Siqueira, 2012), de modo que é função da equipe das instituições de acolhimento procurar estes membros e trabalhar também com eles a possibilidade de retorno da criança ou adolescente ao ambiente familiar, evitando a institucionalização prolongada. Isso confirma que o afastamento familiar não configura o melhor caminho na proteção de crianças e adolescentes, visto que “atrelados a

ele estão sentimentos de culpa, rejeição e sofrimento, além da ruptura de vínculos afetivos com familiares e amigos e o afastamento da comunidade e escola, aspectos que podem gerar efeitos negativos ao desenvolvimento dos jovens” (Siqueira, 2012, p. 33). A família deixa de ser vista apenas como um objeto e passa a ser compreendida como sujeito, sendo investida para garantir o futuro de seus filhos e da sociedade (Arpini, 2013; M. L. Silva & Arpini, 2013a, 2013b).

Outra modificação importante trazida com a Lei 12.010 diz respeito ao “Plano Individual de Atendimento” (PIA), o qual deve ser elaborado pela equipe responsável assim que a criança ou o adolescente chegar à instituição de acolhimento (Brasil, 2009). O PIA pressupõe que serão reunidas informações para obter um conhecimento aprofundado de cada acolhido (Gulassa, 2010; M. L. Silva & Arpini, 2013b), e que será traçado um caminho para atender às demandas de cada criança/adolescente, devendo conter: avaliação interdisciplinar do acolhido, compromissos assumidos pelos responsáveis e atividades a serem desenvolvidas (Art. 101, § 6º). Dessa forma, ele vai propor ações investigativas e ações de atendimento à criança ou ao adolescente, ações estas que serão desenvolvidas com o objetivo de atender aos objetivos específicos de cada sujeito, de acordo com a demanda de cada menino e menina (Gulassa, 2010; Rosseti-Ferreira, Almeida, Costa, Guimarães, & Mariano, 2012). De tal modo, a rede de atendimento disponível no município deverá ser acionada com vistas à reintegração da criança/adolescente à sua família de origem ou, caso esta reintegração não seja possível, à colocação em família substituta (Brasil, 2009).

O PIA pressupõe, também, que a opinião da criança ou do adolescente será considerada durante o processo, respeitando-se seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão (Art. 101, § 5º). Logo na primeira avaliação devem ser levados em consideração os interesses e as necessidades dos meninos e meninas (Gulassa, 2010). Porém, estudos de Rossetti-Ferreira, Almeida, Costa, Guimarães e Mariano (2012) indicaram que o jovem acaba sendo o menos ouvido em situações de acolhimento institucional. Em decorrência disso, ele acaba não ficando ciente dos motivos de estar onde está, quanto tempo permanecerá na instituição nem o que irá lhe acontecer dali para frente. O plano individual de atendimento configura-se em um instrumento de fundamental importância no contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, pois contribui para que se tenha um olhar voltado a cada menino e menina acolhido individualmente, levando em consideração as especificidades de cada caso.

Ainda que tenham surgido novos preceitos com a Lei 12.010, percebe-se que a prática ainda está distante da teoria proposta. As mudanças são lentas e este processo de

transformação das práticas sociais e profissionais no âmbito da infância e da adolescência ainda vem sendo construída (Gulassa, 2010). Além disso, faltam políticas públicas voltadas à promoção da reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados (Siqueira, 2009). Não é apenas quanto à reintegração que ocorre essa escassez de políticas, é preciso que se criem formas de suporte básico às famílias, para evitar que a ação apareça apenas quando as crises acontecem (Rizzini et al., 2006).

Para uma reintegração melhor trabalhada, ainda falta que se dê valor à inserção da família nas instituições, de modo que se tenha um espaço para falar sobre ela dentro da instituição de acolhimento (M. L. Silva, 2012). Para além do trabalho com a criança e o adolescente, prestado pela equipe da instituição, deve-se pensar também na aproximação desta com as famílias, de forma que comportamentos e comentários depreciativos em relação às famílias dos acolhidos não façam mais parte da rotina da institucionalização (Arpini, 2003; Gulassa, 2010; M. L. Silva, 2012). A família assume fundamental importância no processo de reintegração familiar, pois não apenas o jovem acolhido precisa ser preparado para voltar para casa, mas também a família deve ser preparada para receber e se adaptar com filho novamente. À medida que a criança ou adolescente vai permanecendo na instituição de acolhimento por mais tempo, a família, em meio a todas as suas adversidades, pode ir se reorganizando para viver sem a sua presença. Assim, sua reinserção acaba se tornando cada dia mais complicada, pois o jovem vai progressivamente “perdendo seu ‘lugar’ na família” (Arpini & Quintana, 2009, p.13).

Dessa forma, é importante que a reintegração seja bem pensada pela equipe da instituição de acolhimento, a fim de evitar uma reinserção mal sucedida que acabe gerando uma nova quebra de vínculos no futuro. As situações que levam as crianças e os adolescentes às instituições de acolhimento são sempre muito difíceis e, embora suas trajetórias com as famílias possam ser marcadas pela violência, a entrada na instituição e a possibilidade de ficarem sozinhos também é bastante assustadora (Arpini, 2003; Vicente, 1994). Assim, cabe ressaltar que o caminho da reintegração está ligado à capacidade de profissionais e autoridades envolvidos serem sensíveis às demandas de atenção e afeto e dos medos sentidos pelas crianças e pelos adolescentes na instituição. Está ligado, também, à adoção de um entendimento crítico diante dessas famílias, a fim de evitar uma visão discriminatória dos cuidados familiares (Cavalcante et al., 2010), evitando, assim, a perpetuação da visão estigmatizada de que as famílias dos grupos populares não têm condições de criarem seus filhos (Gulassa, 2006; Neder, 1994; Rizzini et al., 2006; E. R. A. Silva et al., 2004; Vitale, 2006).

A equipe técnica também assume fundamental importância no processo de acolhimento institucional e reintegração de crianças e adolescentes, principalmente a partir da Lei 12.010 (Brasil, 2009). O direito à convivência familiar e comunitária, seguindo os preceitos do ECA e da Nova Lei (Brasil, 1990, 2009), está diretamente relacionado ao processo de desligamento institucional e de reinserção familiar, e a responsabilidade pela promoção, avaliação e preparação para esta reintegração fica a cargo da equipe técnica das instituições de acolhimento (Siqueira, 2012). Este trabalho da equipe visando à reinserção ganhou uma série de novas atribuições com a Nova Lei (Brasil, 2009), exigindo uma atuação mais ativa tanto desta equipe quando da rede de atendimento envolvida nos casos. Dentre essas novas atribuições estão: a reavaliação da situação de cada criança/adolescente acolhido a cada seis meses (Art. 19, § 1º), a elaboração de um plano individual de atendimento (Art. 101, § 4º e 5º) e a recomendação ou não do desligamento da criança/adolescente da instituição de acolhimento, com vistas à reinserção familiar (Art. 101, § 8º). A reintegração precisa ser um processo gradativo, planejado e acompanhado pela equipe técnica das instituições de acolhimento, que deve ter como objetivo fortalecer as relações familiares e as redes de apoio dessas famílias (Gulassa, 2010).

O papel do profissional no contexto do acolhimento institucional é fundamental. Entrar em uma instituição de acolhimento gera uma ruptura de laços e lugares conhecidos que podem deixar marcas doloridas para as crianças e adolescentes. Um profissional presente e capacitado pode ser a garantia de que esses meninos e meninas não serão abandonados novamente. Além disso, o dia-a-dia de uma instituição de acolhimento pode e deve ser o espaço de novas rotinas que permitam a construção de um ambiente de crescimento pessoal, de reelaboração de projetos de vida, de cuidado mútuo e de aceitação das diferenças (Guará, 2006; M. L. Silva, 2012). A equipe de atendimento da instituição deve estar preparada para ser a facilitadora dessa construção junto às crianças e adolescentes que ali se encontram. Neste sentido, por mais que possa parecer mais fácil para a equipe levar todos os atendimentos para dentro da instituição (escola, atendimento médico), deve-se considerar que oferecer estes serviços na comunidade em que a criança costumava residir é uma maneira de respeitar seu direito ao convívio comunitário. Permitir que os adolescentes andem pela cidade, vão à escola sozinhos, desde que os profissionais estejam atentos ao seu percurso, também ajuda a fortalecer a autonomia destes adolescentes (Gulassa, 2010).

A realização de um bom trabalho de recuperação das redes sociais de proteção pessoal e social por parte da equipe da instituição de acolhimento pode tornar possível o retorno da criança/adolescente à família, contribuindo para construir ou refazer vínculos afetivos e

comunitários (Vitale, 2006). Porém não basta a realização de um trabalho que resulte na reintegração desses meninos e meninas. Após o retorno destes à convivência familiar, torna-se fundamental reavaliar as suas situações. O acompanhamento dessas famílias pode evitar uma reinserção mal-sucedida, com uma nova quebra de vínculos, a qual pode trazer ainda mais sofrimento tanto para os pais quanto para os filhos.

A fim de que tanto as equipes técnicas das instituições de acolhimento quanto o Conselho Tutelar possam realizar seu trabalho, torna-se bastante importante a existência de uma rede de atendimento que esteja de acordo com as necessidades das famílias (Siqueira, 2012). Os serviços de acolhimento não podem lidar com a complexidade da situação da criança e da família sozinhos. Além disso, o trabalho conjunto produz resultados mais positivos e de maior qualidade (Gulassa, 2010). A construção dessa rede de atenção, a qual inclui serviços em diferentes níveis de complexidade, sugere mudanças na atuação das instituições de acolhimento, pois passam a ser um de seus elementos (Arpini & Quintana, 2009), devendo agir de forma integrada com outros serviços, conforme indicados para cada caso. A própria elaboração do Plano Individual de Atendimento para cada criança ou adolescente acolhido pressupõe uma busca de informações e troca de ideias entre os diferentes profissionais que compõem a rede de proteção desses sujeitos. Esta rede deve dispor dos atendimentos necessários às crianças, adolescentes e famílias a que acolhe, estando preparada para atender à sua demanda (Gulassa, 2010; Siqueira, 2012).

O trabalho em rede pressupõe que haja articulação entre os atores e serviços envolvidos no atendimento aos direitos e no acompanhamento das famílias (Gulassa, 2010). As redes também devem funcionar tendo em vista a valorização do contexto de vida do indivíduo, priorizando o atendimento pelas instituições e pessoas que fazem parte do seu meio social. Dessa forma, a ideia de territorialidade assume fundamental importância, pois viabiliza esse atendimento do sujeito dentro de seu contexto social. Para que se constitua uma rede integrada, que ofereça atendimento integral às crianças, adolescentes e suas famílias, é essencial que ela esteja articulada com os diversos setores das políticas sociais, como assistência social, saúde e educação. Além disso, ela deve estar conectada aos Centros de Referência em Assistência Social/CRAS – proteção social básica – e aos Centros de Referência Especializados em Assistência Social/CREAS – proteção social especial (Rizzini et al., 2006).

As redes têm como objetivo inicial promover a interação entre as instituições, de forma que haja comunicação entre elas. Assim, elas vêm sendo caracterizadas pela estrutura extensa e horizontal entre seus membros, favorecendo esta comunicação, o que não implica na

inexistência de relações de poder dentro delas (Rizzini et al., 2006). Voltando o olhar às redes de atendimento às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, é essencial que a intervenção profissional seja multidisciplinar (social, psicológica, jurídica, médica), devido à multiplicidade de questões envolvidas e que afetam a convivência familiar. A complexidade de fatores que, geralmente, compõem a situação das famílias que têm seus filhos acolhidos exige a integração das diferentes especialidades, a fim de que seja oferecida assistência integral tanto à criança quanto à sua família. Dessa forma, é possível que conhecimentos advindos das diferentes áreas se complementem neste processo de compreensão da situação familiar e na construção das propostas de intervenções que venham a favorecer uma melhoria nas condições de organização dessa família (Albuquerque, 2012; Cavalcante et al., 2010).

O aprendizado para o trabalho integrado e sem competições é fundamental para o bom funcionamento das redes. Conhecer o modo como a rede funciona e os agentes nela envolvidos é essencial para que o trabalho seja bem feito e otimizado. Dessa forma, torna-se bastante importante o investimento em capacitações aos profissionais para atuarem em rede, garantindo a promoção de ações articuladas (Rizzini et al., 2006). Também com relação ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, as equipes devem estar preparadas para identificar as melhores alternativas frente a estas situações, sendo fundamental a formação e a capacitação dos agentes sociais envolvidos (Siqueira, 2012). Pesquisas realizadas por Rosseti-Ferreira et al. (2012) apontaram a capacitação dos atores envolvidos nas medidas de proteção e a articulação destes num efetivo trabalho em rede, como imprescindíveis para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Essas capacitações no âmbito do acolhimento institucional devem ser contínuas, a fim de que o olhar dos profissionais esteja em constante processo de aprimoramento. As formações prévias dos profissionais envolvidos não substitui a necessidade de se continuar estudando e discutindo as ações junto aos demais profissionais e serviços da rede. Gulassa (2010) apresenta algumas modalidades em que essa formação continuada acontece, como reuniões de elaboração e prática entre educadores e profissionais; cursos pontuais com debates sobre temas comuns ao acolhimento; e participação de discussões com a comunidade. Esta capacitação e apoio devem ser estendidos, também, aos Conselheiros Tutelares, os quais desenvolvem importante função social e possuem formação, muitas vezes, deficitária para exercer tal função (Arpini, 2003).

As ações articuladas, como são propostas pela rede, são possíveis e trazem resultados que vão além dos que seriam alcançados caso fossem realizados de forma fragmentada e/ou

isolada (Rizzini et al., 2006). Pensando nas redes de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, a formação e capacitação dos atores envolvidos no atendimento desses jovens são essenciais para que se possam determinar as melhores alternativas frente ao acolhimento. Apenas através de uma atuação “competente, capacitada, suficiente e articulada” é que será possível encaminhar de forma efetiva os casos e “fazer valer o direito à convivência familiar e comunitária” (Siqueira, 2012, p.443).

Ainda que esta proposta de trabalho multidisciplinar e em rede seja amplamente aceita no plano teórico, parece que, frequentemente, os profissionais envolvidos enfrentam grandes dificuldades para concretizar esse projeto. Isso quer dizer que, na prática cotidiana do trabalho em equipe, esta multidisciplinaridade ainda encontra dificuldades em ocorrer de maneira ideal (Albuquerque, 2012). Assim, entre as dificuldades percebidas no contexto do acolhimento institucional, estão as ações fragmentadas da rede de proteção. Esta rede ainda precisa avançar no que se refere à escuta das famílias nesta situação, para que seja possível auxiliá-las sem violentá-las com decisões, muitas vezes, arbitrárias e desconectadas (Bedran & Carellos, 2012).

O que se observa são vários profissionais que, muitas vezes, atendem as famílias sem discutir com mais profundidade sobre a melhor direção a seguir para ser coerente com as particularidades daquela família. Essa situação faz com que se tornem lentas as ações, e a desconexão amplia o longo período de acolhimento, caracterizando a institucionalização da criança e do adolescente e a ampliação da impotência da família. (Bedran & Carellos, 2012, p.98)

Assim, a possibilidade de superação dessas condições que levaram à retirada da criança do poder familiar e seu conseqüente afastamento do convívio familiar dependerá de uma reestruturação do sistema familiar e amplo. Para isso acontecer, as famílias devem ser ouvidas e investidas em suas necessidades, e não tratadas como depositárias das ações da assistência, ações estas características da assistência oferecida até meados do século XVIII. Cabe ressaltar que “agir em rede não significa entregar à família um mapa” e deixá-la sozinha para procurar o lugar e o serviço que oferecerá alguma orientação sobre como recuperar seus filhos (Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012), mas sim trabalhar juntamente com a família.

3. MÉTODO

3.1. Delineamento

A fim de conhecer de forma mais ampla as percepções dos adolescentes reintegrados ao convívio familiar sobre as experiências vividas por eles durante o acolhimento institucional e de alcançar os objetivos propostos neste trabalho, foi realizado um estudo qualitativo. A pesquisa qualitativa tem por objetivo explorar as diferentes opiniões para entender os diferentes pontos de vista sobre um fenômeno social (Gaskell, 2005).

3.2. Participantes

A pesquisa foi realizada com o apoio de uma Instituição de Acolhimento para adolescentes do sexo feminino da cidade de Santa Maria – RS. Participaram desta pesquisa duas adolescentes que haviam passado pelo processo de acolhimento institucional e reintegração familiar e suas mães.

3.3. Percurso metodológico

Foi realizado contato com a instituição de acolhimento no mês de fevereiro de 2014. Neste período, foi tentado agendar um dia com a psicóloga ou com a assistente social da equipe da instituição, a fim de que pudessem ser pensados os casos que se encaixariam na pesquisa. O primeiro contato foi realizado na primeira quinzena de fevereiro com a assistente social, a qual informou que a psicóloga estava em férias e voltaria apenas em março, mas que não haveria problema em marcar a reunião sem a presença da psicóloga, porém esta deveria ser agendada para a semana seguinte em função das atribuições da instituição (e por ela – assistente social – estar sozinha). Entretanto, a assistente social precisou realizar uma cirurgia de emergência, ficando em atestado médico até o final do mês. Dessa forma, não foi possível começar a pensar nos casos para a pesquisa no mês de fevereiro, pois nenhuma responsável pela equipe técnica (nem a psicóloga nem a assistente social) encontrava-se na instituição.

No mês de março, foi retomado o contato com a instituição, sendo realizada uma reunião com a psicóloga a fim de pensar nos casos que seriam contatados e convidados para participar da pesquisa. Nesta reunião a psicóloga comentou que entre as meninas era mais difícil ocorrer a reinserção familiar, pois elas geralmente saíam do acolhimento para morar com um companheiro. Ainda assim, ela indicou duas meninas e um menino para o estudo: Vanessa, Marina e Miguel, explicando o contexto de institucionalização de cada um. Vanessa e Marina estavam sob a guarda de suas mães, enquanto Miguel encontrava-se com a madrinha

de seu irmão, esperando para ser reintegrado ao convívio com a mãe (a qual se encontrava em privação de liberdade, entrando em liberdade condicional). Desta forma, foi acordado com a psicóloga que o contato com Miguel seria feito por último, dando tempo para que esta reintegração acontecesse.

Em virtude da família de Marina já ter participado do trabalho de conclusão de curso da autora, esta adolescente foi a primeira a ser contatada para este estudo, sendo que tanto a adolescente quanto a mãe aceitaram participar da pesquisa. Foi tentado contato com Vanessa através da psicóloga da Instituição de Acolhimento, pois a mesma tinha atendimento todas as quartas-feiras pela manhã, de forma que tentou-se contato pessoalmente no dia do atendimento, a fim de explicar sobre o que seria o estudo e convidá-la para participar do mesmo e, tendo o aceite da adolescente, entrar em contato com a mãe da mesma. Porém, no dia combinado com a psicóloga a adolescente não compareceu ao atendimento e a psicóloga da instituição afirmou não achar positivo que a adolescente fosse contatada antes de sua mãe, pois a autorização para a participação no estudo deveria ser, primeiramente, do responsável legal pelo adolescente. Dessa forma, a autora entrou em contato telefônico com a mãe de Vanessa, explicando os objetivos e o motivo da realização do estudo, porém esta não autorizou a participação da filha no estudo, afirmando tratar-se de um assunto “particular da família” que ela “não gostaria que fosse comentado”. O contato com Miguel não chegou a ser feito, pois, até o início do mês de maio, o menino ainda não havia sido reintegrado ao convívio com a mãe, ficando fora dos critérios de inclusão no trabalho.

Dessa forma, foram passados, pela equipe técnica, os contatos de outras duas adolescentes: Julia e Daniela, a primeira reintegrada com a mãe e a última reintegrada com uma tia. No dia da reunião, a autora teve contato com algumas adolescentes que se encontravam acolhidas. Uma das meninas comentou um pouco sobre a rotina da casa, dizendo que não havia lanche no meio da manhã e que ela estava com fome, e comentou que estava tentando passar o fim de semana fora da instituição. Ao ser questionada se queria passar o fim de semana com a família, ela disse que não, que iria passar com o namorado, e afirmou também que ela não gostaria de sair do acolhimento e ir para a casa do namorado, mas que ela não tinha outra opção. Ela afirmou, ainda, que gostaria de ter seu dinheiro próprio para morar num apartamento só dela, e, para isso, gostaria de ser advogada ou policial.

O contato com a tia de Daniela foi realizado entre os meses de março e maio de 2014. Foi realizado contato telefônico com a tia da menina, explicando-se os objetivos do estudo. Agendou-se, então, um dia para se conversar pessoalmente. Dessa forma, a autora encontrou a tia no seu local de trabalho, explicando de forma mais detalhada como o estudo seria. A tia

concordou que ela e a sobrinha participassem, de forma que foi pensado em um dia em que as duas estivessem em casa para que pudesse ser realizada a visita. No dia anterior à visita que seria realizada, entrou-se em contato com a tia, mas a mesma afirmou que a sobrinha havia “aprontado” e, por esta razão, havia sido mandada para a casa do pai. Algum tempo após este contato, a pesquisadora tentou contatar novamente a tia, mas esta afirmou que Daniela estava aos cuidados de outra tia materna, sendo que não havia precisão de retorno da mesma. Assim, esta adolescente também não foi incluída no estudo, devido a não se enquadrar nos critérios de inclusão e exclusão do estudo. A seguir serão apresentados como ocorreram os contatos com Marina e Julia, as duas adolescentes que fizeram parte do estudo.

Marina

Na reunião realizada com a psicóloga, foi conversado acerca dos motivos que haviam levado ao acolhimento de Marina. Segundo relato da mesma, a mãe de Marina (Vera) foi profissional do sexo e possuía histórico de depressão. Ainda segundo relato, a adolescente mentiu para a mãe que iria à casa da irmã e foi a uma festa. Vera descobriu a mentira e foi atrás da filha, “dando uma surra” na mesma. De acordo com a psicóloga, foi um episódio pontual que resultou no acolhimento, pois o conselheiro tutelar que acompanhava o caso de Marina não estava presente e a conselheira plantonista, vendo as marcas da agressão na menina, recomendou o acolhimento.

Após esta reunião, a pesquisadora entrou em contato com Vera, mãe de Marina, e se apresentou, explicando que havia conseguido o contato telefônico dela através da equipe da Instituição de Acolhimento e comentando sobre do que se tratava o estudo. Após estas explicações, foi realizado o convite para que Vera e Marina participassem do estudo (a mãe deveria autorizar a participação da adolescente) e, após Vera concordar, foi tentado marcar um horário para que a pesquisadora pudesse conversar com a adolescente e sua mãe. Vera afirmou que não tinha como dar certeza do dia em que estaria em casa, pois ela trabalhava em um trailer que vendia lanches à noite e saía para comprar o material necessário durante o dia. Dessa forma, ela pediu que se ligasse no dia em que a autora gostaria de encontrá-la para ela ver se estaria disponível. Assim, os contatos com essa família foram realizados entre março e maio de 2014. Na primeira tentativa de visita, Vera afirmou que não estaria disponível, pois precisava resolver algumas questões no colégio de Marina. Dessa forma, foi feito um agendamento na instituição de acolhimento, mas Vera não compareceu nem atendeu às ligações realizadas a ela.

Foi realizada uma terceira tentativa de agendamento com Vera, na qual foi combinada uma visita domiciliar. Porém, no dia e horário marcados, a pesquisadora realizou a visita e Vera não se encontrava na residência. A autora encontrou Marina nesta data e realizou a conversa inicial com ela, explicando sobre o estudo, e convidando-a a participar do mesmo. Ela concordou com a participação, então foi explicado que, como ela era menor de idade, Vera precisaria autorizar a participação dela também, então não se poderia realizar a entrevista naquele momento. Assim, foi agendada uma nova visita. No dia agendado a autora entrou em contato com Marina, mas a mesma afirmou que estava ocupada, pedindo um reagendamento.

No dia combinado foi realizada a visita e a entrevista com Marina. Encontravam-se na casa, além da adolescente, seu padrasto (Paulo) e Vera. A entrevista começou a ser realizada na sala da casa, mas, como o padrasto de Marina estava presente e a entrevista envolvia temas bastante pessoais e delicados, a autora sugeriu que a mesma fosse realizada em algum outro lugar e, após ser perguntada, na entrevista, sobre o motivo de sua institucionalização, Marina concordou em ir para outro lugar. Dessa forma, a entrevista foi realizada no pátio da casa de Marina. Ao terminar, conversou-se com Vera, mas a mesma estava fazendo hambúrgueres para o trailer junto com o marido, logo não foi possível realizar a entrevista com ela. Vera afirmou que estava com bastante trabalho do trailer, de forma que precisaria de alguns dias para poder receber a autora novamente. Ficou combinado que se entraria em contato com a mãe para confirmar o dia em que esta estaria em casa, pois “assim como ela estava, ela poderia não estar” (Vera).

Foram tentados alguns contatos telefônicos em dias diferentes, mas sem sucesso. Dessa forma, foi realizada uma visita à casa de Vera sem ligação prévia e encontrou-se a mãe na residência. Ela foi bastante receptiva e afirmou que estava esperando a visita na semana anterior. Explicou-se que foram feitas tentativas de contato com ela e a mesma afirmou que teve um problema com o carro e quase não esteve em casa na semana anterior também. Perguntada se a entrevista poderia ser realizada naquele momento, a mãe disse que sim, de forma que a mesma foi realizada na sala da casa dela. Ela não pareceu desconfortável e, ao final da entrevista (a qual teve duração de 65 minutos), afirmou que se a autora precisasse de mais alguma coisa, poderia ligar para ela ou para Marina e poderia voltar.

Julia

O contato com a mãe de Julia foi tentado através do atendimento psicológico que a mesma recebia na instituição de acolhimento toda a quinta-feira. Assim, foi combinado com

as psicólogas da Instituição (havia duas crianças e uma adolescente reintegradas, sendo que havia duas psicólogas – uma que atendia as crianças e uma que atendia a adolescente) que, após o atendimento da equipe, a autora conversaria com a mãe a fim de convidá-la para participar do estudo. No dia agendado, a mãe não compareceu ao atendimento e nem atendeu as ligações feitas pela psicóloga da Instituição. Assim, a autora tentou contato telefônico com a mãe, mas o número de celular estava indisponível. Assim que o contato foi efetuado, foi agendada uma visita com esta mãe. Regina, segundo a psicóloga da Instituição, entrou em contato com a Instituição a fim de confirmar se a autora era realmente uma pessoa conhecida da equipe.

No dia da visita, foi informado que Julia frequentava a escola em turno integral, não estando em casa naquele momento. Regina não estava confortável com a visita e ficou em dúvida se gostaria de participar ou não. Foi explicado, então, que ela poderia desistir de participar a qualquer momento, caso se sentisse desconfortável. Dessa forma, a mãe aceitou participar. No meio desta entrevista, a equipe de um serviço da rede de atendimento chegou à casa de Regina, sendo que a abordagem das profissionais que realizaram a visita deixou tanto Regina quanto a autora desconfortáveis. As profissionais entraram na casa, que estava com a porta entreaberta, sem tomar o cuidado de serem convidadas pela dona da casa e se apresentaram apenas para a autora, deixando Regina deslocada em sua própria residência. Também afirmaram que iriam demorar “um pouquinho”, fato que deixou Regina ainda mais incomodada, de forma que ela afirmou “mas nós vamos conversar quantas horas? Quantas vão querer conversar comigo hoje? Tenho mudança pra fazer, vou me mudar amanhã”.

Frente a esta reação de Regina as profissionais do serviço da rede esperaram o término da entrevista do lado de fora da residência de Regina. Como a situação da entrevista ficou ruim, a autora buscou mostrar para Regina que entendia o desconforto dela e pediu desculpas por ter comparecido em um momento inconveniente, pois, se soubesse da mudança, poderia ter agendado a visita para outro momento. Após este pedido de desculpas Regina pareceu ficar mais a vontade, de forma que o fim da entrevista se desenvolveu de forma mais positiva.

Ao final da entrevista, foi pensado com a mãe em qual seria a melhor forma de tentar contato com sua filha. Regina afirmou que a menina frequentava um projeto de percussão pela manhã e que, no dia agendado com a pesquisadora, Regina conversaria com a adolescente e pediria para ela ficar em casa, a fim de participar do estudo. A pesquisadora não avaliou de forma positiva o fato de pedir a Julia que faltasse a um projeto da escola, do qual ela gostava, em função do estudo, até porque isso poderia afetar o vínculo que precisava ser feito entre pesquisadora e adolescente. Assim, foi sugerido que o primeiro contato com a adolescente

fosse feito através da escola da adolescente, aproveitando o intervalo entre o projeto e as aulas da mesma. Porém, Regina não considerou esta forma de aproximação positiva, uma vez que, de acordo com a mãe, a vivência do acolhimento era um acontecimento que estigmatizava e envergonhava a menina, de forma que ela poderia não gostar da visita da autora à escola dela. Dessa forma, ficou combinado que seria tentado um dia no final de semana, pois dessa forma as atividades escolares dela não seriam atrapalhadas. Também foi combinado que a autora esperaria uma semana para entrar em contato, dando tempo à família de se organizar após a mudança de casa.

Aproximadamente dez dias após a entrevista com a mãe, a pesquisadora tentou contato telefônico com Regina novamente, mas as chamadas não eram completadas. Durante quatro dias foi tentado contato, ligando-se em horários variados, mas não havia retorno. Ao entrar em contato com a psicóloga da Instituição de Acolhimento, a mesma informou que Regina havia mudado de número. Em posse do novo número, foi realizada nova tentativa de contatar Regina, a qual atendeu e se desculpou por não ter informado o número novo, justificando que não havia salvado o número da pesquisadora e não sabia como entrar em contato. A mãe informou também que Julia estava sem aulas durante a semana, pois os professores estavam em um congresso, e que a visita poderia ser agendada.

Agendou-se a visita, mas, no dia marcado, Regina enviou uma mensagem de texto para a pesquisadora informando que a filha não estava em casa. Ao ligar para a mãe, a mesma informou que em virtude da forte chuva que havia caído no dia anterior, ela havia mandado a menina dormir na casa de uma tia, pois esta morava mais perto da escola. Ficou agendado, então um segundo momento para a visita. Nesta segunda tentativa, a mãe ligou para a pesquisadora para confirmar se a visita seria realizada, afirmando que iria acordar a filha para esperá-la. Ao chegar à nova residência de Regina, Julia estava no banheiro e Regina estava se arrumando para sair. Encontravam-se na casa, também, os dois filhos mais novos de Regina: Ana, de 10 anos, e João, de 6. Enquanto a mãe conversava com Julia, Ana se aproximou da pesquisadora e afirmou que a mãe e ela iriam sair porque Julia “não gostava muito” de falar sobre o tempo que passou na instituição na frente dos outros, então elas iriam nos deixar sozinhas. Julia a princípio não parecia muito a vontade, mas a medida que a pesquisadora explicava os objetivos do estudo e se desculpava por ter marcado a visita em um feriado ela pareceu ir ficando mais confortável. Dessa forma, o contato com essa família foi realizado de março a maio de 2014.

3.4. Procedimentos

O método utilizado para este estudo foi o estudo de caso, o qual tem por finalidade coletar dados de um caso com o intuito de desenvolver um relatório crítico de uma experiência (Chittozzi, 1998). O estudo de caso refere-se ao “estudo de *um* caso”, o qual pode ser tanto de uma pessoa quanto de um grupo, comunidade ou situação (Laville & Dionne, 1999, p. 155). A abordagem pressupõe que o caso seja tomado como uma “unidade significativa de um todo”, sendo suficiente para fundamentar um julgamento e para propor uma intervenção (Chittozzi, 1998, p. 102). Dessa forma, este tipo de método proporciona e visa um estudo em profundidade (Laville & Dionne, 1999).

Foi utilizado o estudo de casos múltiplos, o qual seguiu a lógica da replicação. O estudo de cada caso em particular consistiu em um estudo completo, e são as conclusões de cada caso individual que necessitaram de replicação através de outros casos individuais. Neste estudo, foi realizada uma replicação. A replicação pode ser literal, quando se pretende chegar a resultados semelhantes nos diferentes casos, ou teórica, quando se pretende chegar a resultados contraditórios (Yin, 2005).

A fim de conduzir o estudo de caso, as técnicas utilizadas para este estudo foram o preenchimento de uma ficha de dados sociodemográficos do adolescente (Anexo 1), a entrevista semidirigida (Turato, 2003), a qual foi realizada com os adolescentes (Anexo 2) e com seus familiares (Anexo 3), e a pesquisa documental junto à Instituição de Acolhimento da cidade de Santa Maria. A pesquisa documental tem importante utilidade para confirmar e valorizar evidências encontradas por outras fontes (Yin, 2005). Os documentos também são vantajosos por poderem ser acessados inúmeras vezes e por serem independentes da pesquisa, ou seja, não são um resultado do estudo de caso, já existiam antes do estudo ser realizado (Yin, 2005). Os documentos que compunham as pastas das meninas foram PIA's, relatórios técnicos de acolhimento, relatórios de pós-acolhimento, relatórios de outros serviços da rede e mandados de intimação.

A entrevista semidirigida facilita a compreensão de uma série de fenômenos da pessoa do entrevistado devido ao encontro face a face deste com o entrevistador (Turato, 2003). Além disso, este tipo de entrevista favorece que o entrevistado possa discorrer de forma mais livre sobre o assunto proposto (Richardson, 1999). Durante a realização da entrevista semidirigida foi solicitado, aos adolescentes, que lembrassem músicas que fizessem referência ao período de acolhimento institucional e reintegração familiar. A opção por este recurso se deveu ao fato de os adolescentes terem uma grande identificação com a música. Os

adolescentes desse grupo em especial, se utilizam da música, principalmente da música mais “falada”, como é o caso do rap, para contar suas vivências e experiências, configurando como meio de comunicação através do qual falam o que sabem, sentem e escutam sobre o seu lugar e sua vida (A. L. Silva, 2006). Porém, tal recurso não pôde ser explorado, pois as adolescentes participantes não se identificaram com a proposta, de forma que não conseguiram lembrar-se de músicas que lhes tenham sido significativas. Ainda assim, entende-se que tal fato não trouxe prejuízos para a pesquisa, uma vez que os demais recursos utilizados conseguiram abarcar uma riqueza de dados para ser trabalhada.

3.5. Cenário do estudo

A pesquisa foi realizada com o apoio de uma instituição de acolhimento de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Tal Instituição foi fundada em 1993 e municipalizada em 1997. É uma instituição pública que atende adolescentes do sexo feminino na faixa etária dos 12 aos 18 anos na modalidade de abrigo institucional. Esta Instituição foi unificada em 2006 a uma outra, que atende adolescentes do sexo masculino, e, em 2009, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos, através de um convênio, repassou para uma entidade que as separou em unidade feminina e masculina (Janczura, 2012).

A Instituição conta com uma equipe técnica composta por uma psicóloga e uma assistente social e atende em torno de quinze adolescentes. Tal Instituição em breve deve passar por um reordenamento para se adequar às novas orientações de funcionamento. Este reordenamento pressupõe o atendimento em casas-lares espalhadas pela cidade e próximas às comunidades de origem dos acolhidos, sem identificações na frente (como fachadas com nome da instituição) e que acolha crianças e adolescentes de ambos os sexos.

3.6. Análise de dados

Inicialmente foi realizada uma análise de cada caso em particular, constituindo um estudo aprofundado de cada adolescente, considerando a ficha de contextualização familiar da adolescente, a entrevista com a adolescente e sua mãe e pesquisa documental. Após, foi realizada uma análise cruzada dos casos, buscando pontos similares e singulares entre eles (Yin, 2005). A análise dos dados das entrevistas semidirigidas foi realizada segundo o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977). Esta modalidade de análise de dados destina-se aos estudos de tipo qualitativo, em que se pretende explorar em profundidade o

fenômeno através das falas dos sujeitos envolvidos (Richardson, 1999). Bardin (1977) dividiu a análise de conteúdo em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise é o momento de organização dos dados. Na exploração do material, fase da análise propriamente dita, realiza-se a codificação do material (elaboração de categorias). Por fim, o tratamento dos resultados e interpretação consiste na etapa em que os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos.

3.7. Aspectos éticos

Para a realização desta pesquisa, assim como de qualquer pesquisa envolvendo seres humanos, foram respeitados os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça. Estes referenciais têm o objetivo de garantir os direitos e deveres da comunidade científica, dos sujeitos da pesquisa e do Estado, conforme descritos nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde). Também houve o cuidado de proteger os participantes e evitar qualquer risco que o estudo pudesse causar, de acordo com a resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 016/2000. A pesquisa foi submetida à análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, sendo aprovada sob o número 417.071, CAAE 20891313.0.0000.5346.

Também foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – Anexo 4), que foi entregue e explicado ao responsável legal (neste caso, as mães), juntamente com o Termo de Assentimento (Anexo 5), entregue a adolescente, a fim de que ambos possuíssem os esclarecimentos acerca da pesquisa. Dessa forma, o Termo de Assentimento foi utilizado com as adolescentes com o intuito de esclarecer todos os passos da pesquisa e oferecer, dentro do possível, condições para que as duas meninas exercessem sua autonomia.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa que visava, portanto, conhecer as diferentes opiniões, experiências e pontos de vista dos participantes a respeito do acolhimento e da reintegração familiar de seus filhos, não tendo entre seus objetivos testar algum procedimento novo, consideraram-se os riscos para a realização e participação praticamente inexistentes. A pesquisa pode trazer benefícios a curto prazo às participantes na medida em que ofereceu um momento de escuta das trajetórias de acolhimento e reintegração familiar dessas adolescentes e de suas mães, possibilitando a reconstrução e a significação dessa trajetória. A médio e a longo prazo, a pesquisa pode trazer benefícios quanto ao entendimento de como os adolescentes vivenciam seu acolhimento e reintegração, podendo auxiliar as equipes de

atendimento a estes adolescentes durante a aplicação das medidas protetivas, com vistas a qualificar as ações neste contexto. Estima-se também que a possível publicação de resultados deste estudo possa contribuir nessa direção.

Está previsto ao final do estudo, uma devolução dos resultados. Para esta devolução será entregue uma cópia do trabalho à instituição de acolhimento, ficando a autora à disposição da equipe caso haja interesse na discussão grupal dos resultados. Também se avalia como importante a realização de uma devolução dos resultados junto às adolescentes participantes do estudo. Para tanto, estas serão contatadas pela pesquisadora, a qual agendará um momento individual para a apresentação dos resultados.

4. RESULTADOS

4.1. Caso 1: Marina

4.1.1. Descrição familiar de Marina

Marina é uma adolescente de 16 anos que possui mais quatro irmãos: Bruna, de 21 anos, Lucas, de 19, Talita, de 14, e Luíza, de 11. Atualmente apenas Marina reside com a mãe e o padrasto em uma casa simples na periferia da cidade em que o estudo foi realizado. Apesar de simples e pequena, a casa encontrava-se organizada em todos os momentos em que a entrevistadora esteve presente, e a família parecia ter condições de viver de forma confortável. A mãe e o padrasto trabalhavam em um trailer que vendia lanches e, de acordo com relato da mãe, o negócio só vinha melhorando desde que eles começaram, há cerca de cinco anos. Desde o começo eles já conseguiram construir a casa em que residem, com ajuda da equipe da Instituição de Acolhimento a qual as filhas estiveram vinculadas, comprar um carro e trocar de trailer, adquirindo um maior.

A história de institucionalização de Marina teve início no ano de 2005. Na época, a mãe encontrava-se casada com o pai de sua filha mais nova, padrasto de Marina, sendo que ela, Talita e Luíza encontravam-se sob sua guarda. Segundo relatos tanto da mãe quanto de Marina, o padrasto era uma pessoa abusiva, que agredia as meninas tanto física quanto psicologicamente. Durante um passeio com a família, pessoas que se encontravam perto do local em que a mãe, o padrasto e as crianças estavam presenciaram os maus tratos sofridos pelas meninas e denunciaram. Esta denúncia culminou no encaminhamento das duas filhas para a instituição de acolhimento no mesmo dia. Na época, a mãe encontrava-se

desempregada, dependendo financeiramente do marido. As meninas permaneceram abrigadas por aproximadamente três meses, retornando, em seguida, ao convívio familiar.

Algum tempo após a reintegração das meninas a mãe mudou-se de casa levando as três filhas e começou a trabalhar em uma lanchonete. No entanto, sem a ajuda do ex-marido, a mãe afirmou não ter conseguido se manter financeiramente, tendo perdido a casa em que morava. Dessa forma, a mãe referiu que, sem condições de criar e alimentar as filhas, entregou as duas mais novas, Talita e Luíza, aos cuidados do pai da mais nova (ex-marido) e Marina, aos cuidados de uma vizinha. A mãe informou que o ex-marido não teria aceitado ficar com Talita, alegando que esta não era filha dele, e a entregou aos cuidados da avó materna, a qual afirmou não ter condições de cuidar da menina, entregando-a aos cuidados de uma sobrinha. Esta, segundo a mãe, teria alegado também não ter condições de ficar com a menina, de forma que acionou o Conselho Tutelar e entregou a criança à Instituição de Acolhimento, o que levou ao segundo acolhimento institucional de Talita, no ano de 2010.

Durante o segundo acolhimento de Talita, Marina encontrava-se morando em uma casa de uma única peça com a mãe, enquanto esta tentava reorganizar sua vida. O motivo do acolhimento de Talita, segundo relatórios da Instituição de Acolhimento, coincide com o exposto pela mãe sendo o abandono pela família ampliada, a qual alegou não conseguir se adaptar à dinâmica e aos sintomas decorrentes das vivências da criança. Nesse período a mãe conheceu seu atual companheiro e juntos eles conseguiram juntar dinheiro para começar a construir uma casa. Em audiência realizada em outubro de 2010 foi determinado que a procuradoria jurídica do município, em contato com a secretaria de habitação, providenciasse a construção de uma peça que serviria como quarto de Talita para que a mesma pudesse ser desacolhida. Após a construção do quarto – que evoluiu para a construção de uma casa nova – a criança retornou à sua família de origem.

Em outubro do ano de 2013, Marina pediu para ir à casa da irmã mais velha, Bruna, e, segundo relato da mãe, foi a uma festa sem seu consentimento. Ao saber que a filha havia ido a esta festa, a mãe foi atrás dela, levando seu filho Lucas junto, e os dois acabaram agredindo fisicamente Marina. Em relação a esse momento, no qual Marina foi agredida, a adolescente afirmou que a mãe teria insinuado que ela estava se encontrando com algum rapaz na casa de uma amiga. No dia seguinte, Marina foi à escola com ferimentos aparentes, fato que chamou atenção dos profissionais da escola, os quais acionaram o Conselho Tutelar. O conselheiro plantonista determinou o acolhimento imediato de Marina, de forma que a mesma foi acolhida pela segunda vez no dia 22 de outubro de 2013. A mãe afirmou que não ficou sabendo que tal medida havia sido tomada, e que só teve conhecimento do paradeiro da filha no dia seguinte.

Vera parece mostrar certa despreocupação e falta de investimento em relação à filha, uma vez que apenas no dia seguinte teve notícias de Marina. Parece não ter havido um movimento por parte da mãe em relação a buscar menina.

Segundo relatórios da Instituição de Acolhimento, mãe e filha apresentavam um grande conflito familiar e a violência sofrida por Marina e que acarretou o acolhimento da mesma havia rompido parcialmente seus vínculos. Ainda segundo estes relatórios, a aproximação com a mãe foi bastante difícil, uma vez que esta pouco compareceu aos atendimentos na Instituição e, nas visitas domiciliares realizadas, ou a mesma não se encontrava, ou, quando encontrada, se mostrava resistente. Nos relatórios constava que Marina também afirmava não querer voltar a residir com a mãe, pois afirmava saber que a mesma continuaria com suas atitudes violentas e autoritárias.

Ainda segundo relatórios da Instituição de Acolhimento, Marina teria demonstrado interesse em conhecer seu pai biológico e se aproximar dele, fato este que foi acolhido pela equipe técnica da Instituição. Dessa forma, a equipe entrou em contato com o pai de Marina, o qual, segundo informações presentes no relatório, teria se mostrado interessado em construir um vínculo com a filha, de forma que compareceu aos atendimentos solicitados pela equipe técnica sempre que chamado. Teria referido, ainda, interesse em se responsabilizar por Marina, porém os relatos indicam que o mesmo não possuía espaço em sua casa para abrigá-la, uma vez que havia apenas dois quartos e ele morava com sua mãe, a qual estava enfrentando um câncer. Constava ainda nos relatórios que o pai teria conversado com sua irmã e seu cunhado, padrinhos de Marina, e que residiam no mesmo terreno, indicando que estes teriam disponibilidade para acolher e se responsabilizar pela menina.

Dessa forma, a equipe técnica realizou atendimento com o padrinho de Marina, o qual, de acordo com as informações contidas nos registros da Instituição, se mostrou interessado em responsabilizar-se pela menina. Segundo esses registros, o padrinho teria afirmado que vinha construindo um bom relacionamento com a sobrinha. O pai teria se responsabilizado em ajudar na criação da filha e também teria aberto uma conta no nome da menina para depositar o valor de sua pensão. Dessa forma, Marina foi desacolhida em janeiro de 2014 e reinsertada em sua família ampliada, ficando, então, sob os cuidados dos tios, juntamente com uma prima, e tendo como vizinhos seu pai e sua avó paterna.

Aproximadamente um mês após a reinsertão na casa dos tios, Marina teria manifestado desejo de voltar para sua família de origem. Segundo relato da adolescente no momento da entrevista, a mãe teria entrado em contato com ela e afirmado “ter mudado”, fato este que teria levado a adolescente a repensar e decidir voltar a morar com a mãe. A

adolescente também relatou não ter conseguido criar um “sentimento de família” com os tios. Em entrevista com a mãe, esta referiu ter sido Marina quem teve a iniciativa de procurá-la, pedindo para voltar para casa. A mãe afirmou, ainda, que a filha não teria conseguido se adaptar à rotina e aos costumes da casa dos tios, uma vez que “não era a forma como ela havia sido criada”. Assim, em fevereiro de 2014 Marina retornou para a casa da mãe e do padrasto, onde se mantinha até o momento em que o estudo foi realizado.

4.1.1.1. Trajetória de Vera

Para apresentar a trajetória de Marina é necessário primeiramente entender o contexto em que a menina cresceu, assim como as constantes quebras de vínculos que ocorreram em sua família e precederam o seu acolhimento institucional. Vera apresenta uma história marcada por rupturas, as quais se repetiram com seus outros filhos também, não apenas com Marina. Em sua trajetória, a mãe parece tentar repetidamente encontrar uma figura masculina que a desse algum suporte, de forma que a mesma conta esta trajetória dividindo os períodos entre “o pai da Bruna”, “o pai da Marina”, “o pai da Luíza” e “o Paulo”.

Eu me casei com o pai da Bruna e ele era um traste, um vagabundo, queria ficar em casa e não queria trabalhar... e bebia horrores, então minha vida nunca foi fácil, né. Depois eu me juntei com o pai da Marina, achei que era uma boa pessoa e era um baita traste também (...). (Vera).

Foi quando eu fui morar com o pai da Luíza (...) e no começo, assim, eu achei que ele... quando a pessoa promete mundos e fundos pra ti, mas ele não era ruim, sabe, ele nunca deixou faltar nada e ele... a gente tinha fartura dentro de casa, nós morava numa casa boa, tinha conforto pras gurias e tudo, né, mas só que ele era muito rude com elas. (Vera).

Vera tem cinco filhos, sendo que Lucas, de 19 anos, nunca residiu com ela, ficando sob os cuidados do pai desde pequeno. Dessa forma, até se mudar para a casa do pai de Luíza, Vera mantinha sob sua proteção Bruna, Marina e Talita. Ao casar com o pai de Luíza, de 11 anos, a mãe optou por deixar a filha mais velha sob os cuidados da avó materna, de forma que esta residiu com a avó durante aproximadamente 5 anos:

Foi a minha mãe que ficou com ela desde os sete anos até os doze. (...) ela convidou a Bruna pra ir morar com ela, aí eu já tava numa situação meia braba, né, daí eu pensei, né, ta com a vó, ta bem e a Bruna também, aí ‘vai ficar aí, Bruna?’ e ela ‘ah, se tu quiser eu quero morar com a vó’, daí ela foi morar com a vó dela. (Vera).

Percebe-se que a mãe parece não demonstrar que em algum momento tentou trazer a filha de volta. Ela afirmou que estava em uma situação “braba”, mas parece não ter havido uma procura por esta filha mais adiante: “aí da casa da minha mãe ela voltou pra morar comigo, porque ela tinha brigado, não sei o que que houve lá entre ela e a minha mãe, elas brigaram lá daí minha mãe foi lá em casa e disse que não queria mais ficar com ela”. O movimento para o retorno desta menina foi feito pela avó, em função de algum desentendimento com a neta. A mãe parece ter ficado em uma situação de passividade em relação ao futuro da filha. Dessa forma, além de aparentemente ter sido rejeitada pela avó, Bruna parece não ter encontrado proteção na casa da mãe, pois enfrentou outros momentos de ruptura:

A Bruna sempre foi muito ambiciosa assim, ela gosta muito de... luxo e essas coisas, sabe. Aí ela conheceu um casal lá da Igreja que tinha dinheiro (...) começaram a convidar ela pra ir morar com eles e ela pegou um dia, saiu de casa e foi parar na casa do pai dela, mas ela já tinha ela tinha tudo combinado na cabeça dela (...) Daí ela foi morar no pai dela lá, o pai dela encheu ela de roupa, comprou um monte de coisa pra ela, aí um dia, um belo dia ela deixou um bilhete e se mandou. Falou pro Conselho que alguém tinha se passado¹ com ela dentro de casa, mas essa é história da cabeça dela, não ia acontecer nada. (Vera).

Pode-se perceber que a mãe falou da filha como se não houvesse um sentimento associado. Ela contou os acontecimentos da vida de Bruna aparentemente sem se responsabilizar por seus desdobramentos, quando na verdade a filha tinha entre 12 e 13 anos e provavelmente precisava da mãe como figura de proteção.

Porque na verdade ela queria ir morar com esse casal, daí o casal foi lá e tirou ela [da instituição de acolhimento] e levou ela. Aí eu disse pra esse casal no juiz, eu falei ‘você vão ver, vocês vão ficar com a Bruna, mas a Bruna vai chegar um dia que ela vai aprontar pra vocês e vai fugir daí e não vai ficar com vocês, porque ela não vai ficar, porque ela não fica com ninguém’. Dito e feito, ela inventou que o cara... diz ela que o marido da mulher quis se passar com ela e ela foi parar [na instituição de acolhimento] de volta. (Vera).

Mais uma vez a mãe parece apenas contar a história da filha, sem de fato se envolver e se responsabilizar pelos acontecimentos. Ela parece ter uma percepção da filha mais velha

¹ A expressão “se passar” é tipicamente utilizada pela população do estado do Rio Grande do Sul para se referir a um episódio de abuso sexual.

como uma pessoa “ambiciosa” que queria apenas “ter luxo” na vida, mas em nenhum momento parece se questionar sobre o que realmente Bruna estava tentando conquistar com todas essas quebras de vínculos. Pode-se pensar que Bruna estava em busca de alguém que olhasse por e para ela, que a oferecesse afeto e um lugar de proteção: “a Bruna engravidou com 15 anos (...) que ela tava morando com um rapaz que tirou ela [da instituição de acolhimento]” (Vera). Novamente a mãe parece deixar claro que não fez nenhum movimento no sentido de recuperar os vínculos com a filha mais velha, uma vez que a menina saiu da instituição de acolhimento aos 15 anos para ir morar na casa de um namorado. E novamente o movimento para se aproximar da mãe partiu da menina:

Ela tava com um rapaz [que a tirou da instituição] (...) só que ela já tava com outro namorado, mas esse rapaz não sabia. O outro que é marido dela agora, aí ela... aí ela pediu pra nós pra vir pra cá, se ela não podia morar aqui com nós, aí nós compramos cama e tudo, compramos pra ela vir pra cá. Só que aí ela ficou acho que um mês aí ela começou a inventar coisa, porque ela já sabia, eu acho que ela já sabia que ela tava grávida, né, e daí ela... ela foi viver pra lá, na casa desse outro aí. (Vera).

A mãe afirmou que a adolescente tomou a iniciativa de procurá-la e pedir para voltar para casa, e que a partir desse momento ela comprou alguns móveis e arrumou um espaço para receber a filha. Dessa forma, ela parece demonstrar que este espaço não existia a priori, e que ela não procurou disponibilizá-lo para a filha antes de a mesma pedir para voltar. Logo após este retorno, a mãe afirmou que a filha foi morar com outro namorado em função de uma gravidez. Porém, Vera não apontou ter feito nenhum movimento para impedir essa nova mudança. Aqui pode-se perceber, novamente, uma certa passividade da mãe e sua fragilidade como figura protetiva, na medida em que a adolescente de 15 anos decidiu por seu destino.

A trajetória de sua outra filha, Talita, parece assemelhar-se a de Bruna. Talita foi acolhida pela primeira vez em 2005, junto com Marina, devido à violência física cometida pelo seu então padrasto:

Não que ele fosse tão ruim, era o jeito dele até pra guria que é filha dele ele é assim. Ele é assim uma pessoa muito rústica, criada desse jeito, sabe, ã... a criança põe o pé do sofá e ele já dá um grito ou dá um tapa. (Vera).

Após este primeiro acolhimento, em função dos maus tratos por parte do pai de Luíza, quando as meninas retornaram aos cuidados maternos, Vera decidiu por separar-se do companheiro: “daí elas voltaram pra casa, daí não deu mais certo (...) que eu ficava horas

pensando no que tinha acontecido, né... e aí a gente se mudou de lá. Eu aluguei uma casa e nós se mudamo”. Porém esta primeira separação não foi muito longa, de forma que Vera reatou com o companheiro, pois acreditou que o mesmo havia mudado:

Daí eu fiquei acho que uns dois mês nessa casa e aí ele foi lá pedir pra voltar e isso e aquilo que não ia ficar aprontando judiaria com as gurias, né, e começou a tratar bem as gurias, daí eu pensei “ta, vai mudar com as crianças”, né. No primeiro dia que eu me mudei pra casa dele de volta foi uma beleza, depois pelo amor de Deus, ficava pior. (Vera).

A mãe afirmou ter decidido, então, separar-se definitivamente do companheiro, uma vez que a relação deste com suas filhas não se alterou, e seu filho mais velho também acabava sendo negligenciado em função do padrasto:

Daí ele brigou, gritou, e falou que eu tava fazendo aquilo por causa das... dessas pestes e isso e aquilo, né, daí estragou mais ainda... e me magoava também por causa do Lucas, porque às vezes... ele era pequeno e ele morava com o pai dele, daí ele chegava e dizia assim... o pai dele também pobre, trabalhava, aí chegava e perguntava pra mim se não tinha um... “ah mãe, tu fez almoço, dá pra mim almoçar aí” e não... não deixava. Aí aquilo tudo ia me magoando e eu “bah, mas será que... pelo amor de Deus, eu moro dentro dessa casa e não posso dar um prato de comida pro meu filho”. (Vera).

Porém, Vera não tinha condições financeiras de manter a nova casa e as filhas, de forma que deixou Marina sob os cuidados de uma vizinha e Talita e Luíza sob os cuidados do ex-campanheiro. Percebe-se, novamente, a fragilidade desta mãe em relação aos cuidados com os filhos, uma vez que, ao ficar em dificuldade financeira, entregou suas filhas mais novas justamente ao agressor responsável pelo primeiro acolhimento das mesmas. Ela parece demonstrar mais uma vez a dificuldade que tem em se responsabilizar pelos filhos.

Eu me separei das gurias porque eu já não tinha mais como... porque a mulher me deu ordem de despejo lá da casa dela. (...) Aí eu fui morar num porão que uma velha alugou aqui pra mim e a Marina (...) foi lá e disse pra mim que ela não queria ficar com aquela mulher, que mesmo que ela passasse fome ela queria ir embora comigo, né. Daí ela... ela foi morar comigo ali, daí ela perguntou “mãe, tu vai trazer a Talita pra morar com nós e a Luíza?” e eu falei “primeiro eu vou me equilibrar, né”, que tava difícil emprego (...). (Vera).

Através dessa fala a mãe parece demonstrar que, mais uma vez, o movimento para reunir a família e manter os vínculos não teria partido dela, mas sim de sua filha. Marina foi

quem aparentemente se interessou e cobrou da mãe o fato de as irmãs não estarem com elas. Durante este período, o ex-companheiro não aceitou cuidar de Talita, alegando que esta não era sua filha legítima, de modo que a menina foi morar com uma sobrinha da mãe. Nem a sobrinha nem a avó materna conseguiram se responsabilizar por Talita, de forma que a menina foi acolhida pela segunda vez.

Ela ficou na casa da minha sobrinha, né, daí eu não sei o que que houve lá, a Talita falou que elas andaram... ela andou batendo boca com a [sobrinha] (...) e a [sobrinha] deixou no Conselho, queixa com o Conselho, né, que a guria não tava respeitando ela, que tava magoando ela e que ela achava que ela não ia poder ficar com ela... daí eles pegaram ela e trouxeram [para a instituição de acolhimento]. Mas fazia tempo que ela tava ali, eu não sabia que ela tava ali, achei que ela tava com a [sobrinha] e depois que me disseram que já fazia mais de mês que ela tava ali. (Vera).

É importante destacar que a mãe afirmou que a filha já estava em acolhimento institucional há mais de um mês sem que a mesma soubesse. Isso parece indicar que Vera passou mais de um mês sem ter contato e sem ao menos buscar notícias da filha. A mãe afirmou que, ao tomar conhecimento do acolhimento de Talita, juntou suas economias e, juntamente com a ajuda da equipe da instituição de acolhimento a qual Talita estava vinculada, construiu uma casa nova, com um quarto para receber a filha:

Aí a gente pegou tudo que a gente tava juntando isso e aquilo e... e até [a instituição de acolhimento] me ajudou a fazer essa casa aqui, eles me deram material que a prefeitura doou, né, daí o resto o Paulo pegou um dinheiro que ele tinha, um dinheiro também que eu tinha (...) aí a gente fez essa casinha aqui. (Vera).

Cabe destacar o movimento feito pela equipe técnica da instituição de acolhimento para conseguir reformar a casa e possibilitar o retorno de Talita à convivência familiar. No momento de realização da pesquisa, porém, a adolescente não estava residindo com a mãe, uma vez que havia fugido de casa para morar com um namorado. A menina já havia fugido uma outra vez, sendo que, nesta primeira, voltou para casa após a mãe ameaçar o namorado:

Eu fui direto na casa do guri porque eu tinha certeza que ela tinha ido pra lá (...) Daí eu fui lá e falei “olha, eu só vou te dizer (...) tenho só uma coisa pra te dizer, eu não vou entrar nessa tua casa porque eu não quero (...) agora assim, ó, tu pega e manda a Talita embora se não eu vou chamar a polícia pra tí”. (Vera).

A mãe afirmou que a filha voltou para casa após essa ameaça, mas pouco tempo depois fugiu de novo e há três meses estava morando com o namorado (momento em que foi realizada a entrevista). Em relação à segunda fuga, a mãe não indicou ter feito realmente um movimento para buscar essa filha, mesmo concordando que a menina ainda era muito nova (14 anos) e que a diferença de idade dela para o namorado, que tinha 21 anos, era grande:

Achamos um bilhete na cama que ela tinha ido e no bilhete ela dizia que não tinha ido embora com ele e que ela tava bem e que não era pra mim me preocupar com ela. Daí depois daí através da internet, do Facebook, a Marina descobriu onde ela tava. Mas ela não quis voltar (...) só que eu não sei se ele vai continuar aceitando, porque ela é muito criança ainda, né, ta com 14 pra 15, faz 15 esse ano... (...) ela é muito menina ainda, tem que estudar, né. (Vera).

Assim, a mãe parece estar conformada com a situação da filha, se resignando ao fato de que a menina “não quis voltar”. Porém, a adolescente está sob sua proteção, de forma que o esperado talvez fosse que ela exercesse sua autoridade e que orientasse a filha. Por sua vez, a mãe, além de ter deixado Talita à própria sorte, estaria dificultando as tentativas de reaproximação que a menina fazia:

Ela às vezes ela manda, assim, mensagem ou tenta ligar pra mim, sabe, mas eu falei pra ela o dia que ela ligou “tu foi pra aí porque tu quis, foi com tuas próprias perninhas (...) é bom pra ti passar o que tu vai passar aí pra ti ver se é bom pra ti”. (Vera).

Todas essas quebras de vínculos ao longo da trajetória da mãe parecem demonstrar que ela tem dificuldades em exercer o papel de proteção em relação aos seus filhos. Nos momentos em que ela passou por dificuldades financeiras ou quando algum dos filhos fugiu de casa, ela não conseguiu se organizar para buscar esse filho, para acolhê-lo novamente ou para colocar um limite. Ela pareceu optar por deixá-los, afirmando que “cada um sabe da sua vida”, sendo que, enquanto pessoas em desenvolvimento, as crianças e os adolescentes estão sob os cuidados, primeiramente, dos pais. Dessa forma, percebe-se que a trajetória de Marina, as dificuldades enfrentadas por essa adolescente durante o seu desenvolvimento, se encaixa com o perfil de relacionamento que a mãe manteve e mantém com todos os seus filhos.

4.1.2. Acolhimento institucional

4.1.2.1. Motivo do acolhimento

O primeiro acolhimento institucional de Marina ocorreu no ano de 2005, quando a mesma estava com sete anos. Marina foi acolhida junto com sua irmã Talita. A adolescente relatou na entrevista que este acolhimento teve como motivo agressões cometidas pelo então padrasto, pai de sua irmã mais nova (Luíza):

Da primeira vez foi porque eu morava com um padrasto que também agredia eu e a minha irmã, daí a gente tava num balneário e aí ele agrediu eu e ela lá e denunciaram e aí no mesmo dia a gente já foi pra uma casa de lá (...) e de lá encaminharam direto aqui [para uma instituição de acolhimento voltada a crianças]. (Marina).

Vera também referiu o ex-companheiro como “impaciente” com suas filhas, afirmando que o mesmo não as tratava bem. De acordo com a mãe, o ex-companheiro xingava e humilhava suas filhas frequentemente, fato que ela acreditava ter magoado as meninas. Sobre o motivo deste primeiro acolhimento, o relato da mãe estava em concordância com o de Marina:

Uma moça lá [no balneário] viu como é que ele [ex-companheiro] tratava elas, sabe, não é aquela coisa, assim, de pegar também um relho e espancar as gurias, mas era um tratamento... como é que se diz, assim, de boca. Que as vezes tratamento de boca magoa mais que tu dar uma chinelada numa criança, né (...) eles viram, né, daí chamaram a Marina... uma lá de uma barraca que tava lá chamou a Marina e começou a conversar com a Marina (...) daí ela foi falando, né, como é que ele era, como é que ele não era, aí chamaram o Conselho pra ele. (Vera).

Vera, inclusive, deu um exemplo de como o ex-companheiro tratava as meninas:

Teve um dia que eu deixei elas [as três filhas] e fui no centro e quando eu cheguei ela [Marina] tava com o nariz sangrando e eu perguntei “que que acontece, Marina?” e ela contou que tinha batido num poste, num palanque que tinha nos fundos da casa. Aí depois ela me contou que ele [ex-companheiro] tinha batido nela, tinha dado um tapa na boca dela. (Vera).

Quanto ao seu segundo acolhimento, Marina afirmou que foi agredida pela mãe e pelo irmão mais velho em frente à casa de uma amiga. No Plano Individual de Atendimento (PIA) da adolescente também constava esta agressão como motivo da aplicação da medida: “violência física (um único episódio), gerada pela mãe e o irmão Lucas”. De acordo com

Marina, a mãe teria insinuado que a mesma estaria tendo um relacionamento com um parente dessa amiga, e por essa razão teria a agredido:

A mãe chegou insinuando que era coisa mais, então... e como tinha o... acho que era padrinho e madrinha do irmãozinho menor dela, a mãe já começou a insinuar coisa pra tentar ganhar razão na história, mas... não tinha nada de mais, sabe, era só... só nós mesmo, assim, pra conversar e se juntar tudo lá. (Marina).

A adolescente também atribuiu esse acolhimento a um problema de convivência com a mãe, afirmando que as mesmas não vinham se entendendo já há algum tempo. O problema de relacionamento entre mãe e filha também foi referido no PIA da adolescente, no qual constava que “tanto a adolescente quanto a mãe carregam mágoas de uma relação conflituosa e sem limites”. Segundo a adolescente:

Dessa vez eu fui porque... tava assim... tava estranho a minha convivência, sabe, dentro de casa, tava acontecendo uns problemas e coisa... e daí eu fui um dia na casa de uma amiga e a minha mãe foi me buscar daí deu complicação, o meu irmão mais velho e ela acabaram se estressando um pouco, daí eu... fui pro colégio e de lá do colégio me encaminharam pro abrigo (...) porque eu tava, um pouco com marca. (Marina).

Vera também entendeu o episódio da agressão como o motivo do acolhimento de Marina. Porém, segundo relato da mãe, o fato que levou a esta agressão teria sido diferente daquele referido por Marina. Vera afirmou que Marina estava na casa da irmã mais velha e, ao sair de lá, não retornou para a casa da mãe, indo a uma festa sem que Vera soubesse ou houvesse consentido. Ao saber que a filha se encontrava nessa festa, Vera afirmou ter ido atrás da mesma junto com seu filho mais velho e, ao encontrá-la, teria ficado irritada e a agrediu:

Daí aconteceu que eu braba, né, e o Lucas também tava meio nervoso com ela, e daí... porque ela andava, ela andava discutindo comigo e isso e aquilo (...) daí dei um tapas nela mesmo e o Lucas também deu uns tapas nela, daí ela foi parar [na instituição de acolhimento]. (Vera).

Vera relatou também que, em conversa com Marina, esta teria atribuído seu acolhimento, além da agressão, a problemas de relacionamento com a mãe e às frequentes brigas desta com o padrasto: “ela diz que não gostava mais de ver eu e o Paulo brigando, que

ela queria ir [para a instituição de acolhimento] e arrumar um serviço pra ela viver a vida dela” (Vera). Tal fato vai ao encontro do que foi relatado pela adolescente em entrevista.

Ainda que tivesse entendido os motivos que a levaram ao segundo acolhimento institucional, Marina não o considerou suficiente para que a medida fosse aplicada. Segundo a adolescente, existiam meninas na instituição de acolhimento com “problemas bem mais sérios” que os dela, e que, por esta razão, acreditava que o seu caso não era para acolhimento: “porque tem gurias lá que tão lá por coisas bem mais intensas. Então desde o início eles falavam que lá não era lugar pra mim, que eu tinha que resolver minha situação pra sair de lá o quanto antes melhor” (Marina).

4.1.2.2. Vivência do acolhimento

Marina foi acolhida duas vezes ao longo de sua trajetória, conforme dito anteriormente. Embora a entrevista tenha sido focada em sua última passagem pela instituição de acolhimento, a adolescente referiu ter sentido algumas mudanças entre essas duas experiências, a primeira em 2005 e a segunda, em 2013. Tais mudanças, segundo Marina, aconteceram principalmente no que diz respeito às relações entre as adolescentes, a equipe técnica e as educadoras: “as pessoas que trabalham lá mudaram, a maneira de tratar as crianças e os adolescentes mudou” (Marina). Outra mudança ressaltada pela adolescente dizia respeito à estrutura física e aos recursos financeiros do local:

Senti muito diferente, assim, porque... em relação [à instituição de acolhimento] mudou muito, antes não era nem comparação com o que é agora, agora é muito bom, agora quem vive lá... não vou dizer que vive bem, mas não vive mal. Antes era, assim, era o mínimo o que a gente tinha lá. Agora não, agora tem ajuda de tudo quanto é lugar, tem muito mais recursos lá... eu acho que agora ta bem melhor do que antes, com certeza. (Marina).

Em relação a sua última experiência em acolhimento institucional, Marina parece ter passado por um processo de adaptação à medida. A adolescente descreveu os sentimentos associados a este período aparentemente em três fases – culpa, desespero e, finalmente, adaptação: “no início, assim, a gente fica, né... a gente se sente culpado do que ta acontecendo e daí dá um desespero, mas depois tu começa a te acostumar... não digo te acostumar, mas se adaptar aos poucos” (Marina). Marina destacou pontos positivos após esta adaptação, mas

referiu que, em alguns momentos, “veio um sentimento ruim”, destacando a complexidade envolvida em uma medida de proteção como o acolhimento institucional:

Então vai melhorando, ã... é complicado, não... ã... às vezes bate aquele sentimento ruim, assim, não... tu pensa que aquilo é o fim, mas... mudou bastante também o meu jeito de pensar, assim, ã... eu acho que eu fiquei um pouco mais responsável, porque antes eu não trabalhava, agora já to encaminhando um monte de papel. (Marina).

Marina também destacou como uma das dificuldades os freqüentes desentendimentos entre as adolescentes acolhidas: “eu acho que o único problema lá mesmo que eu vi, assim, problema mesmo, era dessas situações que tinha das adolescentes brigarem e... essas coisas assim, né, que acontecem” (Marina). Ainda que percebesse essas brigas como um aspecto negativo, Marina parece entender que o contexto em que se encontra um acolhimento institucional é complexo e, muitas vezes, difícil de lidar:

Não, alguma idéia [para solucionar o problema das brigas], assim, eu não tenho, porque... não tem como tu saber, eu acho... acho que eles lá, né, não sei, se não fizeram nada até agora acho que nem eles sabem direito o que fazer, porque lá é um lugar que eles recolhem as pessoas que não tem mesmo pra onde ir, que não tem mãe, não tem pai, ou são rejeitados, então... eu acho que nem eles mesmos sabem direito como lidar com isso, porque é difícil, né, é complicado. (Marina).

Nesse sentido, essa mesma relação entre as meninas, que podia ser complicada, de acordo com o relato de Marina era, também, muito importante para essas adolescentes. O fato de estarem todas passando por algum momento de dificuldade em suas famílias de origem pareceu fazer com que elas formassem, conforme referiu Marina, uma família dentro da instituição:

Eu continuei tendo contato com as gurias de lá por que eu... por que lá a gente não tem... a gente tem que ter uma relação boa, né, com todo mundo, porque a gente não tem alguém, assim, pra dar essa, esse carinho maior, então a gente acaba sendo irmãs, né, então eu mantive contato com elas (...). (Marina).

Marina também destacou como pontos positivos da instituição de acolhimento a oportunidade de aprender a “se virar sozinha”, assumir suas próprias responsabilidades, e a oportunidade de freqüentar cursos e projetos. A adolescente parece ter percebido o movimento da equipe técnica no sentido de oferecer atividades para as adolescentes:

De bom... eu acho que eu aprendi a me virar sozinha, porque lá a gente não tem mordomia nenhuma, acho que... e também não tem do que reclamar, porque a única coisa que tu faz lá é... é lavar as tuas roupas, que cada um lava a sua, manter o, o lugar que tu tá ocupando, tipo teu quarto, a sala de convivência, manter organizado, né, e cada dia de semana uma ajuda na louça (...) tem que correr atrás, e eles tão sempre te ajudando pra ti arrumar alguma coisa pra fazer, pra não ficar parado, um curso ou um... se tu não tem idade ainda pra fazer alguma coisa tu, eles sempre arrumam algum projeto pra ti fazer. (Marina).

A adolescente destacou a importância que esses cursos e projetos tinham no contexto das meninas que se encontravam em acolhimento institucional: “tinha gurias lá que andavam na rua, fugiam [da instituição de acolhimento] pra andar na rua, então com esses projetos (...) fazia com que muitas delas não andassem na rua e iam fazer algum projeto, então eu acho que é uma parte boa” (Marina). Assim, Marina indicou que a equipe parecia incentivar a participação em projetos e cursos profissionalizantes, demonstrando que o tempo na instituição foi um tempo aproveitado. Tal fato vai ao encontro do que a equipe técnica se propôs no PIA da adolescente, no qual constava, entre uma das medidas a serem seguidas, “escolher oficinas para participar de forma comprometida”. Pode-se perceber que a equipe seguiu o plano de intervenção pensado para a adolescente.

Ainda em relação à equipe, a adolescente destacou o vínculo formado e afirmou que recebeu acompanhamento da mesma enquanto encontrava-se na instituição de acolhimento: “a gente recebia atendimento psicológico da... tinha uma mulher que ia toda a semana lá e daí ela sempre chamava a gente pra conversar e tentar, né, também (...) ela também não... não saía de lá, era só entre ela”, “a gente conversava bastante com as assistente social também, com as... as educadoras, a gente tinha uma relação bem próxima com todas elas” (Marina). O PIA da adolescente trazia, como plano de intervenção, além da frequência assídua à escola, o comparecimento aos atendimentos psicológicos semanalmente. Marina parece ter dado importância a esses atendimentos, referindo-os de forma positiva e ressaltando o sigilo:

Por mais que a gente tinha as amigas lá a gente não contava tudo, assim, né, então com ela a gente tinha mais essa liberdade de contar porque ela também não ia contar pra ninguém, né, era o trabalho dela, então... eu acho que ajudou bastante, assim. Era bom conversar com ela porque ela... ela entendia, ela dava conselho. (Marina)

O PIA da adolescente reforçou esse bom relacionamento de Marina tanto com as outras adolescentes quanto com a equipe da instituição. Dessa forma, cabe destacar que

Marina não referiu o acolhimento institucional como uma experiência ruim: “não guardo nenhum receio, nenhuma mágoa de lá. Pra mim não foi ruim, assim” (Marina). Ao contrário, a adolescente parece ter entendido que esse momento proporcionou a ela aspectos positivos, principalmente no que diz respeito à relação com sua mãe:

Eu acho que... que não foi um motivo pra eu ser encaminhada pra lá, mas de alguma forma acabou ajudando, porque as coisas mudaram bastante, né... a minha relação com a minha mãe mudou bastante depois que eu fui [para a instituição de acolhimento]. (Marina)

Por sua vez, a opinião de Vera sobre como a filha vivenciou o acolhimento parece não estar em concordância com o discurso de Marina. De acordo com a entrevista, a mãe teria tido a idéia de que a filha escolheu passar por essa medida de proteção, talvez com a esperança de ser adotada:

Mas ela entende que pra ela não adiantou aquilo lá que era... eu sabia que ela não ia gostar, que ela... que não era bom pra ela porque ela já tinha passado por lá e tinha sido horrível pra elas, né... de certo ela achou que ia ser diferente ou que talvez alguém ia tirar ela de lá, que ela ia sair de lá... porque ela passou, acho que até o natal ela passou lá dentro (...) mas eu acho que ela ta meio crescidinha, né, pra arrumar uma família e chegar e adotar ela, né? (Vera).

Vera parece acreditar que Marina não esperava voltar para sua família de origem, mas sim encontrar um novo lar. Segundo Vera, a adolescente deveria ter procurado a família, muito embora a própria mãe não pareça ter feito um grande movimento para procurar ter a guarda da filha novamente:

Acho que ela não se sentiu bem, porque um dia eu tive lá e a moça que acompanhava ela durante a tarde falou que ela sempre tinha esperança que alguém fosse tirar ela de lá... e todas as crianças eram visitadas e só ela que não tinha visita, né, que ela achava, assim, que ninguém queria ela. Aí eu falei pra mulher “ela diz isso por quê? Ninguém quer ela, mas quem quer ela é a família dela, é a família que ela tem que procurar”, né. Não é os estranhos que vão querer ela mesmo, depois de crescida desce tamanho mesmo, né. (Vera).

Esta aparente desresponsabilização da mãe em relação à filha também foi destacada pela equipe técnica no PIA da adolescente. Neste documento a equipe salientou a demora de Vera em entregar a certidão de nascimento de Marina para que esta pudesse confeccionar sua

carteira de trabalho e demais documentos necessários para o encaminhamento de seus cursos profissionalizantes.

Em relação à atuação da equipe técnica durante a aplicação da medida de proteção, Vera referiu o acompanhamento realizado durante os dois momentos de institucionalização da filha: “a [psicóloga da primeira instituição], né, que acompanhava bem as gurias, da outra vez que elas tiveram pequenas lá (...) depois a [psicóloga da segunda instituição] acompanhou a Marina” (Vera). Quanto a este último acolhimento institucional, Vera parece referir a equipe como uma “aliada”, fazendo julgamentos da filha:

Lá [na instituição de acolhimento] que eu conversava com elas só, sempre quando eu ia lá (...) sobre a Marina, né... que elas acompanharam (...) mas elas nunca defenderam, assim, a Marina, assim “não, essa mãe não presta, da Marina”, nunca... nunca fizeram isso aí. Elas sempre me apoiaram bastante, né... inclusive a [psicóloga] disse isso aí pra mim, que era pra mim deixar a Marina viver aquilo ali pra ela ver a diferença entre um e outro, né... pra ela chegar numa conclusão na cabeça dela, né. (Vera).

Vera parece se eximir da responsabilidade quanto ao acolhimento da filha, buscando legitimidade na equipe técnica da instituição, como se a equipe concordasse com suas atitudes. A equipe técnica, através dos documentos presentes na pasta da menina, salientou, por sua vez, a desresponsabilização de Vera em relação à filha, e a resistência da mãe em aderir às intervenções da equipe.

4.1.3. Reintegração

4.1.3.1. Volta para casa

Marina foi reinserida primeiramente em sua família ampliada, ficando sob a responsabilidade e proteção de seus padrinhos. A adolescente afirmou que não enxergava mudanças no comportamento da mãe e, por essa razão, não gostaria de retornar ao convívio da mesma: “no início eu não queria de jeito nenhum voltar pra casa (risos) por causa que eu não... eu não via as mudanças, né, então...” (Marina). A adolescente pareceu ter demonstrado que não queria voltar para casa sem ter garantias de que o modo como a mãe a tratava havia mudado, mostrando que ela buscou opções enquanto estava em acolhimento. Tal fato foi observado, também, pela equipe técnica, a qual salientou, no Plano Individual de

Atendimento (PIA) da adolescente, que a mesma não tinha desejo de retornar ao convívio familiar, pois considerava que a família não iria mudar.

Sobre sua família ampliada, Marina afirmou que não mantinha muito contato com eles, de forma que a aproximação entre os membros foi feita a partir da iniciativa da equipe técnica da instituição de acolhimento: “então [a instituição de acolhimento] escolheu, achou meu pai, procurou saber sobre ele e daí decidiu que eu voltasse... que eu fosse morar com ele, daí...” (Marina). Porém, a adolescente relatou que não se adaptou ao convívio com a família ampliada: “só que com o tempo eu não me adaptei, daí eu escolhi voltar pra casa...” (Marina).

Segundo a adolescente, em virtude da falta de convivência anterior com os tios ela não conseguiu construir um “sentimento de família” com eles, fato que parece ter feito com que ela repensasse essa opção de reintegração:

Eu tava lá morando com eles, com os meus tios, e... como eu não conhecia eles, eu conheci eles e no mesmo mês eu já fui morar com eles, então... não tinha nenhuma aproximação, então foi difícil construir essa... esse sentimento especial que nem um sentimento de família mesmo, né, de mãe. (Marina).

Vera também destacou este aspecto, afirmando que a adolescente não mantinha um relacionamento muito próximo com os padrinhos: “ela nunca teve nada assim de relação muito íntima com eles. Ela nunca conviveu com eles, entende. Ela pensou uma coisa, mas foi outra diferente do que ela pensava” (Vera). A mãe também ressaltou, como possível fator que tenha ocasionado este estranhamento, as diferenças entre a rotina da família ampliada e a rotina que Marina seguia com sua família de origem:

Ela falou que era diferente de casa, né, que ela se sentia inútil também, que a tia dela levantava cedo e fazia todo o serviço da casa, que ela não trabalhava, né (...) não é como, eu sempre disse pra ela, não é como na casa dela que ela toma café a hora que ela quer, almoça a hora que ela quer (...) A casa dos outros é a casa dos outros, né, não é a casa da gente. (Vera).

Em função de não ter se adaptado na família ampliada, Marina foi reintegrada à casa da mãe. De acordo com relato da adolescente, a mãe teria feito um movimento para que este retorno acontecesse:

A mãe ligava e falava que queria que eu voltasse, então, assim, eu resolvi voltar, sabe, então... daí voltei. No mesmo dia que eu falei que eu queria voltar eu já, já voltei (...) Porque pelo que a mãe me falava quando me ligava, ela dizia que tinha mudado, daí ela... voltei, resolvi voltar. (Marina).

Porém, a fala da mãe em relação a essa reintegração parece apresentar divergências em relação ao que a filha relatou. Segundo Vera, foi Marina quem tomou a iniciativa de procurar a mãe e pedir para voltar: “ela me ligou de lá pedindo pra voltar e chorando que ela não queria mais ficar lá porque ela queria voltar pra casa, né, que ela não agüentava mais ficar lá porque não deu certo” (Vera).

Em relação a este retorno para casa, Marina afirmou que sentiu mudanças em sua família em comparação ao período anterior ao seu acolhimento. Tais mudanças, de acordo com a adolescente, envolveram inclusive a configuração familiar que existia antes de o acolhimento acontecer, pois a sua irmã mais nova não estava mais morando com sua mãe: “eu acho que foi bem diferente, assim, porque tava tudo mudado, né, e... a minha irmã também já não tava mais morando aqui. A minha irmã de 14 anos, ela morava aqui e ela não tava mais morando” (Marina). Porém, o que Marina mais ressaltou foi a mudança na relação estabelecida entre ela e a mãe:

Acho que a atenção... eu acho que agora eu tenho muito mais atenção que antes. Compreensão também (...) porque... mãe é mãe, né. (...) Mudou a atenção da minha mãe comigo, o jeito dela me tratar, que agora ela me trata como se eu tivesse 16 anos mesmo... mudou bastante não em coisas... materiais, assim, mas mudou bastante em sentimento, sabe... e sentimento não dá pra contar, né, pra dizer quanto que foi. (Marina).

Na percepção de Marina, o tempo em que esteve em acolhimento teria produzido efeitos importantes, sobretudo com relação ao motivo que teria determinado a aplicação da medida (problemas no relacionamento com a mãe). A adolescente também destacou mudanças no relacionamento com o padrasto:

A gente não é muito próximo, assim, ele tá ali, é meu padrasto, mas a gente não tem essa relação, sabe. Mas antes de eu ir lá [para a instituição de acolhimento] era diferente, ele se metia demais nas coisas, ficava botando pilha pra mãe, aí a gente brigava mais. Agora mudou também, ele não se mete mais, fica quieto no canto dele... e eu no meu. (Marina).

Ainda que este não fosse uma figura muito próxima a ela, Marina parece ter conseguido identificar tais diferenças no relacionamento. É importante destacar que “os

padrastos”, na história de Marina, não teriam representado figuras de proteção, o que pode justificar sua resistência em se envolver com o atual companheiro da mãe.

Por outro lado, Vera não teria identificado os aspectos positivos apontados por Marina em relação ao convívio entre elas. No entanto, referiu ter percebido mudanças na filha: “Eu não [mudei]. Ela tá diferente, a Marina tá mais calma, eu acho que ela tá mais calma” (Vera). A mãe relatou, ainda, ter sentido que suas brigas com o companheiro diminuíram: “mudou, mudou. As minhas brigas e do Paulo parou” (Vera). Nota-se que a mãe não falou e parece não ter reconhecido mudanças nela mesma. Dessa forma, a adolescente teria uma compreensão maior de todas as implicações da medida em sua vida e na vida da mãe do que Vera.

Em relação à atuação da equipe técnica da instituição de acolhimento após a reintegração de Marina, Vera parece ter identificado aspectos positivos para a adolescente no trabalho da equipe, especialmente no que diz respeito ao encaminhamento dos cursos profissionalizantes de Marina:

Semana retrasada ela [psicóloga da instituição] ligou pra saber como é que tava, né, daí até falei “ah, a Marina não tá trabalhando ainda, ela não sabe como fazer as coisas”, daí ela mandou a Marina lá pra pegar onde... ela ia falar onde a Marina se inscrevia, né, daí a Marina teve lá falando com ela. (Vera).

Marina, por sua vez, demonstrou ter conhecimento de como deveria ser realizado esse acompanhamento: “depois que tu sai [da instituição de acolhimento] elas te acompanham ainda por seis meses, te encaminham pra algum serviço, alguma coisa e daí, auxílio também... durante seis meses” (Marina). A adolescente afirmou que seguiu tendo contato com a equipe: “elas me falaram, me deram os dados da nova assistente social que tá lá pra mim ir lá conversar, que elas gostam de continuar tendo esse contato” (Marina). Porém, segundo relato da adolescente, o acompanhamento após a reintegração parece ter ficado um pouco solto, de forma que caberia à Marina escolher se desejaria ir até o serviço:

No meu caso acho que elas esperavam que eu fosse lá, né, só que como eu não sabia então eu acabei não indo, então... e elas fazem a visita também pra saber como é que tá, mas... a visita acho que, eu não sei de quanto em quanto tempo elas fazem a visita. (Marina).

Ainda assim, cabe destacar o vínculo formado pela adolescente com toda a equipe que compunha a instituição de acolhimento: “eu vou ver agora o próximo dia que eu puder ir pra lá, né, porque é bom, eu acho que é bom... e também eu já aproveito pra ver as gurias, daí... as educadoras” (Marina). Além da equipe técnica, parece ter ficado uma boa relação com as

educadoras, que são as pessoas que convivem diariamente com as adolescentes. Esse relacionamento mais afetivo é uma grande mudança de perspectiva dos antigos orfanatos para as atuais instituições de acolhimento.

4.1.3.2. Projeto de vida

A adolescente destacou na entrevista que possuía um projeto de vida para si e que vinha buscando alcançá-lo. O desejo por ter sua própria renda e conquistar uma casa foi ressaltado por Marina:

Mas eu ainda penso em, futuramente, né, sair de casa e morar sozinha, porque é o que eu quero mesmo, né, e... sempre o... não vou dizer que ta igual, ta bem diferente do que era antes, bem melhor, só que mesmo assim não tem que nem um lugar pra gente. (Marina).

Esse desejo de Marina parece ter ficado evidente, também, durante e após o período de acolhimento da mesma. Ainda que seu tempo em acolhimento tenha sido curto, ela teria conseguido aproveitar as oportunidades profissionalizantes que a instituição procurou oferecer, conquistando, dessa forma, ganhos positivos para sua vida.

Eles [equipe da instituição de acolhimento] me ligaram, até, agora esses dias pra falar que eu podia ir lá me inscrever nos cursos, né, daí eu fui ontem lá (...) eu não participei [de projetos] no tempo que eu tava lá porque foi muito curto, daí de... de me encaminhar, daí não deu tempo, mas hoje eu continuo encaminhando. (Marina).

Cabe destacar que esse desejo de Marina foi valorizado e incentivado pela equipe técnica, a qual parece ter trabalhado para orientar a adolescente nesse sentido. O PIA da adolescente fazia referência ao aspecto profissionalizante buscado por ela:

A adolescente desde o momento de seu acolhimento refere querer ser inserida em cursos profissionalizantes ou no jovem aprendiz, pois gostaria de se qualificar e ainda ter sua própria renda. Informamos para a adolescente que iríamos, enquanto equipe técnica, confeccionar os documentos necessários, e que quando iniciar a seleção para o ano que vem para o jovem aprendiz vamos incentivar e orientar Marina nessa busca por uma vaga. Com relação aos cursos profissionalizantes, estamos aguardando a adolescente completar 16 anos, para que possa ser encaminhada e inserida no curso do PRONATEC. (PIA).

Essa perspectiva de Marina de buscar algo profissionalizante para o futuro parece estar em concordância, também, com a visão que Vera tem da filha. A mãe parece identificar as diferenças existentes entre as duas filhas que estavam morando com ela antes do acolhimento da adolescente, Marina e Talita, em relação ao que desejam para o futuro:

A Marina não tinha na cabeça dela de ta se juntando com alguém na idade dela. A Talita que era mais boba caiu na onda dele, né (...) Mas ela [Marina] quer trabalhar fora, assinar carteira, daí tomara que ela vá... é bom que ela vá. (...) Eu acho que ela pensa diferente da Talita, sabe, acho que ela não pensa em ta morando com homem agora, acho que ela quer trabalhar, quer ter o dinheiro dela. O dinheiro dela que ela pega tudo ela pensa em sustento, se vestir bem, comprar coisa pra ela, né, eu deixo ela comprar (...) ela ta tentando... ontem ela foi lá numa clínica dentária que precisavam de... assistente, acho que era. (Vera).

A perspectiva da mãe parece reforçar o que a adolescente também expressou com relação a buscar uma inserção laboral que lhe possibilitasse autonomia. Ainda que os discursos de mãe e filha não tenham se encontrado em alguns aspectos referentes à vivência da medida de proteção, Vera parece ter entendimento da perspectiva de futuro que Marina tinha para si.

4.2. Caso 2: Julia

4.2.1. Descrição familiar de Julia

Julia é uma adolescente de 14 anos que convive com mais dois irmãos sob a guarda da mãe: Ana, de onze anos, e João, de sete. A mãe, Regina, no momento da entrevista estava trabalhando como diarista e residia sozinha com os três filhos. Na primeira visita realizada à Regina (para realizar a primeira entrevista com família), a mesma estava morando junto com sua mãe em uma casa humilde, mas bem organizada. A segunda entrevista já foi realizada na nova residência da família, sendo que a avó havia permanecido na residência anterior. A moradia encontrava-se organizada e limpa, porém era pouco ventilada, pois não possuía janelas (localizava-se em uma espécie de porão de uma casa de dois pisos, na qual residiam familiares de Regina).

Julia teve sua infância marcada pela institucionalização, pois desde os nove anos vivenciava idas e vindas da instituição de acolhimento. Seu primeiro acolhimento ocorreu em 2010, após a professora de um projeto social do qual a menina participava ter suspeitado que

ela e seu irmão estavam sofrendo violência sexual por parte do avô paterno. Neste momento, Regina encontrava-se em privação de liberdade por motivos que, segundo constam nos relatórios, seriam furto e extorsão. Por essa razão, Julia e João estavam residindo com o avô materno, enquanto Ana residia com a avó materna. Desde esse primeiro acolhimento, Julia e seus irmãos alternaram entre casas de parentes e a própria instituição.

Durante os quatro anos que se seguiram Regina perdeu o poder familiar de duas crianças logo após o nascimento. Em maio de 2012, Regina teve destituído o poder sobre o filho Pedro, então com quatro meses de idade, sendo o mesmo colocado em família substituta – adoção. Pouco mais de um ano depois, em junho de 2013, Regina perdeu o poder familiar sob a filha Marina, então com seis meses de idade, sendo esta colocada junto à mesma família substituta de seu irmão Pedro. A mãe parece sempre ter enfrentado dificuldades em se organizar para cuidar de seus filhos. Os relatórios da instituição de acolhimento parecem reforçar tal fato, na medida em que recomendaram a colocação em família substituta dos dois filhos mais novos de Regina. A permanência dos filhos mais velhos sob a guarda da mãe se justificou, em um dos relatórios, pela idade avançada dos mesmos, o que poderia dificultar o processo de adoção.

Tal fragilidade familiar de Regina parece reproduzir as situações de vulnerabilidade que ela própria enfrentou ao longo de seu desenvolvimento. De acordo com a mãe de Regina, em relato presente nos relatórios da instituição, desde nova Regina freqüentava bares com o pai, de forma que a mãe acreditava que Regina tivesse iniciado sua vida como profissional do sexo nestes ambientes, na companhia do pai. Mesmo a avó materna de Julia tendo esta desconfiança e sabendo do histórico do ex-marido, ela permitiu que a neta ficasse sob a responsabilidade do avô durante o ano de 2010, logo após Regina ser privada de liberdade. Regina parece reproduzir as experiências que teve enquanto filha com os seus filhos, de forma que, apesar de apresentar vínculo afetivo com os mesmos, não consegue se colocar como proteção e nem evitar que os filhos fiquem em situação de risco.

A família de Regina também apresentava histórico de alcoolismo e depressão, sintomas que também foram internalizados por Regina. O pai de Regina era alcoolista e parecia ter levado tanto Regina – quando criança – quanto Julia a bares, conforme dito anteriormente. Já a mãe de Regina possuía histórico de depressão, sendo que havia sido encaminhada, conforme constava nos documentos da instituição, a serviços da rede de atendimento a fim de receber atenção direcionada. Regina, por sua vez, além de apresentar histórico de alcoolismo e depressão, possuía duas tentativas de suicídio em sua trajetória, uma no ano de 2003 através de ingestão de medicamentos associados ao álcool, e outra em 2007

através de tentativa de enforcamento. Esses episódios reforçam a situação de fragilidade e vulnerabilidade em que a genitora se encontrava.

4.2.2. Acolhimento Institucional

4.2.2.1. Motivo do acolhimento

O primeiro acolhimento institucional de Julia ocorreu em outubro do ano de 2010, juntamente com seus irmãos Ana e João, sendo os mesmos desacolhidos em abril de 2011, totalizando um período de seis meses na instituição. De acordo com documentos presentes na pasta da adolescente, nesta época Regina estava em privação de liberdade, sendo que Julia e o irmão João residiam com o avô. Julia freqüentava um projeto social em turno inverso à escola (ASEMA), e foi durante uma atividade neste projeto sobre abuso sexual que uma das professoras notou que a menina aparentava estar incomodada. Segundo relatório enviado pela equipe do projeto ao Conselho Tutelar, ao ser questionada sobre seu comportamento, Julia teria afirmado que o avô, quando bebia, “se passava” com ela. Ainda segundo este relatório, a equipe do projeto realizou visitas domiciliares à casa do avô e também da avó materna, a qual residia com uma filha – irmã de Regina – e tinha Ana sob seus cuidados.

Na visita realizada ao avô, segundo o relato enviado ao Conselho Tutelar, teria sido identificado que este dormia na mesma cama que a neta. O mesmo também referiu que gostaria de encontrar uma instituição em que Julia pudesse passar toda a semana, voltando à companhia do avô apenas nos finais de semana. Na visita realizada à casa da tia materna, segundo o relatório, foi questionado o porquê de Julia e João não residirem junto a elas, e se haveria espaço para ambos. A avó materna teria informado que tinha interesse em “juntar os netos” novamente, mas apenas quando conseguisse uma residência própria, uma vez que residia com a filha. Já a tia afirmou não ter condições nem físicas nem psicológicas para ficar com mais duas crianças, uma vez que já estava abrigando Ana e possuía uma filha na mesma faixa etária de Julia. Ao serem questionadas sobre o relacionamento de Julia com o avô, a avó teria afirmado que era positivo e que o avô era um homem “trabalhador, mas que bebia”. A tia, por sua vez, teria dito que tinha receio de que o pai “se passasse” com a neta. Em relação a essa situação, existem avaliações de profissionais que confirmam ter ocorrido o abuso.

O acolhimento das crianças ocorreu, por sua vez, cerca de três meses após este relatório ser enviado ao Conselho Tutelar. O Plano Individual de Atendimento (PIA) da adolescente aponta, como motivos que levaram à aplicação da medida, além da suspeita de

abuso sexual, a negligência e a privação de liberdade da mãe. As crianças foram acolhidas em outro município, pois, segundo documentos, ao ganhar a liberdade condicional, Regina retomou a guarda dos filhos e mudou de cidade, violando os termos da progressão de sua medida e ficando sem acompanhamento do Conselho Tutelar, uma vez que se encontrava foragida. Constava ainda, neste Plano, que a partir de denúncias, Regina foi encontrada em outro município, em uma casa de prostituição para onde levava os filhos consigo. Dessa forma, Regina foi detida novamente e as três crianças, encaminhadas à instituição de acolhimento em que a pesquisa foi realizada.

Julia parece ter entendimento, em parte, do motivo desse primeiro acolhimento institucional: “beí, faz tempo... [foram acolhidos] porque a mãe foi presa (...) porque ela tinha fugido da cadeia daí a gente foi junto com ela”. Regina também atribui este primeiro acolhimento a sua privação de liberdade: “(...) porque eu fui presa. Da primeira vez eles foram pra lá porque eu fui presa”.

Após trabalho realizado pela equipe técnica da instituição de acolhimento, conjuntamente com a rede de atendimento (Juizado da Infância e da Juventude e Conselho Tutelar), as crianças foram reinseridas ao convívio familiar em abril de 2011. Para isto, foi providenciada, junto à Secretaria de Habitação do Município, uma moradia para a família (Regina, a avó e as crianças). As crianças ficaram sob a guarda da avó materna, a qual também possuía essa casa em seu nome. Consta nos relatórios da instituição, também, que a instituição auxiliou quanto à montagem e à aquisição de utensílios necessários para a casa.

Na pasta de documentos dessa família constavam relatórios de acompanhamento de todo o período de pós-desacolhimento das crianças, indicando que a situação da família continuou sendo avaliada, tanto pela equipe técnica da instituição de acolhimento como pelo Conselho Tutelar, durante o período em que as crianças estavam com a mãe. Esses relatórios salientavam que a família precisava de acompanhamento constante, uma vez que se encontrava vítima de múltiplas vulnerabilidades, de forma que a mãe apresentava dificuldade em se organizar e se responsabilizar pelos filhos, ainda que parecesse sempre ter manifestado o desejo de tê-los por perto. Tal vulnerabilidade e situação de risco pode ter resultado na destituição do poder familiar do menino Pedro, em maio de 2012.

Em abril de 2013, segundo relatório de acompanhamento presente na pasta da família, foi realizada uma reunião da rede de atendimento para que se pensasse em alternativas que evitassem um novo acolhimento institucional das crianças que ainda estavam sob a guarda da mãe. Foi verificado que, embora Regina possuísse encaminhamento para o CAPS AD, Julia e

João para o CREAS e João também para o CAPSi, nenhum dos membros da família estava freqüentando estes serviços.

A equipe do CRAS que atendia a família de Regina, segundo relato do próprio serviço anexado ao relatório da instituição de acolhimento, realizou visitas domiciliares e fez tentativas de mobilizar Regina a aderir aos atendimentos nos demais serviços, mas não teria obtido sucesso. Dessa forma, em maio de 2013, os irmãos (Julia, Ana, João e Maria) voltaram a ser acolhidos devido, segundo constava no PIA, à mãe ter continuado negligente, expondo as crianças a situações de risco, como a convivência com pessoas dependentes de substâncias psicoativas.

Julia parece ter reconhecido que o motivo de ela e seus irmãos terem sido acolhidos dessa última vez se relacionava à negligência, mas entende os irmãos como responsáveis: “o João andava muito na rua, a Ana também, daí... daí foram [para a instituição de acolhimento] (...) e eu também”. João parece compartilhar da opinião da irmã, pois afirmou “eu sei porque [estiveram na instituição de acolhimento]... por causa de mim”. Tanto Julia como João parecem entender o acolhimento institucional como uma consequência de seus comportamentos, e não de (i)responsabilidade da mãe. Porém, ao ser questionada se considerava o motivo do acolhimento legítimo, Julia relatou não ter certeza se foi este mesmo o motivo: “acho que não foi esse motivo. Eu não sei, sabe... ai, eu não fiquei sabendo de nada. Quem sabe é a mãe (...)E eu nunca quis saber [por quê?] porque não, não sei. Daí eu quis deixar”.

A respeito deste segundo acolhimento, Regina entende como motivo uma ordem judicial, mas parece não compreender a justificativa desta ordem – negligência em relação aos filhos – como o real motivo para o acolhimento institucional: “dessa segunda vez eles foram por causa do juiz. O juiz mandou e eles foram... por causa que teve umas denúncias que eles andavam na rua e daí o juiz mandou eles voltarem, serem acolhidos de novo”. Ao ser questionada se considerava esse motivo legítimo, Regina afirmou que “não sabe”, pois “cada um pensa de um jeito, um diz uma coisa, outro diz outra... geralmente juiz manda e a gente obedece”. A mãe parece não compreender a razão do acolhimento, uma vez que afirma apenas ter cumprido uma decisão judicial, sem realmente ter absorvido seu real significado.

Durante este segundo acolhimento, Maria – filha mais nova de Regina, então com seis meses – foi encaminhada à família substituta, sendo acolhida pela mesma família que havia adotado seu outro irmão, Pedro, conforme dito anteriormente. Julia referiu o afastamento da irmã de maneira bastante sofrida, revelando ter sido um momento difícil para ela:

Eu perdi minha irmãzinha (...) me acordaram de manhã cedo, e daí, né... eu fui lá né. Me chamaram, me falaram pra eu ir lá ver minha irmã primeiro e daí eu fui (...) Daí eu fui lá, olhei ela, brinquei um pouco com ela, daí quando vê, eu fui lá, né, e me chamaram e começaram a conversar comigo, né... daí ficaram conversando, daí no fim da conversa elas falaram que tinham uma coisa pra me contar, que minha irmã ia ser adotada. Daí eu peguei e falei “mas como assim?” e daí e peguei e falei... e elas falaram bem assim que ela já tava indo, e eu falei bem assim “mas eu não vou deixar”, daí eu peguei e saí correndo e me trancaram lá dentro... e daí eu peguei e chutei ela [educadora], e daí saí e ela já tava saindo de carro e foi embora (...) Porque sabiam que eu não ia deixar. Eu não ia deixar... daí levaram ela. (Julia).

Regina também referiu a perda do poder familiar como momento gerador de sofrimento:

Eu não concordei, foi determinação. Foi bem repentino, sabe, foi do nada e elas me disseram que tava já estipulado que ela ia pra adoção. Do nada... ela foi adotada e só me contaram depois. Eu nem cheguei a ver ela depois que elas levaram. (...) Ela foi buscada no hospital, ela tinha tido pneumonia. Ficou dez dias baixada na casa de saúde. No dia que ela deu alta eles buscaram ela lá. (Regina).

Percebe-se que a quebra ocasionada pelo afastamento de Maria da convivência familiar foi sentida tanto pela adolescente quanto pela mãe. O fato de ter sido “de repente” foi salientado pelas duas, sendo descrito como um choque.

4.2.2.2. Vivência do acolhimento

Acerca da vivência dentro da instituição de acolhimento, Julia referiu ter sentido algumas diferenças entre os dois períodos de acolhimento. Essas diferenciações podem estar relacionadas ao fato da menina ter passado pelo primeiro acolhimento em uma instituição voltada a crianças e pelo segundo acolhimento em uma cujo público alvo eram adolescentes do sexo feminino. As mudanças foram identificadas no que dizia respeito ao relacionamento entre os acolhidos: “quando eu era criança, sabe, a gente era... a gente era normal, assim, e não tinha briga assim, sabe, com as adolescentes. Daí agora que eu fui pras adolescentes é muita briga, ai, muita confusão” (Julia). Ao ser questionada sobre uma maneira de resolver esse problema das brigas, Julia parecia acreditar em uma espécie de “punição”: “sempre achei que elas podiam mudar as pessoas que brigava pra outra... outro... outra coisa, sabe. Outro lugar” (Julia).

Durante o primeiro acolhimento de Julia, em 2011, Regina encontrava-se em privação de liberdade. Nesta época, segundo relatórios presentes na instituição de acolhimento, Regina teria adquirido tuberculose, ficando hospitalizada por um período de aproximadamente dois meses. Devido aos cuidados exigidos em função da doença e de estar com a saúde frágil, foi solicitado pelo médico responsável por Regina que a mesma ficasse em prisão domiciliar. Em decorrência de não possuir residência própria, Regina foi para a residência de seu pai, ficando aos cuidados dele e de sua mãe. Logo após a alta hospitalar, segundo relatórios, a equipe técnica da instituição de acolhimento levou as crianças para visitar a mãe, reconhecendo a existência de um vínculo forte entre elas.

Também constava nos relatórios que, após se recuperar, Regina continuou em prisão domiciliar, saiu da residência do pai, em função de não manter um bom relacionamento com o mesmo, alugou uma casa e voltou a trabalhar como profissional do sexo. Além disso, constava que a equipe técnica da instituição havia solicitado à vara de execuções criminais que Regina fosse liberada para visitar os filhos às terças e quintas-feiras e aos finais de semana. De acordo com os documentos, Regina comparecia a todas as visitas e atendimentos agendados, de forma que a equipe estava tentando trabalhar de maneira individualizada com a mesma, mobilizando-a e auxiliando-a em relação aos cuidados com os filhos.

Sobre este primeiro acolhimento Regina afirmou que quem acompanhou mais os filhos foi sua mãe, avó materna dos mesmos, em função de que ela estava em privação de liberdade. Ao ser questionada sobre como Julia poderia ter se sentido durante este período, a mãe não soube dizer como imagina que o acolhimento tenha sido para a filha, pois a considera “muito fechada”: “a Julia, ela nem me olha muito, ela é muito fechada... a Julia não é muito de falar” (Regina). Segundo a mãe, quem demonstrou mais os efeitos do acolhimento foi a filha Ana: “a Ana ela fica mais abalada, né, porque ela quer vim embora, né” (Regina).

O trabalho da equipe técnica da instituição, durante o segundo acolhimento, parece ter sido reconhecido pela adolescente, a qual afirmou: “uma vez por semana, eu acho... é, toda a semana a gente conversava (...) com a [psicóloga] (...) achava bom [como acha que fez diferença?] não sei... acho que foi bom” (Julia). Regina também mencionou que recebia atendimentos da equipe técnica da instituição: “eu ia lá... toda a semana tinha atendimento (...) às vezes é bom conversar com alguém... mas pra mim já era difícil porque eu não sou de falar muito” (Regina).

Em relação ao acompanhamento da rede de atendimento durante o segundo acolhimento, constava em relatório presente na pasta que as crianças vinham realizando atendimento psicológico semanal no CREAS, a fim de minimizar e elaborar os sintomas

decorrentes da violência a qual foram expostos. Entretanto, em entrevista, Julia afirmou que somente o irmão João fazia acompanhamento junto aos serviços da rede: “foi o João, eu acho (...) pra ter atendimento... do CRAS eu acho, e o CAPS ele também vai, eu acho” (Julia). Regina referiu que apenas durante o primeiro acolhimento que Julia foi encaminhada para o CREAS: “não foi nessa vez agora, foi na primeira vez, eu acho, que ela foi acolhida, ela teve... ela chegou a fazer, eu acho, um acolhimento no CREAS. Os três iam no CREAS (...) não sei porquê, mas eles iam” (Regina). Constava nos relatórios da instituição que, neste período, quando houve a denúncia de que o avô paterno de Julia havia abusado sexualmente dela e de João, a família de Regina tentou convencer Julia a negar tal abuso. Segundo estes relatórios, Julia era orientada a dizer que havia mentido, fato que pode justificar a fala de Regina ao afirmar que não sabia do motivo pelo qual as crianças haviam sido encaminhadas ao CREAS.

Em relação às visitas na instituição, Julia parece não considerar que as visitas de seus familiares ocorriam de forma tão freqüente: “recebia da minha mãe, minha vó, minha tia... minhas primas (...) era só... ah, às vezes era... não era muito seguido... pelo menos iam, né” (Julia). Tal percepção da adolescente pode se dar devido às visitas dos familiares à instituição ocorrerem, majoritariamente, aos finais de semana, de forma que a percepção que a adolescente teria seria de um período prolongado entre uma visita e outra. Essa questão da percepção do tempo pode ser observada, também, na fala de João, o qual afirmou que ficou “uns trinta anos” na instituição. Além disso, de acordo com os documentos, antes de ser pedida a liberação de Regina para visitar os filhos (no primeiro acolhimento), os parentes apareciam esporadicamente na instituição.

A mãe relatou que visitava os filhos aos finais de semana, porém, de acordo com a mãe, durante o primeiro mês do segundo acolhimento ela não pôde visitá-los:

No início, no primeiro mês me proibiram de ir lá. Durante todo o primeiro mês (...) o juiz não tinha liberado as visitas ainda. Assim elas [equipe técnica] dizem, né. Eu, pra mim, elas não queriam... elas mesmo não queriam. Acho que elas não queriam que eu me aproximasse [da instituição] por causa da bebê, né, porque eu tinha a bebê. E a bebê foi doada. (Regina)

Regina parece não ter desenvolvido uma relação de confiança com a equipe técnica da instituição de acolhimento, uma vez que desconfiava de algumas das orientações passadas e sentia mágoa por ter tido sua filha colocada em família substituta. Os relatórios da instituição confirmavam esta relação de estranhamento entre a mãe e a equipe, afirmando que Regina,

muitas vezes, recebia a equipe em sua casa de maneira hostil e se recusava a dar as informações que eram solicitadas. Ainda em relação às visitas na instituição, Regina considerava o momento de ir embora das visitas bastante angustiante “fica bem pesado, no caso, na hora de tu ir embora, né, os pequenos sempre choravam... a Julia não, a Julia ficava, mas os pequenos choravam” (Regina).

Regina, ao ser questionada sobre a sua vivência longe dos filhos, afirmou: “pra mim não mudou nada... porque geralmente as pessoas falam que pra mãe é melhor que eles vão [para a instituição de acolhimento] porque aí dá pra sair a hora que quiser, a mãe, mas pra mim não me atrapalha em nada” (Regina). Percebe-se que a mãe parece relacionar o acolhimento dos filhos como uma forma de “ajuda” no cuidado com os filhos, e não como uma medida de proteção excepcional, a ser aplicada apenas quando as ações previstas anteriores a ela não sejam suficientes.

Quanto às relações dentro da instituição durante seu segundo acolhimento, em 2013, Julia referiu tanto a equipe quanto as adolescentes de forma positiva, afirmando que tinha amizades e que se “dava bem com as pessoas lá dentro”. Porém, ressaltou que teve um conflito com uma das educadoras, o qual teria deixado ambas as partes magoadas:

Tem uma educadora que... ei...sabe a gente era... ei, a gente era assim, ela ia me adotar, sabe, e daí... sei lá, por... por fofoca dos outros a gente foi se separando e nunca mais, foi... as duas ficaram com raiva da cara da outra. Eu não gosto dela de jeito nenhum. (Julia)

Em relação a esta educadora, Julia pode ter transferido a mágoa que sentiu por ter tido que voltar à casa da mãe, fato que a adolescente não desejava (este aspecto será melhor abordado no item 4.2.3.1), à pessoa da educadora, a qual a adolescente parecia acreditar que poderia ser sua chance de uma nova vida, pois esta “ia adotá-la”.

Talvez algo que possa sintetizar a vivência do acolhimento para a adolescente possa ser expresso de forma clara pela colocação de Julia ao ser indagada sobre o que diria para uma adolescente de sua idade que estivesse entrando na instituição: “que não precisa ficar triste que lá é muito bom (...) eu me senti assim. Mas depois vi que era bom” (Julia).

4.2.3. Reintegração

4.2.3.1. Volta para casa

Após o primeiro desacolhimento das crianças, constava nos relatórios que, no início, Regina teria cumprido com suas obrigações para com seus filhos, comparecendo aos atendimentos semanais agendados junto à equipe técnica da instituição e demonstrando interesse pela vida dos filhos. Além disso, uma das medidas de proteção adotadas pela equipe foi manter as crianças em um projeto social de turno inverso à escola vinculado à instituição de acolhimento, de forma que se pudesse ter um acompanhamento de perto desta família. Em relação a este projeto, o relatório de pós-desacolhimento de julho de 2011 apontava que Regina vinha seguindo horários e regras, porém também vinha apresentando dificuldade em buscar as crianças, de forma que frequentemente estas passavam a noite na instituição. Ainda segundo os relatórios citados, Regina teria justificado essas faltas em função da gravidez (em 2011, Regina encontrava-se gestando Pedro) que, associada ao tratamento para tuberculose, a deixava indisposta. A avó materna, que possuía a guarda das crianças, de acordo com relatos, não teria se comprometido com os netos, de forma que não auxiliava Regina e não conseguia buscar as crianças, devido, também, a problemas de saúde.

Durante este período (2011), a equipe técnica da instituição também acompanhou a gestação de Regina, apontando, desde cedo, a possível necessidade de colocação em família substituta da criança que estava por nascer. De acordo com os documentos, Regina não mantinha cuidados com sua gravidez, de forma que realizou uma tentativa de aborto aos seis meses de gestação, através da ingestão de bebida alcoólica associada a comprimidos. Porém, ainda de acordo com relatório de pós-desacolhimento, ao ser questionada sobre o desejo de ficar com a criança, Regina teria respondido que queria ter a guarda do filho, de forma que seu discurso parecia não estar em concordância com seus atos diante da gestação/maternidade.

Com o passar do tempo, ainda em relação ao primeiro desacolhimento, os documentos abordavam relatos das crianças nos quais as mesmas afirmavam não passar muito tempo com a mãe, uma vez que esta saía para trabalhar e voltava tarde da noite ou apenas no dia seguinte. Além disso, os profissionais do CREAS teriam comunicado à equipe da instituição que Regina não comparecia aos atendimentos agendados, não participando, então, do processo terapêutico dos filhos.

O relatório de pós-desacolhimento de agosto de 2011 indicou uma série de dificuldades que vinham sendo enfrentadas pela equipe técnica em relação à família. De acordo com este documento, Regina não vinha mais cumprindo com suas obrigações, deixando os filhos em situação de negligência e frequentemente não os buscando na instituição após o projeto social. Além disso, havia o relato de uma tia das crianças, irmã de Regina, no qual ela mostrava-se preocupada com a situação em que os sobrinhos se

encontravam, uma vez que, segundo a tia, Regina os tratava com hostilidade, sem cuidados e sem carinho, sendo Regina uma “má influência” para os filhos. Em visita domiciliar relatada nesse documento, a equipe apontou uma dificuldade de relacionamento entre Julia e a avó, de forma que a avó materna não conseguia ocupar o lugar de figura de autoridade para a neta, sendo frequentemente ameaçada pela mesma.

Julia parece ter demonstrado certo distanciamento em relação à avó durante a entrevista: “não, ela ficou lá (na antiga residência), graças a Deus. [por quê?] porque eu prefiro ela lá” (Julia). Além disso, foi observado pela equipe técnica um quadro de transtorno de conduta em Julia, manifestado, segundo constava no relatório de agosto, em sintomas como “agressividade, conduta desafiadora, comportamento insensível tendo o hábito de acusar seus companheiros e tentar culpar qualquer outra pessoa ou circunstância por suas eventuais más ações, irritabilidade e dificuldades em lidar com normas e regras” (relatório técnico de acolhimento). Diante disso foi pedida uma avaliação psiquiátrica para a menina, a qual não constava na pasta de documentos da mesma.

Tal fato vai ao encontro do que Regina relatou a respeito do comportamento de Julia após a volta para casa: “ela ficou muito rebelde, né... bem mais rebelde, depois que saiu de lá. A Julia era uma criança bem mais calma, ela ficou bem mais agitada depois que passou por lá... ela ficou bem mais agressiva com a gente” (Regina). Ao ser questionada de onde achava que vinha esta mudança em Julia, Regina atribuiu à vivência da filha dentro da instituição “eu acho que foi lá... sempre achei que foi lá. Porque antes de ela ter envolvimento com [a instituição de acolhimento] ela não era uma criança assim... nunca foi assim. Ela ficou totalmente mais rebelde, estúpida” (Regina). A mãe afirmou que Ana também apresentou esta mudança de comportamento, ficando mais “agressiva” após sua saída da instituição de acolhimento: “(...) a Ana não era assim, a Ana era uma criança bem dócil antes de ir [para a instituição], bem dócil... parece que ela veio mais revoltada depois de lá” (Regina).

Em relação ao segundo desacolhimento, para o qual a entrevista foi direcionada, Julia referiu que não tinha desejo de retornar para casa, pois gostava da instituição: “não [não queria voltar para casa], eu achei bom. Eu gostei de lá. [João: eu também] (...) só o que incomodava era as brigas, só isso, porque o resto era tudo bom” (Julia). Em relação a este retorno ao convívio familiar, Julia referiu que os irmãos que queriam voltar: “eu não, mas quem queria voltar era as crianças (...) porque eu me sentia bem lá” (Julia). Regina parece ter percebido que Julia tinha certa resistência em voltar ao convívio com a mãe:

Eu acho que a Julia preferia ter ficado lá, pelo jeito que ela se expressa, sabe... porque lá ela tinha as amigas... e ela dizia que lá tinha computador, né, porque ela é muito assim, a Julia é muito interesseira, ela dizia que aqui ela não tinha nada pra ela fazer. (Regina).

Julia parecia ter uma expectativa diferente sobre seu desacolhimento, pois a adolescente desejava ser reintegrada ao convívio da tia materna, com a qual possuía vínculo significativo: “Eu queria... eu queria ter ido embora com a minha tia, mas daí não deu... tentaram, mas não deu. [por quê?] não sei, mas não deu” (Julia). Percebe-se que a adolescente parecia realmente não querer voltar para casa, uma vez que referiu duas pessoas com as quais esperava residir: a tia e uma educadora, conforme dito anteriormente. Julia também referiu ter se sentido “muito triste” quando recebeu a notícia de que voltaria para casa: “fiquei muito triste... daí a gente tava se despedindo de muitas pessoas e daí... ai, sei lá, eu não sei explicar” (Julia). Quando questionada em relação ao sentimento no momento em que entrou na instituição de acolhimento, a adolescente afirmou que ficou “um pouco triste, mas depois eu já me acostumei bem rapidinho” (Julia).

Regina afirmou que o retorno dos filhos para casa foi “normal”, mas que gerou sofrimento para eles, devido a se sentirem constrangidos por terem passado pelo acolhimento: “no começo eles tinham vergonha de sair pra fora, sabe, por causa dos amigos” (Regina). Sobre esse constrangimento, Regina parecia acreditar que Julia havia se afastado das amigas em decorrência da medida de proteção:

Antes de ela ir [para a instituição de acolhimento] ela tinha colegas dela, que ela estudava aqui perto, mas quando ela retornou ela não ta tendo mais, não ta mais se aproximando delas, sabe. Às vezes ela... chamam aqui e ela não vai. Antigamente, antes desse negócio de ela ter ido pro terceiro, eu acho, acolhimento, antes disso ela ia, pedia pra posar na casa das colegas. Agora depois que ela voltou ela não se aproximou muito de ninguém. Ela ficou, parece, com mais vínculos das amigas de lá. (Regina).

Tal constrangimento pode estar relacionado ao modo como foi feito o acolhimento das crianças e da adolescente, o qual, segundo relato da mãe, expôs bastante os filhos:

Eles vieram aqui com o Conselho [Tutelar] e polícia... disseram que era pro bem das crianças, mas mesmo assim... pra quê vir aquele monte de policial, aquele monte de homem? Se era só mulher aqui, pra quê vir aquilo tudo? [avó materna: todo mundo ficou apavorado... todo mundo, os vizinhos viram tudo, aquele monte de brigadiano]. Isso aí mexe bastante com a cabeça das crianças, né, eles ficam muito abalados, né. Porque é uma retirada da família, né, uma hora eles tão aqui comigo e uma hora eles não tão mais, mas tiram daquele jeito agressivo, né. Então, muitas vezes falam lá [na instituição] que eu

tenho gênio ruim... eu tenho uma parte meio agressiva, é verdade, só que eles também tem direito de ter, as crianças, uma agressividade... porque o jeito que eles tiraram as crianças daqui pra levar foi agressivo... eles também ensinaram as crianças a serem agressivas... o João eles tiveram que correr atrás pra pegar, porque ele saiu correndo (...) porque quando eu fui presa eles tavam na rua e eles viram a Brigada levar a mãe deles, né, então eles já tinham aquele certo pânico de ver a Brigada... me levaram e algemaram na frente deles, aí a polícia veio junto, né... daí aquilo foi agressivo pra eles, porque eles já passaram por aquilo ali e passaram de novo, né (...) no caso, pra mim, eu acho que tinha que ter vindo só o Conselho, né... e que venha um oficial de justiça junto também, mas não a Brigada, como se eles fossem bandido. (Regina).

A mãe parece ter o entendimento de como a abordagem da equipe que foi realizar o acolhimento foi agressiva e mobilizadora para seus filhos, reconhecendo que uma parte do comportamento posterior dos mesmos, relatado como “agressividade”, possa estar relacionada a esta vivência. João, ao ouvir Julia mencionar o conselheiro tutelar responsável por eles, afirmou: “ele era meu amigo, aquele tio. Agora não é mais” (João). Tal fala pode se referir ao quanto aquele momento afetou a confiança que o menino depositava no “tio” que “cuidava” dele.

Sobre o período de adaptação dos filhos para retornar à casa da mãe, Regina informou que a reaproximação dos filhos foi feita de forma gradativa: “acho que foi em setembro... não, em agosto eles começaram a vir no final de semana, aí pra depois voltar mesmo” (Regina). Ainda que a equipe técnica pareça ter feito um trabalho amplo e envolvendo diversos serviços da rede de atendimento, Julia parece não ter sentido mudanças após o período em que permaneceu na instituição. A adolescente não apenas referiu não notar estas mudanças, como também afirmou que não esperava que elas acontecessem:

Ai, foi... acho que... um pouco ruim e normal [voltar para casa] (...) ruim porque eu queria ficar lá, e o normal foi normal (...) Normal é a mesma coisa de sempre, não mudou nada. [tu esperavas que tivesse mudado alguma coisa?] Não. (Julia).

Julia parecia suspeitar que a situação em sua casa não iria mudar, de forma que tentou alternativas que não fossem este retorno. Em relação à equipe técnica da instituição, a adolescente relatou que continuou tendo atendimentos mesmo após seu retorno à casa da mãe: “continuaram, acho que era todas as quartas que elas iam lá [na casa da adolescente]” (Julia). Regina também fez referência a esses atendimentos, afirmando que, na época em que a entrevista foi realizada, continuava recebendo atendimentos da equipe técnica: “tenho, tenho atendimento de lá. Antes era todas as quintas, agora é uma quinta sim e outra não, de quinta

em quinta... eu que vou lá” (Regina). Percebe-se que o afastamento da equipe técnica parecia estar sendo feito de forma gradativa, talvez para dar o tempo de transição entre a instituição de acolhimento e o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS (serviço que realizou visita domiciliar no mesmo dia em que foi realizada a entrevista com Regina, conforme relatado no “Método”). Sobre as visitas domiciliares da equipe da instituição de acolhimento após a reintegração, Regina afirmou que elas ainda acontecem: “de vez em quando elas aparecem, mas não é nada agendado, assim” (Regina). Em relação à rede de atendimento, a mãe fez referência ao CAPSi, informando que João continuava recebendo atendimento deste serviço após sua saída da instituição, e que Ana iria iniciar seu acompanhamento:

O João ta bem mais calmo, né, mas é porque ele ta tomando medicamento, né... ele ta no CAPS (...) ele era hiperativo, né, muito agitado... aí ele teve que tomar medicamento. E a Ana fez acolhimento agora também, não teve ainda atendimento, mas vai começar (...) ficou de ser marcado atendimento pra ela lá [no CAPSi]... porque a Ana ta muito agressiva e gritona. (Regina).

Outro aspecto abordado pela adolescente no retorno para casa foi sua percepção quanto ao sentimento de tristeza por parte da mãe em função da perda do poder familiar do bebê que foi adotado, sentimento que também parece ter mobilizado Julia não só pela perda do laço fraterno, mas também pelo desejo que ela também expressou de ser adotada: “a mãe tava sempre triste (...) eu também, muito” (Julia).

5. DISCUSSÃO

5.1. As famílias: suas fragilidades e potencialidades

As famílias participantes do estudo evidenciaram uma característica abordada pela literatura como predominante nas famílias que vivenciam o acolhimento institucional de seus filhos: ambas eram chefiadas por mulheres (Moreira, 2013; Moreira, Passos, & Pereira, 2012). A família de Marina, ainda que apresentasse uma figura masculina (padrasto), possuía Vera como figura mais forte para os filhos. Apenas o pai de Lucas foi referido como tendo responsabilidade parental, uma vez que o filho residia com ele, enquanto Talita não conviveu com o pai e Marina conviveu apenas durante um curto período após sua última reintegração familiar, antes de voltar à casa da mãe. Julia, por sua vez, possuía família monoparental

chefiada pela mãe, sendo que a família foi auxiliada, durante e após o acolhimento, pela avó materna.

As famílias de grupos populares, das quais faz parte a maioria das crianças e adolescentes que se encontra em acolhimento institucional (E. R. A. Silva, 2004), têm como figura central as mulheres (mães, avós, tias), sendo que as figuras masculinas encontram-se frequentemente fragilizadas ou são instáveis (M. L. Silva & Arpini, 2013a). Dessa forma, os pais, em especial aqueles que não residem com as mães de seus filhos, são pouco demandados pelos serviços, tanto de proteção quanto de saúde e a própria escola. Tal fato reforça a representação histórica de que o papel dos homens é o de provedor e o das mulheres, de cuidado com a família, desresponsabilizando, assim, os homens em relação aos cuidados de seus filhos (Moreira, Passos, & Pereira, 2012).

Nas famílias apresentadas, tanto Marina quanto Julia tiveram pouco ou nenhum contato com os pais. Nem Julia nem Regina referiram o pai da menina em momento algum da entrevista, e não constavam informações sobre o mesmo nas pastas da adolescente na instituição. Já Marina começou a ter maior contato com o pai após seu último acolhimento, aos 16 anos de idade, e mesmo assim permaneceu sob a proteção do mesmo (ainda que residisse com os padrinhos) por apenas um mês. Sobre seu padrasto, Paulo, Marina referiu não manter vínculo com o mesmo, afirmando que cada um “fica no seu canto”. Além de Paulo, Marina conviveu com um padrasto violento – pai de Luíza – o qual motivou seu primeiro acolhimento institucional, indicando que “os padrastos”, para essa adolescente, não representaram proteção para a mesma, se apresentando como figuras instáveis, podendo justificar sua resistência em se envolver com o atual.

Além desta visão historicamente construída de família gerar uma maior sobrecarga sobre as mulheres, que poderia ter levado a desresponsabilização dos homens, ela pode provocar uma desqualificação da família real, tratada muitas vezes como “desestruturada”. Outro aspecto que tem sido presente no contexto dessas famílias é uma certa “culpabilização”, especialmente das mães, pela situação das crianças e dos adolescentes. Dessa forma, é importante que os atores envolvidos no cuidado com as famílias tenham a compreensão de que as famílias são plurais em suas configurações, reconhecendo as potencialidades de cada uma delas (Bedran & Carellos, 2012; Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012; Moreira, Passos, & Pereira, 2012; M. L. Silva et al., 2012). O acolhimento de crianças e adolescentes é sempre uma medida extrema que direciona os olhares dos atores envolvidos para a família dessas crianças e adolescentes, em busca das possíveis respostas que levaram a interrupção da convivência familiar. Pode-se pensar que uma visão de oposição à institucionalização surgida

a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente possa ter incrementado esta busca por quem “fracassou”, nessa busca, o olhar frequentemente recai sobre as famílias, reforçando a responsabilização e, muitas vezes, a culpabilização dessas pelo acolhimento (M. L. Silva & Arpini, 2013b).

Cabe destacar que é dever da família, da sociedade e do estado (Brasil, 1990) cuidar dessas crianças e adolescentes, sendo que, quando essa menina ou menino chega a uma instituição de acolhimento, ocorreram falhas nessa rede de proteção, nas políticas públicas e na rede de apoio. Assim, essas falhas que resultam no acolhimento de crianças e adolescentes acabam sendo símbolo das ausências e das omissões das quais fazem parte outros atores sociais, principalmente o Estado (M. L. Silva & Arpini, 2013a; M. L. Silva et al., 2012). Essa questão será melhor abordada no item 5.3..

As famílias de Marina e Julia também apresentaram em comum a fragilidade e a instabilidade dos laços afetivos entre seus membros. As frequentes idas e vindas, tanto na instituição de acolhimento quanto nos diferentes membros da família ampliada, pareceram demonstrar a dificuldade de Vera e Regina em propiciar um ambiente seguro e constante para seus filhos. Além disso, os motivos que levaram as adolescentes ao acolhimento institucional demonstram esta fragilidade. Marina foi acolhida em dois momentos e, em ambos, vítima de violência física severa. Na época de seu primeiro acolhimento, em virtude da violência por parte do padrasto. Salienta-se que mesmo este tendo sido o agressor de Marina e de suas duas irmãs mais novas, Vera deixou suas filhas sob os cuidados deste novamente quando encontrou dificuldades financeiras.

O mesmo ocorreu com Julia, a qual ficou sob os cuidados do avô paterno, antes de sua primeira institucionalização, mesmo com o receio por parte da tia materna de que o avô pudesse vir a abusar sexualmente da menina e com a desconfiança, por parte da avó materna, de que Regina tivesse iniciado sua vida como profissional do sexo a partir do convívio com este avô. As famílias que integraram este estudo pareceram não terem conseguido se colocar como local de proteção, sendo que cada nova violência sofrida foi enfraquecendo mais os vínculos existentes entre seus membros.

Cabe destacar, em relação aos motivos da aplicação da medida de proteção para as meninas deste estudo, a importância da denúncia realizada por diferentes atores nos contextos dessas adolescentes. Na primeira institucionalização de Marina, foram pessoas que estavam no mesmo ambiente que a menina que fizeram a denúncia da violência. No caso de Julia, foram os vizinhos. Nesse sentido, em pesquisa realizada com o objetivo de descrever e avaliar o serviço de Disque Denúncia Nacional, Moreira e Lima (2013) destacaram o volume de

atendimentos por aquele serviço como um indicativo de um processo de desnaturalização da violência, em especial daquela praticada contra crianças e adolescentes.

Nesse sentido, a literatura vem apontando que a maioria das crianças e adolescentes em acolhimento institucional não é órfã – segundo estudo de E. R. A. Silva (2004), 80% das crianças e adolescentes que se encontravam em acolhimento tinham família – nas quais muitos dos laços afetivos se encontravam fragilizados. Outros problemas que são referidos como impedindo o convívio familiar são: situações de violência, dependência química e alcoolismo dos responsáveis. Somando-se a essas problemáticas, a trajetória de institucionalização que a maioria dos adolescentes em acolhimento possui e a vivência de rua, ou a experiência em família ampliada, tornam cada vez mais difícil fazer o reencontro desses meninos e meninas com suas famílias de origem (Albuquerque, 2012; Moreira, Passos, Bedran et al., 2012; Uziel & Berzins, 2012). Assim, “a política destinada à família envolve a compreensão de que a família é plural em suas configurações, ciclo vital e condições sociais e contraditória na vivência de seus afetos” (Moreira, Passos, & Pereira, 2012, p.43). Nesse sentido, as mudanças trazidas pela Lei 12.010 vieram reforçar a necessidade de preservação dos laços familiares de crianças e adolescentes (Siqueira, 2012).

Em relação a esses laços familiares, tanto Vera quanto Regina, embora apresentassem uma instabilidade nos laços afetivos com seus filhos, parecem ter se diferenciado no que diz respeito à forma como estabeleceram esses laços. Vera pareceu demonstrar um distanciamento afetivo em relação aos filhos, frequentemente não reconhecendo seu papel frente ao acolhimento das filhas e se eximindo de responsabilidades em relação a elas. Nos momentos em que, aparentemente, as filhas mais precisariam que Vera exercesse um papel de proteção, como quando Marina saiu da instituição de acolhimento para residir com os padrinhos ou quando Bruna e Talita evadiram de casa, em momentos diferentes, para morar com os namorados, a mãe parece não ter conseguido dar continência às meninas, ficando apenas como expectadora, em momentos em que as adolescentes precisariam de proteção.

Regina, por outro lado, parece ter demonstrado que existia afeto e desejo de que as crianças retornassem ao convívio familiar, porém a mãe não conseguia se organizar, dentro de seu funcionamento, para recebê-las novamente. A mãe afirmou que sentia falta dos filhos, mas não conseguia romper com comportamentos que expunham as crianças a situações de risco. A percepção de que uma mãe, como nos casos apresentados, que deveria cuidar e garantir proteção aos filhos, não consegue fazê-lo, colocando-os em situação de risco e vulnerabilidade, pode gerar um “mal-estar” tanto no senso comum quanto para os profissionais que trabalham diretamente com a realidade do acolhimento. Porém, cabe

salientar que essa conduta que tende a se repetir, sem que as famílias consigam elaborá-las, pode estar indicando a inexistência de um acolhimento dessa mãe que, sem orientação e apoio, poderá não encontrar os recursos necessários para romper com a repetição (M. L. Silva & Arpini, 2013a).

Nesse sentido, a reintegração de adolescentes tem sido bastante difícil e, quando ocorre, muitas vezes leva a um novo acolhimento institucional, pois os motivos que desorganizaram as famílias e levaram à aplicação da medida não são totalmente superados (Siqueira, 2012; Uziel & Berzins, 2012). Da mesma forma, o estudo de Uziel e Berzins (2012), realizado com 11 adolescentes em acolhimento em uma instituição do Rio de Janeiro entre os anos de 2007 e 2008, objetivando refletir sobre direitos sexuais, adolescência e autonomia, mostrou que a maioria das meninas participantes desta pesquisa não estava vivenciando seu primeiro acolhimento institucional. Os casos de Marina e Julia também ilustram esse aspecto, pois ambas já haviam passado por períodos de acolhimento anteriores ao referido nas entrevistas.

Tal fato pode estar relacionado, também, a uma certa cobrança existente em relação às instituições de acolhimento no que se refere às reintegrações feitas. O número de reintegrações familiares e o período em que as crianças ou adolescentes permanecem na instituição se tornaram índices de avaliação para as instituições principalmente a partir da implementação da lei 12.010 (Brasil, 2009). A ênfase neste índice de avaliação se dá como uma forma de garantir a provisoriedade da medida de acolhimento institucional, abordada tanto no ECA (Brasil, 1990) quanto na Lei 12.010 (2009). Porém, com o intuito de obter uma avaliação positiva dos órgãos competentes (Ministério Público e Juizado da Infância e da Juventude) muitas instituições podem promover a reinserção de crianças e adolescentes em famílias que ainda não alcançaram as condições necessárias para reassumir a responsabilidade pelos filhos e portanto, ainda não se encontram em condições de exercer a parentalidade de forma protetiva. Assim, na tentativa de superar as institucionalizações prolongadas, decorrentes das legislações anteriores (Código de Menores), a instituição pode adotar um desligamento precipitado, não considerando as peculiaridades de cada caso no processo de reinserção (Siqueira, Massignan, & Dell'Aglio, 2011). Ainda que essas famílias apresentem laços mais fragilizados, conforme discutido anteriormente, é preciso buscar certa estabilidade mesmo nos contextos mais instáveis, a fim de que o retorno seja viável.

Além disso, os adolescentes estão naturalmente passando por um período peculiar de desenvolvimento, o qual envolve processos de transformação e adaptação, sendo necessário realizar um trabalho ainda mais delicado na reinserção, pois é um momento que vai exigir das

famílias preparação e engajamento extras (Costa, 2012; M. D. Rosa & Vicentin, 2012; Siqueira, Massignan et al., 2011). Assim, para que ocorra uma reinserção familiar bem sucedida, é necessário que se avaliem vários aspectos, desde as condições socioeconômicas, orientando e auxiliando a família nesse sentido, até o conhecimento das motivações da família e do filho, o desejo dessa família pelo retorno do filho e o grau de vinculação familiar (Siqueira, 2009; Uziel & Berzins, 2012).

No caso de Julia, os vínculos entre mãe e filha pareceram estar se fortalecendo, sendo que haveria desejo por parte de Regina de que a filha retornasse, mas não por parte de Julia. Já para Marina os vínculos estavam bastante enfraquecidos no momento do acolhimento, e nenhuma das partes – mãe e filha – parecia manifestar desejo de retornar a convivência. Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero e Dell'Aglio (2010), em estudo longitudinal com o objetivo de compreender o processo de reinserção familiar de três adolescentes que estavam em instituição de acolhimento da região metropolitana de Porto Alegre, encontraram resultados que indicavam que o desejo e a motivação conjunta da família são elementos essenciais para se promover uma reinserção familiar efetiva. Ainda que a estabilidade das condições financeiras seja um elemento importante, o desejo de ter os filhos na família parece ser o mais importante quanto à recuperação da guarda de crianças e adolescentes em acolhimento (Siqueira, Zoltowski et al., 2010). Assim, o tempo de permanência de uma criança ou adolescente em acolhimento institucional dependerá de várias questões, não apenas de questões institucionais. É necessário superar a situação de risco que levou ao afastamento familiar, geralmente relacionado a uma série de problemáticas familiares e sociais (E. M. Rosa, Nascimento, Matos, & Santos, 2012).

Além das situações que levaram ao acolhimento, a própria entrada de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento, muitas vezes, configura-se como traumática, em decorrência do afastamento do convívio familiar, sendo associada a rompimentos de vínculos e a situações de violência, podendo causar dano ao desenvolvimento dessas crianças e adolescentes. Dessa forma, uma medida que tem como objetivo a proteção desses grupos pode se tornar outra experiência dolorosa (Álvares & Lobato, 2013; Arpini, 2003; Benetti & Calcing, 2014; Vicente, 1994).

O caso de Julia ilustra de forma clara o quão traumática esta experiência pode ser para a criança/adolescente. Regina relatou que a retirada dos filhos da família ocorreu de forma bastante drástica, envolvendo reforço policial e expondo os filhos. A mãe referiu, também, que Julia sentia-se constrangida por ter passado por uma instituição de acolhimento, ficando mais reclusa à residência. Regina demonstrou, através de suas falas, como uma situação que é,

muitas vezes, banalizada pelos serviços envolvidos (instituições de acolhimento, conselhos tutelares) pode ser dolorosa e traumática para uma criança/adolescente, refletindo sobre o que esse momento poderia representar para seus filhos. Para esta mãe, a “agressividade” envolvida neste momento poderia justificar o comportamento agressivo manifestado pelos três filhos no momento atual. Se a entrada em uma instituição de acolhimento assegura um direito à proteção, seria importante que a criança ou adolescente se sentisse protegido e acolhido desde o momento em que é levado à instituição.

Porém, esta medida de proteção tem sido apontada como um evento de vida estressante e, assim, como um fator de risco para o desenvolvimento destas crianças e adolescentes (Álvares & Lobato, 2013). Dessa forma, têm sido identificados casos frequentes de doença física e emocional em crianças e adolescentes acolhidos, sendo necessário um cuidado mais especializado e mais atenção quanto aos processos envolvidos no acolhimento institucional (Benetti & Calcina, 2014). Marina relatou ter passado por um momento difícil assim que chegou à instituição, descrevendo o período de adaptação em três períodos: de culpa, desespero e adaptação. No caso de Julia, sua mudança comportamental foi salientada tanto pela mãe, a qual relatou que a filha ficou muito agressiva, quanto pela equipe técnica, a qual realizou estudo psicossocial da adolescente e constatou um transtorno de conduta.

Outro fator que merece destaque diz respeito à repetição das situações de risco que levaram ao acolhimento, tanto por parte da família de Marina quanto de Julia. Tal repetição, em que aparentemente a família não consegue assimilar o prejuízo que está sendo causado ao desenvolvimento dos filhos, leva a pensar na origem de tais comportamentos. A saúde mental dos indivíduos está fortemente relacionada aos cuidados despendidos nas fases iniciais de seu desenvolvimento, assim como na continuidade dessas experiências ao longo da infância e da adolescência. Nesse contexto, o papel desempenhado pelo cuidador é fundamental, pois, através de seu comportamento e afeto, proporciona condições para um crescimento saudável, determinando a forma de a criança ser e se colocar no mundo (Benetti & Calcina, 2014; Ferrero, 2009; E. R. A. Silva et al., 2004; M. L. Silva et al., 2012).

Nesse sentido, estudos sobre a multigeracionalidade têm demonstrado os efeitos da vivência de violência e das práticas educativas coercitivas na infância para o exercício da parentalidade na idade adulta. Estes estudos vêm apontando que pais com estas vivências de violência na infância tendem a apresentar habilidades parentais fragilizadas e a usar a violência física na educação de seus filhos. Assim, na multigeracionalidade, adultos que foram vítimas de violência intencional e repetitiva vão apresentar um padrão cognitivo comportamental de funcionamento inadequado, baseado nesta violência. Isso implica que

crianças que viveram situações de violência familiar aprendem a usá-la como forma de mediar suas relações sociais na infância, adolescência e na fase adulta, podendo gerar um ciclo de perpetuação da violência intrafamiliar (Moreira & Lima, 2013; Siqueira & Dell’Aglia, 2007). O “bater” como forma de educar, muitas vezes, configura-se como a forma de ensinar o que a mãe aprendeu com a sua mãe e assim por diante, configurando-se como um padrão de socialização (Albuquerque, 2012; Moreira, 2013). Pode-se pensar, a partir disso, que Vera e Regina estejam reproduzindo as formas que foram educadas, uma vez que Vera justificou a agressão cometida contra a filha afirmando que a sua mãe também a educou assim, pois “tapa de mãe não dói”. Além disso, Regina possuía histórico de depressão e alcoolismo, sintomas também presentes em seus genitores: seu pai era alcoolista e sua mãe, depressiva.

As famílias estudadas vinham apresentando, dessa forma, fatores de risco para o desenvolvimento dos filhos. Violência, negligência, padrões parentais de cuidado e supervisão inadequados, rigidez nas práticas educativas e a própria pobreza vêm sendo apontados como fatores de risco na família, que podem dificultar seu funcionamento. Nesses casos em que os fatores de risco são mais expressivos do que os de proteção, associados a uma rede de apoio tanto familiar quanto comunitária frágil ou ausente, o acolhimento institucional pode ser a única estratégia de proteção possível (Siqueira & Dell’Aglia, 2007). Ainda que o rompimento de vínculos seja, muitas vezes, traumático, conforme discutido anteriormente, o acolhimento institucional vai envolver, além de distintos aspectos de risco e vulnerabilidade, possibilidades de proteção e resiliência para as crianças e adolescentes que dele fazem parte (Benetti & Calcino, 2014). Tanto Marina quanto Julia foram retiradas das famílias em momentos em que seus convívios familiares não estavam sendo saudáveis para elas. Na instituição foi dado, aparentemente, o tempo necessário para que Vera e Regina se reorganizassem para recebê-las de volta. Durante esse tempo, a equipe técnica deve trabalhar tanto com a criança/adolescente quanto com a família no sentido de superar as situações de risco e possibilitar o retorno ao convívio familiar.

A instituição de acolhimento, por sua vez, também pode se constituir tanto como fator de risco quanto de proteção, dependendo de diversas características e fatores. Características como acolhimento inadequado no momento da institucionalização, como ocorreu com Julia e seus irmãos; hostilidade entre crianças e/ou adolescentes e monitores; práticas educativas coercitivas; rotatividade de funcionários; fragilidade das redes de apoio social e afetivo, identificada tanto no caso de Marina quanto de Julia; e a falta de investimento emocional dentro da instituição podem ser considerados fatores de risco presentes no cotidiano das instituições (Siqueira & Dell’Aglia, 2007).

Por outro lado, a instituição pode oferecer, também, fatores de proteção, como acolhimento na entrada da criança ou adolescente na instituição; vinculação afetiva entre os acolhidos e entre eles e a equipe (técnica e educadores sociais), relatado tanto por Marina quanto por Julia (M. E. Rosa et al., 2012; Siqueira & Dell’Aglío, 2007). Marina referiu sentir as demais adolescentes como se fossem uma família para ela e demonstrou uma relação afetiva também com as educadoras. Julia, por sua vez, descreveu o momento de se despedir das pessoas da instituição como sendo de bastante tristeza. As relações de afeto desenvolvidas entre as adolescentes representaram, para elas, um importante fator de resiliência. Considerando a importância da segurança emocional para o bom desenvolvimento de crianças e adolescentes, essas redes de apoio apresentam-se como fundamentais (Benetti & Calcing, 2014). Dessa forma, nos casos de Marina e de Julia a medida de acolhimento parece ter tido um caráter bastante protetivo, ainda que tenha sido difícil. Sabe-se que não é possível fazer generalizações, uma vez que cada caso é singular, mas esta é a forma como as instituições de acolhimento deveriam operar: sendo fatores de proteção.

Nesse sentido, as experiências tanto de entrada na instituição quanto de vivência dentro dela serão diversas em função das características individuais de cada criança ou adolescente, do contexto no qual ele se desenvolve e das interações que este estabelece com seus sistemas de relações. Todos os aspectos envolvidos, como a vivência numa família que passa por dificuldades, a entrada numa instituição de acolhimento, e a possibilidade ou não da reinserção familiar são experiências que têm um impacto diferente no desenvolvimento de cada adolescente (M. E. Rosa et al., 2012).

5.2. Redimensionando o cotidiano do acolhimento institucional

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e, posteriormente, a Lei 12.010 (2009), propuseram uma série de mudanças no que diz respeito ao funcionamento das instituições de acolhimento. A idéia dessas mudanças seria transformar instituições de caráter apenas assistencial, onde crianças e adolescentes das camadas populares eram deixados sem qualquer critério, sendo tratados de forma impessoal e violenta, em instituições que passaram a se consolidar como espaços favoráveis ao desenvolvimento e à socialização da população infantojuvenil. Essa transformação tem como objetivo assegurar um atendimento singular e individualizado, que consiga atender às necessidades de cada criança e adolescente, de forma que os casos sejam reavaliados a fim de que os acolhidos não sejam esquecidos dentro da

instituição até completarem sua maioridade, como era comum nos antigos internatos (Lopes & Arpini, 2009; M. L. Silva & Arpini, 2013b, 2013c).

A Lei 12.010 (2009) pressupõe, também, a obrigatoriedade de uma equipe técnica de atendimento nas instituições de acolhimento, uma vez que esta Lei estabelece uma série de mudanças que exigem o estudo psicossocial das crianças e adolescentes e suas famílias, avaliando, preparando e promovendo, caso seja possível, a reinserção familiar (Siqueira, 2012). Entre as novas atribuições dessa equipe está a implementação, como instrumento de trabalho, do Plano Individual de Atendimento – PIA, documento que deve começar a ser elaborado assim que a criança ou adolescente entrar na instituição de acolhimento. Como o próprio nome sugere, o PIA deve atender às demandas do acolhido por meio de uma escuta individualizada. Tal escuta propicia que a criança e o adolescente passem a desempenhar um papel ativo no seu próprio plano de atendimento (Gulassa, 2010; M. L. Silva & Arpini, 2013b, 2013c).

Os casos que integraram este estudo, tanto de Marina quanto de Julia, demonstraram que esta orientação trazida com a Lei 12.010 vinha sendo seguida. A pasta de documentos de Julia na instituição possuía um Plano Individual de Atendimento para cada acolhimento institucional pelo qual a adolescente passou. Já a pasta de Marina possuía apenas um PIA, referente ao último acolhimento. Dessa forma, pode-se perceber que esta mudança trazida pela Lei 12.010 (2009), ocorreu de forma concreta no caso de Marina, pois seu primeiro acolhimento, em 2005, foi anterior à nova Lei, quando não havia obrigatoriedade de elaboração do PIA.

Os Planos Individuais de Atendimento devem conter informações detalhadas da família da criança ou adolescente, caminhos que serão tomados em cada caso, serviços que poderão ser acionados e a escuta do acolhido. Esse documento e a nova forma de atendimento abrem espaço para a compreensão do componente subjetivo e também para o reconhecimento da singularidade presente em cada situação (Gulassa, 2010; M. L. Silva & Arpini, 2013c). Os PIA's presentes nas pastas de Marina e Julia continham todas estas informações, sendo que havia uma seção denominada “escuta da criança/adolescente”, demonstrando que existia realmente um espaço de escuta.

O último PIA de Julia destacava o desejo de a menina residir com a tia materna, o que vai ao encontro do que foi relatado pela adolescente em sua entrevista. Já o PIA de Marina destacava a mágoa desta em relação à mãe e a recusa em voltar a residir com a mesma, também em concordância com o que foi trazido pela adolescente. É importante destacar que, mais do que constar apenas como uma obrigatoriedade, os PIA's, nestes casos, pareceram

refletir realmente os desejos das adolescentes entrevistadas, demonstrando que, de fato, suas opiniões foram consideradas durante o processo, respeitando-se seus estágios de desenvolvimento e graus de compreensão (Art. 101, § 5º). Este aspecto vai de encontro aos resultados encontrados por Rosseti-Ferreira et al. (2012), os quais apontaram que a criança ou adolescente acabava sendo o menos ouvido nas situações de acolhimento institucional, não ficando ciente, dessa forma, de aspectos importantes sobre sua situação, como os motivos de estar na instituição ou quanto tempo permaneceria nela.

Outro aspecto importante a ser destacado em relação ao PIA é a participação dos pais ou responsáveis desde o momento inicial do acolhimento, uma vez que a família também deve ser ouvida e fazer parte da elaboração do plano, pois é ela quem será auxiliada com vistas a um futuro desacolhimento daquela criança ou adolescente. Nesse sentido, as ações de acompanhamento serão definidas tanto para a criança ou adolescente quanto para a família (M. L. Silva & Arpini, 2013c). Em relação a esta participação, o desejo de Regina também constava no PIA de Julia, assim como os encaminhamentos realizados à mãe, em que a equipe salientava a indicação de atendimento para esta junto ao CAPS Ad.

Dessa forma, a maneira de conduzir o atendimento e as relações oportuniza à criança e ao adolescente falarem sobre suas vivências e os motivos que levaram ao acolhimento institucional. Possibilita também, que possam compreender o que está acontecendo nas suas relações familiares e os sofrimentos decorrentes das separações impostas pela medida, tentando superar a busca de “culpados”. A questão da culpabilização é bastante delicada em relação aos casos de acolhimento institucional, conforme discutido anteriormente. O senso comum e, muitas vezes, os próprios profissionais envolvidos tendem a culpabilizar as famílias pelas situações de afastamento do convívio familiar. Já as crianças e adolescentes que estão vivendo a medida, podem tomar esta culpa para si, não entendendo que a responsabilidade encontra-se em diferentes níveis como a falta de políticas públicas e apoio às famílias (Bedran & Carellos, 2012; M. L. Silva & Arpini, 2013b, 2013c).

Tal fato pôde ser observado nas falas tanto de Marina quanto de Julia. Marina relatou como “primeiro estágio” dentro da instituição o da culpa. Julia, por sua vez, identificou nos irmãos a responsabilidade por terem sido encaminhados, mais uma vez, a uma instituição de acolhimento. Dessa forma, com frequência crianças e adolescentes tomam para si a responsabilidade do acolhimento institucional, como se a falha tivesse sido deles (Lopes & Arpini, 2009). Por essa razão, a escuta oferecida a esses meninos e meninas acolhidos, tanto no momento do acolhimento e quanto na elaboração do PIA, nos atendimentos individuais com a equipe técnica (psicólogo e assistente social), parece ser muito importante, pois pode

proporcionar um espaço em que se trate do desamparo, da violência e a sobrecarga psíquica de que pode ter sido vítima esta criança ou este adolescente (M. L. Silva & Arpini, 2013c). Quanto a este aspecto cabe destacar, também, que tanto Marina quanto Julia afirmaram terem recebido atendimento da equipe técnica, salientando o atendimento psicológico que, segundo as duas adolescentes, acontecia uma vez por semana. Esta também é uma mudança decorrente da Lei 12.010, a qual exige a existência de uma equipe técnica dentro da instituição que acompanhe os acolhidos.

Nesse sentido, em relação ao trabalho das equipes técnicas presentes nas instituições de acolhimento, é essencial que a família da criança ou adolescente não seja vista de forma desqualificada pelos profissionais. As famílias dos meninos e meninas acolhidos, muitas vezes, difere daquela idealizada pelos técnicos, sendo que, se ela for vista como incapaz de criar seus filhos, não haverá espaço para que ela se recupere dos motivos que levaram ao afastamento familiar (M. L. Silva & Arpini, 2013a, 2013b, 2013c). Nos casos de Marina e Julia, a equipe técnica parece realmente ter investido nessas famílias, ressaltando suas potencialidades e reforçando aspectos protetivos das mesmas. Marina vivenciava um momento de muito conflito com a mãe, tanto que a adolescente referiu não querer retornar ao convívio familiar enquanto não enxergasse mudanças na mãe. Diante disso, a equipe técnica investiu na busca por outras figuras que pudessem estabelecer um vínculo com Marina, trabalhando com esses membros da família extensa da adolescente a possibilidade de uma reinserção familiar.

No caso de Julia, a equipe também investiu em uma mãe que vinha encontrando enormes dificuldades no exercício da parentalidade. Regina enfrentava problemas com a justiça e possuía uma profissão que frequentemente expunha os filhos a situações de risco. Porém, também neste caso houve o reconhecimento de que a família deveria ser investida, buscando a superação de suas dificuldades. Nesse sentido, os técnicos, reconhecendo o vínculo afetivo existente entre mãe e filhos, garantiram o direito à visita mesmo no momento em que a mãe se encontrava em privação de liberdade. Cabe salientar que, nestes dois casos, parece ter havido envolvimento por parte da equipe técnica e sua atuação ter se dado no sentido de garantir a convivência das meninas com suas famílias.

Os motivos para entrada em uma instituição de acolhimento são diversos, entre os quais alguns fatores de risco, como violência intrafamiliar, pobreza, desemprego, alcoolismo, entre outros, têm motivado o acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil, conforme dito anteriormente (Siqueira & Dell’Aglío, 2007). Benetti e Calcini (2014) destacaram o levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente e

pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em que a situação financeira apareceu como o segundo motivo mais freqüente para o acolhimento de crianças e adolescentes, atrás apenas do abandono e da negligência. Nesse sentido, estudo de E. R. A. Silva (2004) também observou que a maioria dos acolhimentos encontrava como pano de fundo, a pobreza. M. L. Silva e Arpini (2013a), em estudo realizado com assistentes sociais e psicólogos que trabalhavam em instituições de acolhimento, também identificaram nas falas desses profissionais que a pobreza ainda tem levado crianças e adolescentes a vivenciar a medida do acolhimento (não na mesma proporção de antes da aplicação da Lei 12.010, mas ainda presente).

Nesse sentido, o ECA (1990) prevê que a falta ou a carência de recursos materiais, configurando a vulnerabilidade social, não é motivo para justificar a perda do poder familiar. Existem medidas específicas no ECA que reafirmam o dever do Estado em auxiliar a família quanto aos recursos materiais necessários para que ela possa exercer o seu papel com seus filhos, a saber, a inclusão em programas oficiais de auxílio (Benetti & Calcings, 2014; Moreira, Passos, & Pereira, 2012). Nos casos de Marina e Julia também pôde-se perceber que a equipe trabalhou no sentido de auxiliar as famílias quanto a essas vulnerabilidades sociais. Durante o acolhimento de Talita, a mãe tinha condições emocionais e protetivas de ficar com a filha, mas não possuía espaço físico em sua casa. Dessa forma, através de uma parceria com a Secretaria de Habitação, se conseguiu materiais para construir o quarto da menina. No caso de Julia, para o seu primeiro desacolhimento a família foi incluída em um programa de casas populares, sendo que o desligamento só foi efetivado quando a avó conseguiu a residência. Nem Marina nem Julia foram acolhidas devido, exclusivamente, a questões financeiras, mas ambas foram auxiliadas nesse sentido, pois suas famílias não vivenciavam apenas uma fragilidade, mas um conjunto delas.

Dessa forma, ainda que o ECA (1990) determine que a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para o acolhimento institucional, esses fatores vêm associados a outras fragilidades familiares. Observa-se que as dificuldades em relação ao cuidado e proteção das crianças e adolescentes estão associadas a situações de extrema pobreza e vulnerabilidade das famílias brasileiras, levando a uma precarização das relações afetivas, se mostrando, dessa forma, como um fator relevante quanto ao afastamento familiar (Benetti & Calcings, 2014; Moreira, 2013). Uma mãe que precisa cuidar de três filhos, como Regina, sem auxílio de uma rede de apoio, vai precisar trabalhar fora e dificilmente terá condições financeiras de pagar um cuidador para seus filhos. Associando-se a defasagem de vagas nas creches públicas, ela provavelmente terá de deixar os filhos sozinhos e

desprotegidos enquanto sai para trabalhar. Nesta direção, Calheiros, Lima e Silva (2012), em estudo realizado com 102 mães portuguesas sobre os impactos da situação profissional das mães nas práticas parentais abusivas, indicaram que a negligência materna pode aparecer vinculada ou ao desemprego ou ao nível excessivo de horas de trabalho. No primeiro caso, a negligência vem associada à falta de recursos para controlar e superar a situação. No caso do número excessivo de horas de trabalho, a dificuldade quanto ao exercício da parentalidade acontece quando a mãe relaciona as possíveis negligências ao investimento demandado pelo trabalho. Dessa forma, as dificuldades familiares, financeiras e protetivas, caminham juntas, uma levando à outra.

Além dos aspectos já abordados em relação ao PIA, e ainda em relação as atribuições da equipe técnica das instituições de acolhimento, cabe destacar a obrigatoriedade de reavaliação dos casos das crianças e adolescentes em acolhimento a cada seis meses (Brasil, 2009). Esta reavaliação é acompanhada pelo Judiciário através de relatórios enviados ao Juizado da Infância e da Juventude. A pasta de documentos de Julia contava com um enorme volume de relatórios, demonstrando que foi dado um olhar individualizado a essa família e foram construídas estratégias para garantir o melhor encaminhamento da adolescente e seus irmãos. A pasta de Marina, por sua vez, contava com apenas um relatório técnico de acolhimento referente ao seu segundo acolhimento. Em relação a sua primeira vivência na instituição, não existiam registros. Tal fato pode ser explicado, como referido anteriormente, pelo primeiro acolhimento da adolescente ter sido anterior à Lei 12.010. Dessa forma, foi possível identificar que os relatórios vêm sendo elaborados, de forma que os casos parecem estar sendo pensados constantemente pela equipe e acompanhados pelo Poder Judiciário, o que representa, sem dúvida, um grande avanço.

Segundo estudo de E. R. A. Silva et al. (2004), apenas 42,4% das instituições no Brasil enviavam relatórios periódicos acerca da situação jurídica das crianças e adolescentes que se encontravam acolhidos. Com a Lei 12.010 e a obrigatoriedade de rotina no envio desses relatórios, pode-se agilizar o andamento dos casos, oportunizando um olhar individualizado no atendimento e conseqüentemente ampliando as possibilidades da reinserção familiar dos meninos e meninas acolhidos. O fato de ser a autoridade judiciária quem, em última instância, decide pela reintegração familiar ou pela continuidade do acolhimento, corrobora a importância dessa aproximação entre Instituição de acolhimento e Judiciário (M. L. Silva & Arpini, 2013c).

Assim, nesse processo de avaliação dos casos, a equipe técnica da instituição de acolhimento propõe um plano de desligamento para a família, em que serão abordadas

condições a serem alcançadas ou tomadas para que esse desligamento ocorra. Feito o parecer indicando a reinserção, o Judiciário julga se este é suficiente para sua tomada de decisão, e, caso identifique a necessidade de mais informações, solicitará um estudo psicossocial da família à equipe técnica do Juizado (Siqueira, Zoltowski et al., 2010).

Tanto Marina quanto Julia tiveram este plano de desligamento elaborado pela equipe técnica. O relatório técnico de acolhimento de Marina abordava combinações feitas com a família extensa da adolescente, referentes à adaptação na casa dos padrinhos e à abertura de uma conta para que o pai depositasse uma pensão para a menina. Além disso, este relatório reforçava que a família continuaria sendo acompanhada e orientada neste processo. O último relatório de acolhimento de Julia também fazia referência a combinações feitas com a mãe, nas quais constavam a continuidade dos atendimentos psicológicos de João junto ao CREAS, inclusão dos filhos em projetos sociais de turno inverso à escola e continuidade dos atendimentos da mãe junto à equipe técnica da instituição de acolhimento. Percebe-se que os técnicos organizaram os planos de desligamento de acordo com as demandas específicas de cada caso, demonstrando ter havido, de fato, uma atenção individualizada sobre cada uma das adolescentes e suas famílias.

Uma intervenção importante no plano de desligamento diz respeito às visitas dos familiares aos acolhidos, as quais foram incentivadas também a partir das mudanças na legislação. Ainda que algumas mudanças tenham sido percebidas, especialmente por Marina, no que diz respeito às características das instituições, cabe sinalizar que não foram todas essas características que ficaram totalmente para trás (Azôr & Vectore, 2008; E. R. A. Silva, 2004). Isso porque é preciso desconstruir todo um modo de pensar relativo a institucionalização e as relações entre família e instituição, conforme discutido anteriormente. Parecem ainda existir regras e normas institucionais que não privilegiam a liberdade de quem está acolhido e nem de sua família. Um exemplo dessas normas pode ser a visita da família às crianças ou adolescentes, a qual, muitas vezes, é regrada, com horários pré-definidos e rígidos, mesmo que não haja tal orientação pelo Poder Judiciário (M. L. Silva & Arpini, 2013b).

A instituição em que Marina e Julia ficaram acolhidas possuía datas fixas para a visitação, conforme constava nos relatórios, sendo realizadas às terças e quintas-feiras e aos finais de semana. Marina não recebeu visitas da mãe durante o tempo em que ficou acolhida, fato relatado tanto pela própria mãe quanto no relatório de acolhimento da adolescente. Julia, por sua vez, recebeu visitas nos dias em que era permitido, mas, ainda assim, sentiu como se essas fossem muito espaçadas, como se houvesse um longo tempo entre elas. O acolhimento gera uma quebra de vínculos que, conforme apontado pela literatura, pode ser aos poucos

recuperado através da realização de visitas entre as crianças e adolescentes acolhidos e suas famílias (Álvares & Lobato, 2013), o que torna as visitas ainda mais importantes e significativas tanto para o acolhido quanto para sua família. Cabe salientar que a forma como o tempo é vivido por quem está dentro da instituição é diferente de quem está fora. Quem está fora segue sua rotina, ainda que esteja sentindo o afastamento daquela criança ou adolescente, porém, quem entra na instituição tem sua rotina totalmente alterada, sendo a visita o momento de familiaridade e de reforçar os laços.

Dessa forma, as visitas dos familiares às crianças e adolescentes acolhidos têm sido apontadas por autores como um importante fator no que diz respeito à efetivação da reinserção familiar, sendo que aqueles que receberam visitas periódicas planejadas tiveram mais chance de retornar ao convívio familiar (Siqueira & Dell'Aglio, 2007). As visitas planejadas implicam a participação ativa das famílias na composição deste plano de visitação. É importante que os objetivos sejam construídos em conjunto com os familiares, sendo claros e bem definidos, a fim de proporcionar a reconexão entre as crianças e adolescentes e suas famílias (Siqueira, Massignan et al., 2011; Siqueira, Zoltowski et al., 2010).

Nesse sentido, as visitas realizadas por Regina à Julia parecem terem sido planejadas pela equipe, especialmente quando a mãe encontrava-se em prisão domiciliar. Por outro lado, pode-se considerar que a adaptação familiar, em que os filhos passavam os finais de semana com a mãe, foram trabalhados conjuntamente com a mãe, através de atendimentos psicossociais com a equipe. Nessa direção, estudo de Siqueira, Zoltowski et al. (2010) que acompanhou três processos de reinserção, conforme apresentado anteriormente, apontou que a prática de permitir o encontro entre pais ou responsáveis era freqüente nos processos de reinserção. Porém, tais visitas não contavam com um planejamento conjunto entre família e instituição. Dessa forma, essas visitas realizadas sem acompanhamento e sem engajamento dos familiares não terão os mesmos resultados que visitas planejadas.

Marina, por sua vez, poderia ter se beneficiado de um plano de visitação, pois, sendo acompanhadas pela equipe técnica da instituição, mãe e filha poderiam buscar recuperar seus laços. O vínculo entre mãe e filha se encontrava bastante fragilizado, sendo que, através desse plano, elas poderiam ser auxiliadas no sentido de poderem estar juntas novamente (Siqueira, Zoltowski et al., 2010). Nesse sentido, o estudo de Siqueira, Massignan et al. (2011) apontou que, entre os benefícios que um plano de visitação pode oferecer para crianças e adolescentes acolhidos estão: sentimentos de que os pais ou responsáveis os querem na família novamente, elaboração da experiência do afastamento e dos sentimentos decorrentes da separação e a manutenção dos laços familiares.

Assim, percebe-se a necessidade de se investir em um melhor planejamento das visitas por meio de um plano acompanhado por profissionais capacitados, considerando aspectos do funcionamento familiar e promovendo uma adaptação progressiva tanto da família quanto do adolescente. Para isso, torna-se importante investir no preparo e na capacitação dos profissionais para que eles possam desenvolver ações planejadas nesse tipo de intervenção (Albuquerque, 2012; Siqueira & Dell'Aglio, 2007; Siqueira, Massignanet al., 2011).

Nesse sentido, o estudo de caso realizado por Figueiró e Campos (2013) com um jovem acolhido impossibilitado de retornar à família, com o objetivo de identificar o papel da rede de acolhimento institucional quanto à preparação dos jovens para a vida pós-desligamento obrigatório devido à maioridade, apontou que, após feitos os desligamentos institucionais por parte do Estado, não havia mais acompanhamento ou orientação, por parte da equipe da instituição, do jovem que se encontrava fora da instituição. Esse estudo foi realizado com adolescentes que saíram do acolhimento institucional após completarem a maioridade, e apontou a inexistência de um trabalho em rede voltado para estes adolescentes. Revelou, também, inconsistência na preparação para a saída dos adolescentes da instituição. Segundo os autores, “as ações implementadas assumiram a marca do arranjo, da falta de planejamento, de sistemática, assim como do paternalismo e do assistencialismo” (Figueiró & Campos, 2013, p.124).

Porém, o que se observou nos casos de Marina e de Julia é que houve um planejamento e um acompanhamento posterior à saída das meninas do acolhimento. Marina relatou que a equipe continuou auxiliando-a na busca por profissionalização e que seguiu recebendo atendimento psicológico na instituição após seu desligamento. Julia e Regina mencionaram que a família seguiu tendo atendimento psicológico junto à instituição de acolhimento após seu desligamento, e Regina referiu que havia recebido visitas domiciliares após a reintegração dos filhos. Os relatórios de pós-acolhimento desta família, presentes na pasta, também demonstram que foi realizado um acompanhamento desta família após as crianças retornarem ao convívio familiar.

Nesse sentido, os casos de Marina e Julia revelam que apoio, orientação e acompanhamento das famílias podem contribuir para a garantia do caráter provisório da medida de proteção de acolhimento institucional, sendo essencial um trabalho efetivo e eficaz com a família, no período de acolhimento, para reforçar suas capacidades e promover sua reorganização. Siqueira e Dell'Áglio (2007) salientam três pontos que deveriam ser priorizados no plano de intervenção a ser realizado com as famílias: “(1) visitas frequentes da

família às crianças e adolescentes e vice-versa; (2) entrevistas regulares com os abrigados e também com seus familiares; e, (3) visitas domiciliares de um técnico do abrigo à família, a fim de investigar a situação física e econômica, como também a motivação, os sentimentos e os medos relacionados ao retorno do abrigado” (p.143). Tais aspectos permitiriam avaliar, de forma mais objetiva, a situação familiar, percebendo se ela se modificou durante o acolhimento, e buscando garantir que a criança ou adolescente encontre um local de proteção quando retornar para a família de origem. Considerando que esses contextos familiares são fragilizados, para poderem se modificar, necessitariam de uma intervenção consistente e planejada (Siqueira, 2009; Siqueira & Dell’Áglio, 2007). Um exemplo de intervenção consistente e planejada pode ser apontado no que aconteceu com a família de Julia, com a qual foram realizados atendimentos psicossociais semanais com Regina, a fim de reconstruir sua forma de cuidado com os filhos, além de atendimento psicológico para os filhos, como forma, também, dos mesmos conseguirem elaborar a violência e negligência vividas junto à família, reconstruindo e reforçando os laços familiares.

Assim, investir em estratégias sólidas e planejadas de avaliação e intervenção nos processos de reinserção familiar parece ser essencial para evitar novos rompimentos de vínculos afetivos que possam levar a um recolhimento, tornando ainda mais difícil a próxima tentativa de reinserção (Siqueira, 2009; Siqueira, 2012; Siqueira & Dell’Áglio, 2007). Para que estas estratégias sejam conduzidas de forma eficiente, é importante que todos os profissionais envolvidos no processo – coordenadores, psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais – recebam treinamento e capacitação técnica, para poderem oferecer, enquanto a criança ou o adolescente estiver afastado de sua família, a construção de outros vínculos alternativos saudáveis que possibilitem seu desenvolvimento global e que não se encontram, exclusivamente, em meio familiar (Benetti & Calcina, 2014).

5.3. Articulando políticas públicas e rede de atendimento

A preservação da criança ou adolescente em sua família de origem deve ser tomada como prioridade no que diz respeito ao direito à convivência familiar das crianças e adolescentes em situação de risco. Porém, caso a família não consiga se configurar como local de proteção e sendo o afastamento inevitável, será necessário trabalhar durante o tempo de ocorrência da medida em prol da manutenção do vínculo familiar, visando a reintegração rápida e efetiva (Siqueira & Dell’Áglio, 2007). Nesse sentido, a medida de acolhimento institucional denuncia, de certa forma, as dificuldades ou a ausência de efetivação das

medidas protetivas anteriores a ela, as quais buscam garantir a excepcionalidade desta opção (Moreira, Passos, Bedran, et al., 2012; Moreira, Passos, & Pereira, 2012; Siqueira, 2009).

Assim, quando o acolhimento precisa ser realizado, as medidas anteriores, quando aplicadas, não foram suficientes para evitá-lo. Essas dificuldades em relação às medidas anteriores podem estar relacionadas ao alto grau de vulnerabilidade das famílias, não apenas quanto a questões socioeconômicas precárias, mas também no que diz respeito ao comprometimento simbólico dessas famílias decorrentes das fragilidades emocionais, conforme discutido anteriormente (Moreira, Passos, & Pereira, 2012; M. L. Silva & Arpini, 2013a). Além disso, Moreira, Passos e Pereira (2012), em estudo realizado entre os anos de 2009 e 2011 em uma instituição de acolhimento de Belo Horizonte, MG, com o objetivo de compreender o impacto das medidas protetivas anteriores à de acolhimento institucional, não encontraram dados referentes à aplicação dessas medidas, o que poderia apontar para uma falta de registro e desconexão com a rede – impossibilitando a circulação de informação –, ou que o acolhimento institucional tenha sido, realmente, a primeira medida aplicada, o que estaria em dissonância com as legislações atuais (ECA e Lei 12.10).

Com relação aos casos analisados neste estudo, apresentaram-se situações diferentes no que diz respeito à aplicação de medidas anteriores. Marina aparentemente foi encaminhada diretamente para o acolhimento institucional, sem que tenham ocorrido ações anteriores. A adolescente não referiu ter freqüentado serviço algum antes do acolhimento, assim como sua mãe. Na pasta da adolescente também não havia informações sobre medidas anteriores, o que pode corroborar que elas não aconteceram ou indicar uma falta de registro. No caso de Julia, por outro lado, uma série de medidas vinham sendo tomadas no sentido de se evitar um novo acolhimento. Além de questões referentes à escola, como acompanhamento da freqüência escolar das crianças e da adolescente e inserção dos três irmãos em projetos de turno inverso à escola, tanto os filhos como a mãe foram encaminhados a serviços da rede de atendimento, a fim de realizar um cuidado a essa família.

Assim, percebe-se que, principalmente o caso de Julia, foi dada atenção, entendendo a fragilidade da família e encaminhando a mesma aos serviços que pudessem fortalecê-la e evitar uma nova quebra de vínculos. Essas primeiras medidas protetivas, anteriores ao acolhimento, têm o objetivo de oferecer as condições para que a convivência familiar seja mantida. Dessa forma, elas dependem “do maior grau de adesão das famílias, da conexão da rede de proteção, e da disponibilidade de serviços e programas que possam responder de forma imediata às demandas apresentada” (Moreira, Passos, & Pereira, 2012, p. 31).

Conforme discutido anteriormente, a prioridade estabelecida constitucionalmente é que crianças e adolescentes permaneçam com suas famílias. Assim, quando o acolhimento institucional precisa ser acionado, as ausências e as omissões de muitos atores sociais acabam sendo sinalizadas, em especial o Estado. As medidas protetivas dos direitos das crianças e dos adolescentes têm como centro a família, uma vez que ela é considerada a instituição responsável pela promoção e defesa desses direitos. Nesse sentido, o Estado falha no que diz respeito ao apoio às famílias em vulnerabilidade, pois ainda faltam investimentos específicos à família que a auxilie no sentido de se transformar em uma instituição que garanta, de fato, a proteção social de seus membros (Arpini & Quintana, 2009; Moreira, Passos, & Pereira, 2012; Rizzini et al., 2006; M. L. Silva & Arpini, 2013b; M. L. Silva et al., 2012).

Estudo realizado por Low e Eth (2006), com crianças acolhidas demonstrou que a necessidade de institucionalização infantil, ao longo da história, decorre de dificuldades sociais, econômicas, médicas e políticas das sociedades no cuidado de suas crianças/adolescentes. Assim, este estudo vem ao encontro do que vem sendo discutido no Brasil, de que o cuidado e proteção da criança e do adolescente não envolveria somente a família, mas a sociedade como um todo. Nesse sentido torna-se importante destacar o papel das políticas públicas de apoio às famílias, pois investindo-se em suporte básico às famílias, poder-se-ia evitar que as políticas públicas se fizessem presentes apenas quando as crises acontecessem, ou em situações muito agravadas. Como apontam Gulassa (2010) e Rizzini et al. (2006), as famílias são fundamentais para a realização e defesa dos direitos da criança e do adolescente, devendo ser amparadas pelo poder público a fim de que possam realizar suas funções e responsabilidades.

A família que vive em situação de vulnerabilidade, muitas vezes, é vista como desqualificada, conforme já discutido, podendo tornar-se objeto de tutela e controle social. Tal fato poderia levar a uma construção na qual a política para a família, ao invés de promover autonomia e cidadania, passa a gerar dependência e reforça práticas assistencialistas, comuns em legislações anteriores (Moreira, Passos, & Pereira, 2012). Importante apontar que cabe ao Estado as funções de prevenção e punição das situações que envolvem violência e violação de direitos de crianças e adolescentes. Prevenir através de programas de assistência e apoio psicossocial, com vistas a reverter os quadros de violência e assegurar um ambiente seguro, identificando e investindo em suas potencialidades. E as ações punitivas, as quais ficam a cargo de sua instância judicial, mostram que existem conseqüências para tais violações (Benetti & Calcining, 2014; Moreira, 2013; Moreira, Passos, & Pereira, 2012).

Nos casos de Marina e Julia, seria importante que as adolescentes sentissem que as violências sofridas trouxeram conseqüências para seus agressores. O primeiro padrasto de Marina, que a agredia frequentemente, conforme relatado tanto por ela quanto pela mãe, não teve uma responsabilização legal por suas ações. Na pasta da menina não havia nenhum registro referente a algum processo em andamento. No caso de Julia, por sua vez, constavam informações sobre o processo criminal envolvendo o avô, acusado de abuso sexual. É importante que os casos que envolvem violência, não sejam “banalizados”, a fim de que se possam mudar, de forma gradativa, as práticas educativas comuns, fortalecendo as famílias, especialmente aquelas com maiores fragilidades. Nesse sentido, a articulação entre os fluxos que compõem a rede, proteção, atendimento e responsabilização são fundamentais que se desconstruam as situações violentas, cada um assumindo a sua responsabilidade no contexto (Faleiros, 2003).

Essa compreensão, por parte dos atores envolvidos no trabalho com crianças e adolescentes, sobre a realidade das famílias, compreendendo que existem outros atores que deveriam dar suporte a ela, tem sido apontada como um dos aspectos ainda frágeis que podem levar a dificuldades no trabalho institucional (M. L. Silva & Arpini, 2013a, 2013c). Isso porque essas famílias geralmente convivem com um conjunto de sofrimentos que nem sempre são compreendidos pelos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes (Arpini, 2013; Arpini & Quintana, 2009; M. L. Silva & Arpini, 2013a; M. L. Silva et al., 2012).

Ainda que a família e a instituição possam ocupar lugares distintos e possuir discursos diferentes, no momento em que uma família necessita da instituição de acolhimento, seria importante que pudesse existir uma aproximação desses discursos, de forma que houvesse uma parceria entre ambos em prol do melhor encaminhamento daquela criança/adolescente acolhido (M. L. Silva & Arpini, 2013a). Ademais, ao contrário do que muitas vezes tem se observado no senso comum, pesquisas vêm apontando que o momento de institucionalização dos filhos é vivido com bastante sofrimento pelas famílias. Azôr e Vectore (2008), em pesquisa realizada no município de Uberaba, MG, com cinco famílias que haviam recuperado a guarda dos filhos objetivando conhecer o papel desempenhado pelas famílias de adolescentes que haviam passado pelo acolhimento institucional, constataram que este momento é vivenciado com tristeza e revolta pelas famílias, por terem de se afastar dos filhos, existindo, também, o medo de que eles venham a ser adotados. Rocha, Arpini e Savegnago (no prelo) também identificaram essa questão do sofrimento em estudo realizado com quatro famílias que tiveram seus filhos acolhidos em um município do interior do Rio Grande do Sul. Nesse estudo, as mães relataram a tristeza sentida com o afastamento e o seu

comprometimento com as intervenções das equipes técnicas com a intenção de recuperar a convivência familiar com seus filhos.

Os casos analisados neste estudo se mostraram de formas diferentes em relação à vivência do afastamento do convívio familiar. Vera demonstrou um distanciamento afetivo em relação à filha. A mãe não referiu ter sofrido com o afastamento de Marina, mas ter sentido uma diferença em um aspecto de sua rotina. Ela afirmou que “estava acostumada” com a presença da filha. Para esta mãe, o momento do acolhimento institucional parece ter sido vivido, mas não vivenciado. Segundo relatos de Marina e da própria Vera, a mãe não buscou informações sobre a filha, não compareceu aos atendimentos previamente agendados com a equipe da instituição de acolhimento e não visitou a filha enquanto esta se encontrava na instituição. Além disso, Vera relatou que ficou sabendo que a filha havia sido acolhida apenas um dia após a mesma “sumir” depois de sair para a escola, mas não relatou nenhum movimento que ela tenha feito no sentido de descobrir o que poderia ter acontecido para a filha não ter voltado para casa em um intervalo de mais de 24 horas.

No caso de Julia, por outro lado, a mãe não apenas afirmou na entrevista ter sentido falta dos filhos, como demonstrou que existia um sofrimento e um lugar afetivo daquelas crianças na família, de forma que ela os queria novamente consigo. Regina enfrentava uma série de dificuldades tanto econômicas quanto psicossociais, mas mesmo assim realizou visitas aos filhos em todos os horários permitidos, compareceu aos atendimentos agendados com a equipe enquanto os mesmos encontravam-se em acolhimento e seguiu as orientações da equipe.

Cabe destacar, como já referido anteriormente, o investimento da equipe técnica da instituição nessas famílias, no sentido de buscar mobilizá-las e trabalhá-las a fim de garantir um desligamento efetivo das adolescentes. Mesmo no caso de Marina, em que a mãe não demonstrava desejo de retomar a convivência com a filha, a família extensa foi procurada e investida com a finalidade de receber a adolescente. Sabe-se que por mais que a instituição de acolhimento seja uma medida necessária para garantir a proteção de crianças e adolescentes, seu caráter de brevidade e excepcionalidade se deve ao fato de que ela não tem meios de proporcionar o equivalente funcional de uma família para cada acolhido, podendo haver, dessa forma, efeitos nocivos desta condição (Álvares & Lobato, 2013; Siqueira & Dell’Áglio, 2007). Dessa forma, reforça-se a importância do trabalho da equipe no sentido de buscar e trabalhar com as famílias em prol da garantia do desenvolvimento saudável dessas crianças e adolescentes.

Nesse sentido, a partir dessa parceria entre família e instituição, espera-se que, no período do acolhimento, sejam fortalecidos os vínculos familiares entre a família e a criança ou adolescente e sejam construídas as condições para o retorno desse acolhido à sua casa, garantindo que todos os direitos previstos em lei sejam seguidos, incluindo o da convivência familiar. Entre as maiores dificuldades encontradas em relação ao retorno das crianças e adolescentes às suas famílias de origem estão as precárias condições socioeconômicas, a fragilidade, ausência ou perda do vínculo familiar e a ausência de políticas públicas e de ações institucionais de apoio à reestruturação familiar. Nesse sentido, além da instituição de acolhimento, para que seja garantido o direito à convivência familiar e comunitária de forma saudável, todas as instituições que compõem a rede de proteção à infância e adolescência devem trabalhar de forma integrada e articulada para que se consiga restabelecer esses laços familiares (Moreira, Passos, & Pereira, 2012; M. E. Rosa et al., 2012; Siqueira & Dell'Áglio, 2007).

Os casos de Marina e de Julia demonstraram, também, o trabalho desses diversos serviços envolvidos na rede de proteção. Quando a irmã de Marina, Talita, foi acolhida pela segunda vez, foi através da articulação da rede de atendimento com a Secretaria de Habitação do município que foi possível conseguir material para construir uma peça que serviria de quarto para a menina, conforme já mencionado. Em relação ao caso de Julia este envolvimento e a articulação da rede mostraram-se de forma ainda mais clara. Toda família era acompanhada por serviços de rede: CRAS, CREAS, CAPS e projetos sociais. Tão importante quanto receber esses atendimentos é que os serviços estejam em contato, para evitar que haja fragmentação dos atendimentos ou revitimização. No caso de Julia, a articulação entre os serviços se mostrou efetiva a partir dos relatórios presentes na pasta da menina, dos quais muitos eram escritos em conjunto com outros serviços (equipe da instituição e CRAS) e existiam, também, relatórios de acompanhamento de outros serviços (CREAS, Conselho Tutelar) para a equipe da instituição de acolhimento.

Os Centros de Referência em Assistência Social e os Centros de Referência Especializada em Assistência Social têm como foco um trabalho preventivo, tendo como objetivo a manutenção da criança ou adolescente em sua rede social e familiar. Nesse sentido, configuram-se como serviços bastante importantes no que diz respeito ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e à reintegração familiar (Benetti & Calcing, 2014; Rizzini et al., 2006). Frente a todas as fragilidades já abordadas em relação à família de Julia, destaca-se a importância da inserção de seus membros nesses serviços. Uma família que recebe apoio e fortalecimento pode ser capaz de cuidar melhor de seus filhos, assegurando a eles o direito

fundamental, que já vem sendo discutido, que é o da convivência familiar e comunitária (Maricondi, 2006; M. L. Silva & Arpini, 2013a).

Essa característica de trabalho em rede também vem para romper com a lógica presente nas antigas internações, direcionados ao cuidado de crianças e adolescentes, principalmente, aos pobres. Essas instituições, caracterizadas por serem instituições totais, dispunham de todos os serviços nos limites de seus muros. A criança ou adolescente não saía das dependências da instituição, pois todos os serviços eram levados até ela (assistência médica, escolar). A legislação atual, por sua vez, preconiza a convivência familiar e comunitária como um de seus pilares, sendo que a descentralização dos serviços propicia que eles estejam disponíveis em locais próximos à residência das famílias, possibilitando que seus prestadores conheçam e compreendam a cultura local e as redes de apoio presentes na comunidade. Porém, esta descentralização exige que estes serviços estejam conectados em forma de rede, tendo atuações complementares (Arpini & Quintana, 2009; Gulassa, 2010; Moreira, Passos, & Bedran, 2012; Siqueira, 2012). Os casos apresentados, principalmente o de Julia, parecem demonstrar essa articulação, uma vez que as instituições estavam em contato, pensando em conjunto no melhor encaminhamento desta família.

Somadas a questão da descentralização da rede de atendimentos, outras modificações foram implementadas nas atuais instituições de acolhimento, a fim de garantir a proteção das crianças e adolescentes acolhidos, substituindo o fracassado modelo do internato. Assim, as instituições atuais tem passado por um reordenamento, sendo caracterizadas por possuírem espaços físicos menores, que atendem a um número também reduzido de crianças e adolescentes em cada núcleo, privilegiando a manutenção de grupos de irmãos na mesma instituição (Arpini, 2003; M. L. Silva & Arpini, 2013a). Tais modificações teriam como objetivo assegurar a atenção individualizada e singular de cada criança e adolescente acolhido, garantindo que fosse traçado um projeto específico para cada caso, que pudesse garantir sua institucionalização por um curto período de tempo. Essa atenção individualizada também é proposta pelo UNICEF, que ressalta a importância da individualização dos cuidados e a necessidade de conhecer cada caso para se conseguir atender cada criança e adolescente de acordo com suas demandas (Benetti & Calcing, 2014; Guará, 2006; Gulassa, 2010; E. R. A. Silva et al., 2004).

Porém, ainda que o ECA (Brasil, 1990) tenha tornado as instituições mais abertas e com clientela mais definida, ele não assegurou que as características que estavam institucionalizadas, como a ampla utilização do acolhimento, o atendimento massificado e o distanciamento da família durante a medida, não se repetissem nesse novo modelo (Arpini,

2003; M. L. Silva & Arpini, 2013a). Construir uma nova história a partir das concepções políticas, legais e sociais de uma instituição que já tem suas práticas construídas e institucionalizadas exige o rompimento e a superação de um discurso enraizado na história da institucionalização no Brasil como algo que garante, melhor do que a família (principalmente a família pobre), o cuidado e a educação de crianças e adolescentes. E nesse sentido, “pode-se pensar que oferecer algo coletivo e superlotado para esse grupo já é melhor do que aquilo que as famílias conseguiriam oferecer” (M. L. Silva & Arpini, 2013a, p.103). Foi, então, a partir da Lei 12.010 (Brasil, 2009) que as ações ficaram mais específicas e as instituições tiveram que investir em um reordenamento efetivo.

Cabe destacar que individualizar o atendimento às crianças e adolescentes acolhidos não significa que seja preciso garantir a todos os mesmos direitos, evitando conflitos e injustiça. Essa forma de pensar a individualização não contempla a construção de planos e projetos para cada indivíduo, não respondendo às diversas formas de ser e estar no mundo, podendo gerar, novamente, um olhar massificado (Uziel & Berzins, 2012). Cada criança ou adolescente deve ser olhada de acordo com suas demandas, garantindo um plano de ação individual que será específico para o seu caso.

Nesse sentido, para além de mudar uma legislação, é importante que esta mudança seja sentida por quem fizer parte dela. Marina, a qual vivenciou os dois momentos – anterior e posterior à Lei 12.010 – em períodos diferentes de acolhimento, conseguiu identificar essas mudanças. A adolescente referiu, além de mudanças no espaço físico, em especial, ter sentido uma transformação no que dizia respeito às relações dentro da instituição. Ela referiu a aproximação com os educadores sociais e o afeto como principais alterações. As mudanças nas relações estão subjacentes à lei e são importantes de serem percebidas pelas crianças e adolescentes que estão vivendo essas relações.

Para as crianças e adolescentes acolhidos, as instituições assumem um lugar central em suas vidas, sendo necessário investir neste espaço de socialização. Além disso, o apoio emocional vem sendo considerado como o mais importante fator para o desenvolvimento dos processos de resiliência individual e para a promoção da superação de adversidades. Assim, torna-se essencial investir em relações mais estáveis e afetuosas no ambiente institucional. A instituição fará parte da rede de apoio social e afetivo das crianças e adolescentes acolhidos, e deve fornecer recursos de enfrentamentos de situações negativas, além de modelos identificatórios positivos, segurança e proteção. Todas essas características visam propiciar aos acolhidos um pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo (Álvares & Lobato, 2013; Siqueira & Dell’Aglia, 2007).

Tanto Marina quanto Julia referiram que existiam pessoas significativas para elas no ambiente institucional, com as quais estabeleceram relações de afeto. Marina relatou que sentia saudades da equipe técnica e, em especial, das educadoras sociais, afirmando que realizava visitas à instituição para “ver as meninas”. Cabe salientar que as maiores mudanças identificadas por Marina entre os períodos pré e pós Lei 12.010 diziam respeito às educadoras sociais, as quais, segundo a adolescente, no primeiro acolhimento eram “muito ruins”. O educador social é a pessoa que mais vai ter contato com a criança ou adolescente, acompanhando-o no seu dia-a-dia, sendo essencial que ele estabeleça uma relação de afeto e confiança com o acolhido.

A percepção de que as instituições de acolhimento podem proporcionar sentimento de segurança e proteção, atuando como fator de proteção ao desenvolvimento, tem sido apontada em diversos estudos (Arpini, 2003; E. R. A. Silva, 2004; Siqueira & Dell’Aglia, 2007; Siqueira, Zoltowski et al., 2010). Entretanto, as quebras de vínculos decorrentes, muitas vezes, da rotatividade de funcionários e o próprio desligamento de outros adolescentes, podem levar a um sentimento de abandono e vivência de uma nova rejeição. O distanciamento da própria instituição após o desligamento do adolescente pode indicar a este adolescente que não há mais interesse da instituição, ou de seus membros, em manter contato com ele, reforçando esse sentimento de abandono (Siqueira, Zoltowski et al., 2010).

Nesse sentido, nos casos de longos períodos de institucionalização associados a vínculos familiares e comunitários fragilizados, esta rotatividade de funcionários e de outros adolescentes fica ainda mais presente, dificultando o desenvolvimento de uma vinculação afetiva durante o período de acolhimento, gerando prejuízo ao seu desenvolvimento emocional e afetivo (Figueiró & Campos, 2013). A este respeito, McCall (2013), em estudo realizado com base em relatórios de intervenção em uma instituição de acolhimento de St. Petersburg, EUA, associado a uma revisão de literatura com foco no desenvolvimento de crianças acolhidas e em pós-acolhimento, apontou a rotatividade de funcionários e o distanciamento na relação entre os educadores sociais e as crianças ou adolescentes como características comuns no acolhimento institucional. Nos casos presentes neste estudo, parece não ter havido este abandono por parte da instituição, uma vez que tanto Marina quanto Julia seguiram mantendo contato com as equipes das instituições. Cabe destacar que ambas se encontravam em pós-acolhimento, dentro do período de acompanhamento obrigatório das equipes técnicas (de seis meses após o desligamento), o que também pode justificar esta aproximação entre instituição e adolescente.

Assim, por mais que a instituição consiga cumprir com todas as necessidades da criança ou adolescente, ela pode não conseguir proporcionar um ambiente com estabelecimento de laços afetivos estáveis, uma vez que as pessoas que se encontram naqueles serviços podem mudar. Nesse sentido, as relações mais estáveis das crianças e adolescentes se desenvolvem com mais facilidade no ambiente familiar, o qual deve ser investido com vistas à reinserção familiar (Álvares & Lobato, 2013; Siqueira, 2012). Isso não quer dizer que não possam ser desenvolvidas relações saudáveis dentro da instituição, porém, o ambiente familiar, quando investido no sentido de assumir um lugar de proteção, ainda é o local fundamental para o desenvolvimento da criança ou adolescente.

Esse investimento no contexto familiar deve seguir algumas orientações com vistas ao desligamento, as quais indicam a realização de um processo gradativo. No caso dos adolescentes, este processo deve incluir o acesso a programas de qualificação profissional visando à inserção no mercado de trabalho (Figueiró & Campos, 2013). Os dois casos analisados neste estudo apresentaram uma dessas orientações (processo gradativo e investimento na autonomia). Marina foi auxiliada quanto a sua profissionalização, projeto de vida já pensado pela adolescente antes da mesma entrar na instituição. A adolescente não ficou acolhida por tempo suficiente para que fosse inserida em um curso profissionalizante ou projetos como o Jovem Aprendiz, porém, durante este tempo, teve sua carteira de trabalho confeccionada e elaborou seu currículo. Durante o período pós-acolhimento, Marina seguiu tendo orientações da equipe técnica quanto a seu futuro profissional, mostrando que a equipe ouviu seu desejo, de ter seu próprio dinheiro e poder cuidar de si, investindo no desenvolvimento de sua autonomia.

No caso de Julia não foram feitos investimentos em cursos profissionalizantes ou carteira de trabalho, uma vez que a menina possuía ainda 13 anos, mas a aproximação com a família foi feita de forma gradativa. Alguns meses antes do desligamento ser efetivado, Julia freqüentava a casa da mãe todos os finais de semana, juntamente com seus irmãos, realizando uma aproximação gradual. É importante que o acolhido vá ocupando aos poucos seu lugar na família novamente, pois o tempo em instituição pode enfraquecer os vínculos familiares, que devem ser gradativamente recuperados.

Dessa forma, a equipe da instituição de acolhimento parece ter preparado tanto Marina quanto Julia para o desligamento, respeitando as peculiaridades de cada caso. Tal preparação deve contemplar o fortalecimento da autonomia, a profissionalização, a educação e o estabelecimento de um processo de desligamento gradativo. Nesse sentido, o estudo de Tulviste (2011) realizado na Estônia com 109 adolescentes acolhidos e 106 adolescentes que

viviam com suas famílias, com o objetivo de analisar a autonomia, a auto-estima e os planos de educação para o futuro desses adolescentes, apontou que os adolescentes em acolhimento possuíam planos para o futuro mais limitados, de modo que a institucionalização influenciaria de forma negativa o desenvolvimento da autonomia. Dessa forma, a instituição de acolhimento deve criar um lugar diferenciado para os acolhidos, em que, principalmente os adolescentes, possam desenvolver certo grau de autonomia a fim de conseguirem dar conta de suas vidas, uma vez que sua reintegração é, geralmente, mais difícil. Assim, a instituição deve ser um ambiente de relacionamento e vinculação, que proporcione, ao mesmo tempo, aconchego e desenvolvimento às crianças e adolescentes que ali se encontram (Figueiró & Campos, 2013; Guará, 2006; Gulassa, 2010; Uziel & Berzins, 2012). Como aconteceu com Marina, é importante investir na autonomia através de um projeto de vida, que não esteja unicamente atrelado à família.

Tal perspectiva se distancia bastante do modelo de internato referido anteriormente. O projeto de vida de Marina, por exemplo, teve os investimentos propostos pela instituição: confecção de documentos, busca por locais em que ela pudesse realizar entrevista e prosseguimento neste projeto de vida após seu desligamento. Nesse sentido, na história da institucionalização, essa (des)preocupação com o futuro dos jovens foi um dos pontos mais criticados pelos defensores de mudanças na legislação, pois crianças e adolescentes passavam a viver em instituições fechadas sem projetos para sua vida pós-instituição. As instituições de acolhimento atuais devem, portanto, garantir investimentos na autonomia do adolescente para que ele, principalmente quando sair da instituição, possa cuidar de si.

Porém, existe o outro lado desta vinculação: ela pode acabar gerando uma dependência do adolescente em relação à instituição de acolhimento. Esta dependência decorre da identificação da instituição como único espaço que consegue prover seus cuidados, como proteção, segurança e apoio afetivo e emocional. Tal dependência dificulta o desenvolvimento da autonomia dos adolescentes, pois não se imaginariam sem a instituição (Figueiró & Campos, 2013). Julia pareceu ter manifestado um pouco dessa dependência e do medo de deixá-la quando ela afirmou, mais de uma vez, que não queria ter saído da instituição, pois gostava das pessoas de lá e do próprio local.

Dessa forma, parece ficar claro que um dos aspectos mais relevantes para se colocar em prática os pressupostos da Lei 12.010 é a aproximação entre a instituição e a família. Isso porque instituição e família estarão trabalhando juntas durante todo o período de acolhimento e após o desligamento da criança ou adolescente, caso venha ocorrer. Assim, ainda que o acolhimento deva ser breve, o atendimento à família e suas necessidades deve se estender para

além do período de acolhimento, envolvendo a rede de atendimento presente nas comunidades (Arpini, 2003; Gulassa, 2010; Rizzini et al., 2006; M. L. Silva & Arpini, 2013a). Ainda assim, cabe destacar que haverá casos em que, mesmo que se tenha trabalhado e investido na família, utilizando-se da rede de atendimento, a família poderá ser avaliada como incapaz de garantir proteção e cuidado. Nesses casos, a adoção será o mecanismo que poderá garantir à criança a possibilidade de vivenciar uma experiência familiar satisfatória (M. L. Silva & Arpini, 2013a). O caso de Julia ilustrou, também, esta situação, pois Regina perdeu o poder familiar de dois filhos pequenos. Ainda que a equipe tenha feito todo o investimento nessa mãe e tenha buscado a rede de apoio, não foi possível desenvolver um ambiente seguro para a chegada de um bebê.

Assim, percebe-se que para garantir uma reinserção familiar bem sucedida será preciso investir e fortalecer tanto as famílias quanto sua rede de apoio durante todo o processo de acolhimento e reintegração. Antes de o acolhimento se efetivar, é preciso investir em políticas e serviços que resgatem condições dignas para as famílias e também que os motivos que tem levado crianças e adolescentes ao acolhimento institucional possam ser repensados. Porém, quando o acolhimento for necessário, é preciso ter programas específicos e profissionais capacitados para intervir, realizar e acompanhar a reinserção social e familiar (Cavalcante et al., 2010; McCall, 2013; M. E. Rosa et al., 2012; Siqueira, 2012; Siqueira, Zoltowski et al., 2010). Muitas dessas mudanças e investimentos foram incentivados com a Lei 12.010, mas ainda há muito o que caminhar, e a família, sem olhares estigmatizados e desqualificados, deve estar no centro das ações pensadas e propostas quando se trata da proteção das crianças e adolescentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste estudo cabe destacar a fragilidade das duas famílias envolvidas e os vários fatores envolvidos nessa fragilidade. São famílias que contavam com dificuldades financeiras, mas, principalmente, dificuldades de se organizarem para oferecer um ambiente seguro e de proteção as suas filhas. Porém, ambas possuíam laços, de forma que tinham desejo de permanecerem com os filhos, contrariando a visão estigmatizada de que a família que tem filhos acolhidos não os quer. Dessa forma, salienta-se o sofrimento infligido às adolescentes pelo acolhimento institucional, pois possuíam laços afetivos com a família. Tal fato reforça a necessidade de investimento em políticas públicas de apoio às famílias anteriores ao acolhimento institucional, que evitem situações como as vividas por Marina e

Julia, em que o afastamento familiar aconteceu em virtude de fragilidades que, a princípio, poderiam ter sido olhadas e investidas há mais tempo.

Dessa forma, após a entrada na instituição de acolhimento, a busca pela superação dos motivos que levaram à medida de proteção serão tão plurais quanto os casos atendidos, uma vez que cada um possui sua complexidade e sua especificidade. Será necessário, a cada caso, construir novos caminhos para a superação dessas fragilidades.

Outro ponto importante de ser destacado diz respeito à importância da das mudanças na legislação e da percepção, por parte de quem vem vivenciando a medida protetiva, da existência dessas mudanças. A Lei 12.010 trouxe diversas reformulações à realidade institucional, visando garantir proteção e atenção a crianças e adolescentes que, por muito tempo, foram “abandonados” em orfanatos até completarem a maioridade. As famílias estudadas demonstraram que as crianças e adolescentes vêm sendo olhadas e investidas, que se busca a superação dos riscos presentes nas famílias em prol de um tempo reduzido na instituição de acolhimento. Mais do que a importância da própria legislação nesses casos, é importante destacar o preparo de quem vai trabalhar nestes locais, pois são as pessoas que podem produzir a mudança preconizada pela legislação. Nesse sentido, a obrigatoriedade da equipe técnica nas instituições de acolhimento, também preconizada pela Lei 12.010, constitui importante fator nessa mudança.

A consolidação dessas mudanças pode ser percebida na forma como o acolhimento foi vivenciado pelas duas adolescentes. A instituição foi referida de forma positiva, como um lugar de relações afetivas e de crescimento para as meninas. Há um movimento quanto a essas alterações. A instituição que antes era envolta de uma carga negativa, agora é vista como local em que é possível estabelecer laços afetivos saudáveis que serão importantes na socialização e no desenvolvimento dessa criança e desse adolescente. Da mesma forma, a reintegração familiar vem acontecendo de outra forma. As famílias são investidas e continuam a ser acompanhadas após o desligamento dos filhos. A atenção à família, com vistas a auxiliá-la a se adaptar novamente ao convívio com o filho continua, buscando garantir que não haja nova quebra de vínculos, com novo sofrimento para a família e a criança/adolescente.

Porém, cabe destacar que o acolhimento institucional, por mais que tenha passado por diversas modificações e venha desenvolvendo um trabalho de parceria com as famílias, ainda se constitui como um momento doloroso, tanto para a criança/adolescente quanto para a família. Os dois casos, tanto de Marina quanto de Julia, causaram sofrimento nas meninas e nas famílias. Assim, ainda que o atendimento seja mais afetivo, a entrada em uma instituição

constitui momento traumático para quem a vive, sendo essencial que ela ocorra excepcional e provisoriamente, conforme rege a legislação.

Por fim, salienta-se que não se buscou generalizações, mas a compreensão da vivência destas duas adolescentes e suas famílias de forma profunda e singular. No entanto, alguns aspectos por elas tão ricamente apontados certamente se encontram presentes em outras adolescentes e são o cotidiano da realidade do acolhimento institucional. O sofrimento ao entrar na instituição, o processo de adaptação ao ambiente institucional, a formação de laços afetivos no acolhimento, todas são características comuns trazidas pelas adolescentes que podem, facilmente, estar presentes em outras crianças e adolescentes que vivenciaram e vivenciam a medida.

No entanto, também foram identificados aspectos singulares na vivência de Marina e Julia. A forma como ambas enxergavam a instituição é um desses aspectos. Marina pareceu identificar na instituição uma oportunidade para investir em seu projeto de vida, mas reconhecia que não era um espaço para permanecer por toda a sua adolescência. Apesar de referir de forma positiva a instituição, seu desejo não era permanecer nela, mas conquistar sua autonomia enquanto as fragilidades da família eram elaboradas. Julia, por sua vez, desenvolveu um vínculo com a instituição de acolhimento que a fez resistir a se desligar da mesma. Talvez esta adolescente entendesse o acolhimento institucional como única forma de proteção frente às inúmeras fragilidades enfrentadas pela mãe. Da mesma forma, o retorno ao convívio familiar foi vivenciado de maneiras diferentes. Enquanto Marina conseguiu reconhecer mudanças no que dizia respeito ao seu relacionamento com a mãe, Julia não identificou nem esperava identificar tais aspectos.

Por fim, entende-se como limitação deste estudo a indicação dos casos ter sido realizada pela equipe técnica da instituição de acolhimento a qual as adolescentes eram vinculadas. Ainda assim, pode-se afirmar que as mudanças que vêm surgindo a partir da Lei 12.010 fazem parte da realidade do acolhimento institucional no Brasil. Dessa forma, sugere-se a realização de mais estudos sobre a temática, uma vez que a realidade brasileira é muito plural, sendo esta pesquisa um recorte de vários contextos culturais que se fazem presentes no país.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, A. B. (2012). Violências em família. In M. I. C. Moreira, & S. D. M. S. Carellos (Eds.), *Famílias em vulnerabilidade social: É possível auxiliar sem invadir?* (pp. 75-96). Curitiba, Brasil: Editora CRV.
- Álvares, A. M., Lobato, G. R. (2013). Um Estudo Exploratório da Incidência de Sintomas Depressivos em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional. *Temas em Psicologia* 21(1), pp. 151-164.
- Ariès, P. (2006). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, Trans.). Rio de Janeiro, Brasil: Editora LTC. (Original published in 1975).
- Arpini, D. M. (2003). *Violência e exclusão: adolescência em grupos populares*. Bauru, Brasil: Editora EDUSC.
- Arpini, D. M. (2013). A Nova Lei Nacional de Adoção e os desafios para a compreensão da família. In A. C. Siqueira, F. P. Jaeger, & C. S. Kruel (Eds.), *Família e violência: conceitos, prática e reflexões críticas* (pp. 67-75). Curitiba, Brasil: Juruá.
- Arpini, D. M., & Quintana A. M. (2009). Família e Instituições de abrigo: reconstruindo relações. In D. M. Arpini (Ed.), *Psicologia, Família e Instituição* (pp 9-28). Santa Maria, Brasil: Editora UFSM.
- Azôr, A. M. G. C. C. V. & Vectore, C. (2008). Abrigar/desabrigar: Conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estudos de Psicologia* 25(1), 77-89.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa, Portugal: Editora 70.
- Bedran, P. M., & Carellos, S. D. M. S. (2012). Família, acolhimento institucional e o exercício de uma abordagem coconstrutora de agrupamentos diversos e singulares. In M. I. C. Moreira, & S. D. M. S. Carellos (Eds.), *Famílias em vulnerabilidade social: É possível auxiliar sem invadir?* (pp. 97-111). Curitiba, Brasil: Editora CRV.
- Benetti, S. P. C. & Calcing, J. (2014). Acolhimento institucional: Um olhar sobre a infância e a adolescência em situação de vulnerabilidade. In D. M. Arpini & S. D. Cúnico (Eds.), *Novos olhares sobre a família: Aspectos psicológicos, sociais e jurídicos* (pp. 119-138). Curitiba, Brasil: Editora CRV.
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069/1990. Brasília.
- Brasil. (2009). *Nova Lei Nacional da Adoção*. Lei Federal 12.010/2009. Brasília.
- Brasil. (2012). *Resolução nº 466/12 de 12 de dezembro de 2012*. Conselho Nacional de Saúde.

- Cavalcante, L. I. C., Silva, S. S. C., & Magalhães, C. M. C. (2010). Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal-Estar e Subjetividade* 10(4), 1147-1172.
- Calheiros, M. M., Lima, M. L., & Silva, C. (2012). Extravasamento trabalho-família: Quando é que as condições de trabalho contribuem para práticas maternas abusivas? *Alethea* 37, 23-41.
- Chizzotti, A. (1998). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 3ª Ed. São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP (2000). *Resolução CFP N° 016/2000 sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos*.
- Constantino, E. P. (2000). *Meninos institucionalizados: a construção de um caminho*. São Paulo, Brasil: Arte & Ciência.
- Corso, D. L., & Corso, M. (2011). *A psicanálise na terra do nunca: ensaios sobre a fantasia*. Porto Alegre, Brasil: Penso.
- Costa, A. P. M. (2012). *Os adolescentes e seus direitos fundamentais: da invisibilidade à indiferença*. Porto Alegre, Brasil: Livraria do Advogado Editora.
- Faleiros, E. (2003). *O abuso sexual contra crianças e adolescentes: Os (des)caminhos da denúncia*. Secretaria especial de Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Brasília – DF.
- Ferrero, G. (2009). *Violencia familiar: ¿causa o consecuencia? – Reconstrucción de lós cuadros de violencia familiar desde la intervención profesional del trabajador social*. Buenos Aires, Argentina: Espacio Editorial.
- Figueiró, M. E. S. & Campos, H. R. (2013). Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização. *Psicologia e Argumento* 31(72), p. 113-125.
- Gaskell, G. (2005). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 64-89). Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Guará I. M. F. R. (2006). Abrigo – comunidade de acolhida e socioeducação. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 63-75). São Paulo, Brasil: Instituto Camargo Corrêa.
- Gulassa, M. L. C. R. (2006). A fala dos abrigos. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 53-61). São Paulo, Brasil: Instituto Camargo Corrêa.

- Gulassa, M. L. C. R. (2010). *Novos rumos do acolhimento institucional*. São Paulo, Brasil: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos sobre a Criança e o Adolescente.
- Janczura, R. (2012). Instituições de abrigamento em Santa Maria, RS: uma abordagem histórica. In D. M. Arpini, & A. C. Siqueira (Eds.), *Psicologia, famílias e leis: Desafios à realidade brasileira* (pp. 203-234). Santa Maria, Brasil: Editora UFSM.
- Kehl, M. R. (2003). Em defesa da família tentacular. In G. C. Groeninga, & R. C. Pereira (Eds.), *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia* (pp.163-176). Rio de Janeiro, Brasil: Imago.
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber*. Porto Alegre, Brasil: Artes Médicas e UFMG.
- Lopes, M. D. C. & Arpini, D. M. (2009). Retratos da infância: um olhar voltado às instituições de abrigo. In D. M. Arpini (Ed.) *Psicologia, família e instituição* (pp. 89-128). Santa Maria: Editora UFSM.
- Low, J. Y. & Eth, S. (2006). Commentary on “Seven institutionalized children and their adaptation in late adulthood: The children of duplessis”. *Psychiatry* 69(4), 3-14.
- McCall, R. B. (2013). Review: The consequences of early institutionalization: can institutions be improved? – should they? *Child and Adolescent Mental Health* 18(4), 193-201.
- Marcílio, M. L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil – 1726-1950. In M. C. Freitas (Ed.), *História social da infância no Brasil* (pp.51-76). São Paulo, Brasil: Cortez.
- Marcílio, M. L. (2006). *História social da criança abandonada*. São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Maricondi, M. A. (2006). Fortalecer as famílias. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: Comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 101-103). São Paulo: Instituto Camargo Corrêa.
- Marin, I. (2002). *Violências*. São Paulo, Brasil: Escuta/Fapesp.
- Moreira, M. I. C. (2013). *Novos rumos para o trabalho com famílias*. São Paulo, Brasil: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.
- Moreira, M. I. C. & Lima, L. C. M. (2013). As demandas dos solicitantes do Disque 100. In S. M. G. Sousa & M. I. C. Moreira (Eds.), *Quebrando o silêncio: Disque 100* (pp. 161-173). Goiânia, Brasil: Cãnone Editorial.
- Moreira, M. I. C., Passos, A. P. C. P., Bedran, P. M., & Carellos, S. D. M. S. (2012). A Universidade na rede de proteção à criança a ao adolescente. In M. I. C. Moreira, & S.

- D. M. S. Carellos (Eds.), *Famílias em vulnerabilidade social: É possível auxiliar sem invadir?* (pp. 13-28). Curitiba, Brasil: Editora CRV.
- Moreira, M. I. C., Passos, A. P. C. P., & Pereira, C. C. (2012). A posição da família nas políticas públicas de proteção: oscilações entre o centro e a margem. In M. I. C. Moreira, & S. D. M. S. Carellos (Eds.), *Famílias em vulnerabilidade social: É possível auxiliar sem invadir?* (pp. 29-48). Curitiba, Brasil: Editora CRV.
- Neder, G. (1994). Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In S. M. Kaloustian (Ed.), *Família brasileira: a base de tudo* (pp. 26-46). São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.
- Reis, J. R. T. (1984). Família, emoção e ideologia. In S. T. M Lane, & W. Codo (Eds.), *Psicologia Social* (pp. 99-124). Brasília, Brasil: Editora Brasiliense.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Rinhel-Silva, C. M., Constantino, E. P., & Rondini, C. A. (2012). Família, adolescência e estilos parentais. *Estudos de Psicologia* 29(2), 221-230.
- Rizzini, I. (2008). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola.
- Rizzini, I., Rizzini, I., Naiff, L., & Baptista, R. (2006). *Acolhendo crianças e adolescentes*. São Paulo, Brasil: Cortez.
- Rocha, P. J., Arpini, D. M., & Savegnago, S. D. O. (no prelo). Significados atribuídos por mães acerca do acolhimento institucional, reintegração e rede de atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*.
- Rosa, M. D., & Vicentin, M. C. (2012). Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. In R. Gurski, M. D. Rosa, & M. C. Poli (Eds.), *Debates sobre a adolescência contemporânea e o laço social* (pp.39-57). Curitiba, Brasil: Juruá.
- Rosa, M. E.; Nascimento, C. R. R.; Matos, J. R.; & Santos, J. R. (2012). O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos de Psicologia* 17(3), 361-368.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A. & Mariano, F. N. (2012). Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 25(2), 390-399.

- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. (A. Telles, Trans.). Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar.
- Scobernatti, G. (2005). Sobre os modelos atuais de família. In G. Scobernatti (Ed.), *Violência Intrafamiliar: teoria e prática – uma abordagem interdisciplinar* (pp. 70-79). Pelotas, Brasil: Editora Armazém Literário.
- Silva, A. L. (2006). Música rap: narrativa dos jovens da periferia de Teresina – PI. *Imaginário – USP* 12(13), 83-112.
- Silva, E. R. A. (2004). O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. In E. R. A. Silva (Ed.), *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* (pp.41-70). Brasília: IPEA; CONANDA.
- Silva, E. R. A., Mello, S. G., & Aquino, L. M. C. (2004). Os abrigos para crianças e adolescentes e a promoção do direito à convivência familiar e comunitária. In E. R. A. Silva (Ed.), *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* (pp.209-242). Brasília: IPEA; CONANDA.
- Silva, M. L. (2012). *Lei Nacional de adoção e acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- Silva, M. L. & Arpini, D. M. (2013a). Nova Lei Nacional de Adoção: revisitando as relações entre família e instituição. *Aletheia* 40, 43-57.
- Silva, M. L. & Arpini, D. M. (2013b). O acolhimento institucional na perspectiva da Nova Lei de Adoção. *Revista Psicologia: Teoria e Prática* 15(3), 95-106.
- Silva, M. L. & Arpini, D. M. (2013c). O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista* 19(3), 422-440.
- Silva, M. L., Polli, R. G., Sobrosa, G. M. R., Arpini, D. M., & Dias, A. C. G. (2012). Da normatização à compreensão: caminhos construídos para a intervenção familiar. *Mudanças – Psicologia da Saúde* 20(1-2), pp 13-21.
- Silva, R. (1997). *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo, Brasil: Ática.
- Siqueira, A. C. (2009). Reintegração familiar: discutindo a interface do risco e da proteção nos casos de reinserção familiar de crianças e adolescentes institucionalizados. In D. M. Arpini (Ed.), *Psicologia, família e instituição* (pp 55-88). Santa Maria, Brasil: Editora UFSM.

- Siqueira, A. C. (2012). Avanços na legislação de proteção à criança e ao adolescente: Superando desafios e construindo novas perspectivas no atendimento ao jovem em situação de institucionalização. In D. M. Arpini, & A. C. Siqueira (Eds.), *Psicologia, famílias e leis: Desafios à realidade brasileira* (pp. 19-44). Santa Maria, Brasil: Editora UFSM.
- Siqueira, A. C. & Dell’Aglío, D. D. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano* 17(3), pp. 134-146.
- Siqueira, A. C.; Massignan, L. T.; & Dell’Aglío, D. D. (2011). Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. *Paidéia* 21(50), pp. 383-391.
- Siqueira, A. C.; Zoltowski, A. P.; Giordani, J. P.; Otero, T. M.; & Dell’Aglío, D. D. (2010). Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia*, 15(1), pp. 07-15.
- Soares, B. R. (1996). *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias*. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Soares, L. E. (2004). Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In R. Novaes, & P. Vannuchi (Eds.), *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo, Brasil: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Tulviste, T. (2011). Autonomy, educational plans and self-esteem in institutional-reared and home-reared teenagers in Estonia. *Youth & Society* 43(4), 1335-1354.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.
- Uziel, A. P. & Berzins, F. A. J. (2012). Adolescências, autonomia e direitos sexuais: fragmentos de histórias de meninas abrigadas. *Psic. Clin.* 24(1), p. 105 – 115.
- Vicente, C. M. (1994). O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In S. M. Kaloustian (Ed.), *Família brasileira – a base de tudo* (pp.47-59). São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF.
- Vidigal, C. (2013). Acolhimento institucional: não se pode perder o menino de vista. In A. C. Siqueira, F. P. Jaeger, & C. S. Kruehl (Eds.), *Família e violência: conceitos, práticas e reflexões críticas*. Curitiba, Brasil: Juruá Editora.
- Vilhena, J., Zamora, M. H., Novaes, J. V., & Moreira, A. C. G. (2009). O sentido dos atos destrutivos dos adolescentes: entendendo os jovens em conflito com a lei. *O Social em Questão* 22(2), 141-159.

- Vitale, M. A. F. (2006). Famílias: pontos de reflexão. In M. V. Baptista (Ed.), *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação* (pp. 77-85). São Paulo, Brasil: Instituto Camargo Corrêa.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre, Brasil: Editora Bookman.

ANEXOS

Anexo 1: Contextualização familiar do adolescente



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Contextualização familiar do adolescente

Identificação

Nome: _____

Idade: _____

Nome da mãe: _____

Idade da mãe: _____

Ocupação da mãe: _____

Nome do pai: _____

Idade do pai: _____

Ocupação do pai: _____

Outros membros (podem se incluir avós, tios ou irmãos que residam na casa e que tenham função de cuidado com a criança e ou adolescente)

Configuração familiar

Número de irmãos: _____

Idade dos irmãos: _____

Outros irmãos que passaram pelo acolhimento institucional: _____

Outros familiares que residem com a família: _____

Medida de proteção

Motivo do acolhimento: _____

Período do acolhimento institucional: _____

Data da reintegração familiar: _____

Anexo 2: Roteiro da entrevista semidirigida com o adolescente



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Roteiro da entrevista – Eixos norteadores

1. Como você descreveria o acolhimento institucional
 - a. Compreensão acerca dos motivos do acolhimento
 - b. Aceitação da medida de proteção
 - c. Sentimentos associados à vivência do acolhimento

- Você poderia me dizer alguma música ou trecho de música que lembre ou que tenha marcado o período que você passou na instituição de acolhimento.
2. Como você descreveria a sua reinserção na família.
 - a. Como você vivenciou a volta para casa
 - b. Como foi a sua adaptação ao contexto familiar
 - c. Sentimentos associados ao processo de reintegração

- Você poderia me dizer alguma música ou trecho de música que lembre ou que tenha marcado a sua volta para casa após o período em acolhimento institucional.
3. Você recebeu encaminhamento e ou atendimento fora da instituição durante o acolhimento e após a reinserção familiar (Rede de atendimento acionada)
 - a. Encaminhamentos realizados para o adolescente (local)
 - b. atendimentos realizados com o adolescente (local, modalidade de atendimento, duração do atendimento)

- c. Após a reinserção familiar houve continuidade da relação com a equipe técnica do acolhimento institucional. Em caso afirmativo, como se deu essa continuidade
 - d. Após a reinserção familiar você continuou recebendo algum atendimento fora da instituição de acolhimento. Em caso afirmativo, onde e de que tipo.
 - e. Percepção acerca dos atendimentos e/ou encaminhamentos.
3. Por fim, o que você diria para um menino ou uma menina de 15 anos que acabou de receber a medida de acolhimento institucional?
4. Tem mais algum aspecto que você(s) gostaria(s) de acrescentar?

Anexo 3: Roteiro da entrevista semidirigida com o familiar



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Roteiro da entrevista – Eixos norteadores

1. Como você imagina que seu filho vivenciou o acolhimento institucional.
 - a. Na sua opinião ele compreendeu o motivo do acolhimento (Compreensão acerca dos motivos do acolhimento)
 - b. Como foi a aceitação dele em relação à medida de proteção (Aceitação da medida de proteção)
 - c. Como você acha que ele se sentiu durante este período (Sentimentos associados à vivência do acolhimento)
2. Como você imagina que seu filho vivenciou a reintegração familiar.
 - a. Na sua opinião como ele vivenciou a volta para casa (Como você vivenciou a volta para casa)
 - b. Como foi a adaptação dele ao contexto familiar (Como foi a adaptação ao contexto familiar)
 - c. Como ele se sentiu em relação ao processo de reintegração (Sentimentos associados ao processo de reintegração)
3. Você ou seu filho receberam encaminhamento e ou atendimento fora da instituição durante o acolhimento e após a reinserção familiar (Rede de atendimento acionada)
 - a. Encaminhamentos realizados para o adolescente e o familiar (local)
 - b. atendimentos realizados com o adolescente e com o familiar (local, modalidade de atendimento, duração do atendimento)

- c. Após a reinserção familiar houve continuidade da relação com a equipe técnica do acolhimento institucional. Em caso afirmativo, como se deu essa continuidade
 - d. Após a reinserção familiar você ou seu filho continuaram recebendo algum atendimento fora da instituição de acolhimento. Em caso afirmativo, onde e de que tipo.
 - e. Percepção acerca dos atendimentos e/ou encaminhamentos.
5. Tem mais algum aspecto que você(s) gostaria(s) de acrescentar?

Anexo 4: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Prof^ª. Dr^ª. Dorian Mônica Arpini

ENDEREÇO: Rua Floriano Peixoto, 1750, 3^o andar. Telefone: (55) 3220-9231.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto “Acolhimento institucional e reintegração familiar a partir do olhar de adolescentes que vivenciaram o fenômeno”

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo conhecer o ponto de vista de adolescentes reintegrados acerca das experiências vividas durante o período de acolhimento institucional e reinserção familiar. Tal objetivo se fundamenta na necessidade de um aprofundamento sobre as percepções que estes adolescentes têm sobre o tema, buscando um melhor entendimento do fenômeno do acolhimento institucional e da reinserção das crianças/adolescentes em suas famílias.

Participarão deste estudo adolescentes que tenham passado pelo acolhimento institucional nas Casas Abrigo da cidade de Santa Maria e que, no momento atual, estejam reintegrados à família natural. A percepção dos participantes sobre as experiências vividas durante o acolhimento institucional e a reinserção familiar será coletada a partir da realização de entrevistas semidirigidas, com duração estimada de uma hora, a serem realizados por uma mestrandia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM. As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas para análise qualitativa. As identidades dos participantes serão mantidas em sigilo e as informações serão utilizadas para fins de pesquisa, sem identificação do nome dos mesmos. A participação na pesquisa não gerará custo nem recompensa financeira para os participantes.

Os participantes poderão solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhes traga prejuízo. Considerando a técnica a ser utilizada para a realização desta pesquisa, bem como o fato de que esta não tem por objetivo testar nem

experimental nenhum procedimento novo, julga-se os riscos para a realização desta pesquisa praticamente inexistentes para os participantes. Contudo, caso sejam identificadas situações, durante a realização das entrevistas de desconforto psicológico (virtude de experiências pregressas dos participantes), nesse momento a pesquisadora responsabilizar-se-á por avaliar a situação e, se houver necessidade de atendimento psicológico, encaminhará o participante a um serviço especializado. Os benefícios para os participantes poderão decorrer da disponibilidade de escuta oferecida pela pesquisadora e das possíveis mudanças qualitativas decorrentes da reconstrução da história de cada indivíduo através da fala. Além disso, os resultados do trabalho também podem beneficiar os adolescentes, no sentido de que as percepções por eles relatadas podem auxiliar tanto na elaboração de ações que complementem as já existentes quanto na reelaboração das ações vigentes, a fim de melhor atender a esses meninos e meninas.

Todo o material desta pesquisa será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia/UFSM, sendo destruído após cinco anos da realização deste estudo.

Agradecemos a colaboração dos participantes e da instituição de acolhimento Casas Abrigo de Santa Maria na realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora-orientadora do projeto, Prof^ª. Dr^ª. Dorian Mônica Arpini, que pode ser contatada pelo telefone: (55) 3220-9231 e com a mestrande Patricia Jovasque Rocha, pelo telefone (55) 91291589. Os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM são: Av. Roraima, 1000 – Prédio da Reitoria – 7º andar – Sala 702 – Camobi – Santa Maria; telefone: (55) 3220-9362.

Data: ___/___/___

Participante.

Responsável pelo Projeto.

Anexo 5: Termo de Assentimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Prof^a. Dr^a. Dorian Mônica ArpiniENDEREÇO: Rua Floriano Peixoto, 1750, 3^o andar. Telefone: (55) 3220-9231.**Termo de Assentimento****Projeto “Acolhimento institucional e reintegração familiar a partir do olhar de adolescentes que vivenciaram o fenômeno”**

Estamos realizando uma pesquisa que tem por objetivo conhecer o ponto de vista de adolescentes reintegrados acerca das experiências vividas durante o período de acolhimento institucional e reinserção familiar. Participarão deste estudo adolescentes com idades entre doze e dezoito anos incompletos, que tenham passado pelo acolhimento institucional nas Casas Abrigo de Santa Maria, e seus familiares. O estudo utilizará a técnica de entrevista semi-estruturada. Seu nome ficará em sigilo e os dados serão utilizados apenas para os objetivos da pesquisa. Você poderá fazer qualquer pergunta sobre a pesquisa, podendo deixar de participar da mesma a qualquer momento, sem que isto lhe traga algum dano. Agradecemos a sua colaboração na realização deste estudo.

Data: __/__/____

Assinatura do adolescente

Responsável pelo projeto

Anexo 6: Termo de autorização institucional



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Pela presente autorização, declaro que fui informada, de forma clara e detalhada, dos objetivos e da justificativa do presente Projeto de Pesquisa intitulado: “Acolhimento institucional e reintegração familiar a partir do olhar de adolescentes que vivenciaram o fenômeno”.

Dessa forma, autorizo a realização da pesquisa nas dependências das Casas Abrigo de Santa Maria, bem como autorizo a utilização dos dados coletados por essa em apresentações em eventos acadêmicos e/ou publicações em artigos e revistas científicas.

Entendo que o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM manterá em sigilo a identidade dos participantes e da instituição, sendo que os dados coletados serão arquivados na referida instituição, sob responsabilidade da pesquisadora-orientadora do projeto, Prof^ª. Dr^ª. Dorian Mônica Arpini por um período de cinco anos.

Santa Maria, junho de 2013.

Anexo 7: Termo de confidencialidade

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Prof^a. Dr^a. Dorian Mônica Arpini

ENDEREÇO: Rua Floriano Peixoto, 1750, 3º andar. Telefone: (55) 3220-9231.

Termo de Confidencialidade**Projeto “Acolhimento institucional e reintegração familiar a partir do olhar de adolescentes que vivenciaram o fenômeno”**

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados através da realização da entrevista semi-dirigida nas Casas Abrigo de Santa Maria/RS. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no Departamento de Psicologia/UFSM, na sala 320, por um período de cinco anos sob a responsabilidade da Prof^a. Dr^a Dorian Mônica Arpini. Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em __/__/__, com o número do CAAE _____.

Santa Maria, ____ de _____ de 20__.

Prof^a. Dr^a. Dorian Mônica Arpini